

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E
LINGUAGENS (PPGCEL)**

MONIZE DA SILVA NOVAES

**ANA MARIA MACHADO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA E DA
ANÁLISE DO DISCURSO**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

MONIZE DA SILVA NOVAES

**ANA MARIA MACHADO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA E DA
ANÁLISE DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito obrigatório para Exame de Defesa e posterior obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Letras

Linha de Pesquisa: Estudos Transdisciplinares da Linguagem

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Mendes Pereira

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

N936a. Novaes, Monize da Silva.
Ana Maria Machado à luz da Teoria Crítica Feminista e da
Análise do Discurso. / Monize da Silva Novaes. 2024.
99f.
Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Mendes Pereira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras:
Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), Vitória da
Conquista, 2024.
Referências. F 96-99
1. Teoria Crítica Feminista. 2. Literatura Infantil e Juvenil.
3. Relações de Gênero. 4. Sistema Patriarcal. 5. Teoria
Revisionista. 6. Análise do Discurso. I. Pereira, Rita de
Cássia Mendes. II. T

CDD: 410

Ficha catalográfica

Catálogo na fonte: Chrystina Nery - CRB 5/810
UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

MONIZE DA SILVA NOVAES

**ANA MARIA MACHADO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA E DA
ANÁLISE DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito obrigatório para Exame de Defesa e posterior obtenção do título de Mestre em Letras.

Data da aprovação: 13 de março de 2024

Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Mendes Pereira (PPGCEL-UESB)
(Presidente)



Prof.^a Dr.^a Zoraide Portela Silva (PPGELS-UNEB)



Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Abreu Barbosa (PPGCEL-UESB)

RESUMO

A dissertação ora apresentada trata da Literatura infanto-juvenil contemporânea brasileira, mais especificamente, das narrativas infanto-juvenis como tecnologia de gênero para a construção de novos lugares de socialização das mulheres na sociedade e para uma vivência mais humana entre homens e mulheres a partir da infância independente das especificidades de gênero. De acordo com a Teoria Crítica Feminista, esses lugares são construídos social e historicamente e, nas narrativas infantis e juvenis clássicas, as mulheres estão frequentemente associadas a papéis que exprimem sensibilidade, insegurança e subserviência e sua atuação cujo destino natural está definido como a realização, no universo privado, do dispositivo amoroso e materno. Em contrapartida, nesses contos, há uma valorização dos papéis masculinos, com homens ocupando os lugares de heróis, porquanto são representados como inteligentes, corajosos e autônomos. Na contemporaneidade, assiste-se ao surgimento de novas narrativas que rompem com os modelos tradicionais de representação feminina e, no processo de construção de significados, apontam para a possibilidade de ruptura com os discursos hegemônicos. A questão mobilizadora da pesquisa da qual resultou a presente dissertação pode ser assim definida: de que maneira os contos infantis mobilizam memórias discursivas que abrigam pontos de vistas contraditórios no processo de produção de significado? Tomando como fontes de investigação os contos *A princesa que escolhia* (2017) e *Senhora dos Mares* (2012), de Ana Maria Machado, a pesquisa foi orientada pelo objetivo de promover a reflexão sobre a forma como os discursos produzidos nas condições específicas de produção, na interação autor/a e leitores/as, podem contribuir para a formação crítica de meninos e meninas frente ao sistema patriarcal e aos valores e práticas por ele sustentados, que delimitam papéis de gênero e reduzem as mulheres à condição de submissão. A análise dos contos foi orientada por pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, segundo proposição de Eni Orlandi (2009), e conduziu à conclusão de que, nas narrativas de Ana Maria Machado, os valores tradicionais estão expostos de forma combinada e em contradição com outros discursos que dialogam com propostas de educação emancipadora, produzidos no âmbito da Teoria Crítica Feminista e sustentados pelos movimentos feministas dos séculos XX e XXI. Em última instância, os contos de Ana Maria Machado filiam-se à perspectiva de formação de crianças conscientes da importância da equidade de direitos das pessoas, independente de gênero, e servem como referência para experiências humanas resultantes do engajamento de mulheres na luta contra o sistema patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Crítica Feminista. Literatura Infantil e Juvenil. Relações de Gênero. Sistema Patriarcal. Teoria Revisionista. Análise do Discurso.

ABSTRACT

The present dissertation deliberates about contemporary Brazilian children's and juvenile literature, more specifically, children's narratives as a gender technology for the construction of new places for the socialization of women in society and for a more human experience between men and women separated from gender specificities from childhood. According to Feminist Criticism Theory, these places are socially and historically constructed, and, in the classic children's narratives, the women are often associated with roles that express sensitivity, insecurity and subservience, whose natural destiny is defined as the achievement, in the private universe, of the loving and maternal device. On the other hand, in these tales, there's an appreciation of male figures, with men occupying the roles of heroes, being depicted as intelligent, courageous and independent. In contemporary times, there's an emergence of new narratives which break out of traditional models of female representation and, in the process of constructing meanings, point to the possibility of rupturing from hegemonic discourses. The leading research question from which this dissertation resulted could be defined as follows: in what way do Ana Maria Machado's children's stories mobilize discursive memories, that harbor contradictory points of view, in the process of meaning production? Taking as investigation sources the short stories *A princesa que escolhia* (2017) and *Senhora dos Mares* (2012), by Ana Maria Machado, the research was guided by the objective of promoting reflection upon the ways discourses produced from writers and readers interactions, in their specific production conditions, could contribute to the critical formation of boys and girls in the face of the patriarchal system and its values and practices that delimit gender roles and reduce women to submissive conditions. The analysis of the stories was based on the theoretical-methodological assumptions of Discourse Analysis, as proposed by Eni Orlandi (2009), and led to the conclusion that, in Ana Maria Machado's narratives, traditional values are exposed in combination and in contradiction with other discourses that dialogue with emancipatory education proposals, produced within the scope of Feminist Criticism Theory and supported by feminists movements of the 20th and 21st centuries. Ultimately, Ana Maria Machado's stories are tied to the perspective of raising children's awareness of the importance of equal rights regardless of gender, and also serve as a reference for human experiences resulting from women's engagement in the fight against the patriarchal system.

KEYWORDS: Feminist Criticism Theory. Children's and Juvenile Literature. Gender Relations. Patriarchal System. Revisionist Theory. Discourse Analysis.

AGRADECIMENTOS

Tudo o que tenho e que sou é resultado da presença de Deus, que é Pai, Filho e Espírito Santo, em minha vida. Obrigada, meu Senhor, por sua bondade e tamanho amor.

Agradeço às Marias da minha vida. À minha mãe, Maria, a mulher que me deu a vida duas vezes, e que é uma grande inspiração para mim. Eu te amo muito, mainha. O seu amor e as suas orações me sustentam. À minha avó, Maria (*in memoriam*), por tudo o que fez por mim. Obrigada pelo amor, cuidado e oração, vó. Eu vou te amar para sempre. À Santíssima Virgem Maria, Mãe de Deus, pelo amor, acolhimento e proteção. Obrigada, Mãe, por interceder por mim junto ao Pai.

Agradeço ao meu pai, Edmundo, que tem o “mundo” no nome e no coração. Que honra a minha ter um pai tão amoroso e carinhoso como o senhor. Eu te amo muito, painho. Obrigada por sonhar junto comigo. Agradeço também aos meus irmãos, meus três tesouros: Elivelton, dono do coração mais puro e tranquilo; Iarla, a menina que é dona de uma alegria incomparável e exemplo de cuidado; e Emília, dona de uma grandiosa força e persistência. Eu amo muito vocês e sou grata por nossa união.

Agradeço aos meus sobrinhos, Felipe Emanuel e Arthur, minha fonte de amor e de esperança de um mundo melhor para a infância, com equidade, respeito e dignidade entre todas as pessoas. Obrigada pela oportunidade de, através de vocês, poder voltar à minha infância, enxergar o universo infantil com outro olhar e compreender que a educação e o afeto juntos são a base para uma sociedade mais humana. Eu amo muito vocês e farei todo o possível para que tenham grandes oportunidades em suas vidas. Agradeço, também, à minha tia, Noélia, pelo amor, amizade, incentivo e por todo o cuidado. Eu te amo, Lela. Deus foi muito bom por ter trazido você para nós.

Agradeço à Gisele, minha professora e amiga, pela amizade que construímos ao longo desses anos e por me mostrar que uma menina da periferia pode sonhar, estudar e se tornar o que ela quiser ser. Sim, Gi, o mundo pode ser melhor para as mulheres! Eu te amo. Agradeço ao meu padrinho e amigo, Padre Gonçalo, por ter me incentivado à vida cristã, pelo acolhimento como filha e pela grande amizade. Obrigada por tudo. Eu te amo, o senhor sabe. Agradeço a Anderson e Bruno pela amizade, na UESB e fora dela. Vocês dois sabem o quanto são importantes para mim. Obrigada, meus amigos, por terem se tornado meus irmãos. Eu amo vocês.

Também agradeço a todos àqueles que contribuíram para a pessoa a qual eu me tornei. Obrigada pelas orações, por me desejarem o bem e por acreditarem no meu sonho. Cada um e cada uma têm uma grande importância em minha vida.

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) por ter me permitido viver as mais diversas experiências, as quais fizeram de mim a pessoa que eu sou hoje. É sobre poder estudar, aprender, ensinar e construir relações. Agradeço também aos meus professores do curso de Letras Modernas pelos ensinamentos, em especial à Prof.^a Dr.^a Edvania Gomes da Silva, que, durante os três anos de Iniciação Científica na área da Linguística, mais especificamente na Análise do Discurso, me preparou para a vida acadêmica. Quem diria que em minha pesquisa de mestrado, na área da Literatura, eu utilizaria a AD como método de análise!

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens e a todos os professores. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Abreu Barbosa por ter iniciado o processo de orientação no mestrado e à minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Mendes Pereira, que aceitou me orientar em um trabalho que já havia sido iniciado e por ter acreditado que tudo daria certo. Agradeço ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por ter concedido a bolsa de pesquisa, que me permitiu realizar mais essa etapa da minha vida acadêmica.

Tudo aconteceu exatamente como deveria ter acontecido. Foram dois anos de muitas experiências, aprendizagens, lutas, perdas, mas também de muitos ganhos. Nesse processo de autoconhecimento, que foi o período do mestrado, eu pude começar a conhecer o que tenho de mais importante: Eu mesma. Também sou grata a mim, por ter enfrentado e vencido tantas batalhas.

Dedico este trabalho
à minha querida avó Maria (*in memoriam*),
meu maior exemplo de amor e de fé.
À senhora, vó,
eu entrego o meu coração.
Obrigada
por todas as vezes que,
mesmo sem poder ir à igreja,
a senhora, sentada no sofá,
de frente para a televisão,
assistindo à Santa Missa,
rezou o terço por mim e por nossa família.
Na época, eu não entendia
o poder de todas aquelas bolinhas.
Mas, sabe, vó?
Hoje, eu também rezo o terço
e consigo enxergar as maravilhas de
Deus e de Nossa Senhora em minha vida.
Eu te amo muito e para sempre.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. TEORIA CRÍTICA E HISTÓRIA DAS MULHERES: NARRATIVAS SOBRE ELAS, ESCRITAS POR ELAS	26
1.1 Patriarcado e feminismo(s) no Brasil.....	26
1.2 A (des)construção da subjetividade feminina: um olhar para o dispositivo amoroso e o dispositivo materno como lugares de socialização da mulher	33
1.3 O casamento e a maternidade na sociedade patriarcal-capitalista	39
2. A LITERATURA INFANTO-JUVENIL COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS	50
2.1 A Literatura infanto-juvenil: da gênese ao revisionismo contemporâneo	50
2.2 Ana Maria Machado e os feminismos contemporâneos	55
2.3 <i>A princesa que escolhia</i> e <i>Senhora dos mares</i> : enredos, contextos de produção e difusão das narrativas.....	60
3. A PRINCESA QUE ESCOLHIA E SENHORA DOS MARES: ANA MARIA MACHADO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA E DA ANÁLISE DO DISCURSO	67
3.1. Pressupostos teóricos e metodológicos da análise	67
3.2 <i>A princesa que escolhia</i> : a liberdade de escolha como conquista e pressuposto de subversão da ordem patriarcal	71
3.2.1 A princesa que não tem nome	72
3.2.2 O olhar feminista da narradora.....	72
3.2.3 O discurso patriarcal: poder paterno e conformidade materna	74
3.2.4 O casamento como condição de realização do dispositivo amoroso e materno	76
3.2.5 Estudo e trabalho como soluções mediadoras para a superação da subalternidade	80
3.3 Patriarcado e desigualdade de gênero em <i>Senhora dos Mares</i>	82
3.3.1 Marina, a menina que queria ser senhora dos mares	82
3.3.2 O patriarca delimita os campos de exclusão e participação das mulheres ...	84
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Quando era criança
 Vivi, sem saber,
 Só para hoje ter
 Aquela lembrança.
 E hoje que sinto
 Aquilo que fui
 Minha vida flui,
 Feita do que minto.
 Mas nesta prisão,
 Livro único, leio
 O sorriso alheio
 De quem fui então.
 (Pessoa, 1942, p. 187)

Quando eu era criança, a minha família se empenhava muito em me ensinar a ser “uma menina”. Para minha mãe e minha avó (*in memoriam*), para ser menina eu deveria ser bem-comportada, subserviente e ter “termo”, ou seja, deveria ter modos e ser docilizada. Ai de mim se ousasse ser respondona e “vadiar” livremente. Afinal, isso cabia apenas aos meninos. Mas, apesar de todas essas normas impostas pela família, eu consegui ser um pouco diferente.

Houve um tempo em que eu gostava de brincar de boneca, mas a minha paixão eram os carrinhos. Lembro-me de criar o meu próprio carrinho com embalagem de perfume de plástico, chinelo velho e cabo de vassoura. A liberdade de poder criar não tinha preço. Era também nos pés de árvores que eu me realizava e me sentia ainda mais livre. Subia no pé de manga, no pé de jaca, no pé de goiaba, caía e me levantava. Também jogava bola com os meninos, brincava de “taques”, um jogo com bola, taco de madeira e latas. Mas bastou eu crescer mais um pouco para as coisas tomarem um rumo diferente. Além de ser menina, eu era também a mais velha de quatro irmãos. Na minha família, a filha mais velha deveria se tornar responsável pela casa e pelos irmãos mais novos. Enquanto eu aprendia a limpar a casa, lavar os pratos e cuidar dos afazeres do lar, os meninos da minha família aprendiam a ter autonomia. Não existiam cobranças para que realizassem as atividades domésticas e eles nem mesmo eram questionados sobre os seus comportamentos. Os meninos já nascem com o seu lugar de privilégio no mundo.

Foi durante a minha adolescência que comecei a fazer vários questionamentos. Ver as mulheres da minha família ensinando às suas filhas que o casamento seria o seu lugar de segurança e que a maternidade seria a sua maior realização na vida me intrigava. Isso parecia pequeno demais diante de tantas possibilidades que o mundo tinha a oferecer. Essas mesmas mulheres, embora todos os dias se mostrassem cansadas e tristes, se questionadas sobre o

porquê de tanta insatisfação em seus rostos, respondiam que, apesar do cansaço, estavam cumprindo com a sua missão.

Enquanto exerciam as tarefas do lar, cuidavam dos filhos e dos próprios maridos, os seus companheiros estavam livres para dedicar-se a si mesmos. Para eles, levar o sustento para dentro de casa era o suficiente, porque estariam cumprindo suas obrigações de marido e de pai desse modo. A maioria das mulheres também trabalhava fora de casa, algumas como empregadas domésticas, outras na lavoura, colhendo café, atividades comuns no interior da Bahia. Porém, quando chegavam em casa, ainda tinham tarefas para executar. Cumpriam dupla jornada de trabalho e algumas diziam que o trabalho em casa era muito mais exaustivo que o de fora e que, se pudessem, prefeririam ficar o dia e a noite longe dos seus lares.

Aos domingos, dia conhecido como o de descanso, era comum ver as mulheres realizando a faxina geral e preparando as coisas para a semana. Os homens, no entanto, tiravam o domingo para ir aos barzinhos se divertir com os amigos, para jogar futebol e assistir aos programas na TV. Consolidava-se a reificação do universo privado como coisa de mulheres, de meninas. Os meninos ouviam: “Quando você crescer, tem que escolher uma mulher boa para casar, para que ela possa cuidar de você”. E o que seria ser uma boa mulher? Referiam-se ao modelo de mulher que havia sido ensinada a cuidar de tudo e de todos, menos de si mesma; mulher que não aprendeu a sonhar que estudos, viagens e liberdade também poderiam e deveriam ser possibilidades de vida.

Nas datas comemorativas, geralmente nos almoços da Semana Santa e do Natal, os homens eram os primeiros a ser servidos, a ter a comida colocada no prato. Só depois que as crianças pequenas fossem servidas pelas mães, é que as mulheres poderiam se servir também. Após as refeições, as mulheres se levantavam da mesa para lavar os pratos e organizar a cozinha, enquanto os homens permaneciam sentados, como se as atividades realizadas por elas não fossem também de sua responsabilidade. Eles não se sentiam na obrigação de executar essas tarefas, mas não havia por parte das suas companheiras quaisquer questionamentos. Embora, para a sociedade e para todas as pessoas ali presentes, essas práticas fossem comuns e normais, a mim causavam angústias e sensações ruins. Mesmo sem saber explicar e externalizar o meu descontentamento, situações como essas não me deixavam confortável.

Nos episódios em que pessoas da família enfrentavam problemas de saúde, as mulheres eram ainda mais sobrecarregadas. Não importava qual pessoa da família ficasse doente, os cuidados eram todos requeridos das mulheres. Não era necessário haver qualquer conversa ou acordo. As tarefas relativas ao “cuidar” eram coisas de mulher. Recordo-me de uma parente que, tendo que cuidar de sua mãe, enfrentou crises de depressão. Mas, por ser mulher e a filha,

era a única referência para realizar a função do cuidado e havia sido convocada a assumir esse lugar. O seu irmão, que tinha quase a mesma idade, e o seu pai não se sentiram responsáveis, tampouco a sociedade exigia isso deles. Homens não cuidam das mulheres, nem mesmo quando essas são as suas mães ou as suas esposas: essa era a ideia que prevalecia. Quando acontece de um homem oferecer cuidados – algo que deveria ser considerado comum, tendo em vista que o cuidar é próprio da capacidade humana – ele é elogiado e sua atitude é reconhecida como um ato nobre, o que não acontece com as mulheres que cuidam a vida inteira dos maridos e que têm essa ação invisibilizada.

Uma senhora da minha família dedicou toda a sua vida aos filhos, ao esposo e às atividades do lar. Depois de anos de casamento, o seu companheiro teve uma grave doença que causou danos em seus nervos. A paralisia em seu corpo o impedia de andar. Mesmo a referida senhora tendo dedicado quase 12 anos de sua vida aos cuidados para com ele, em nenhum momento eu presenciei cenas de elogios. Muito pelo contrário, pois, embora tenha oferecido o seu melhor, a mulher chegou a receber várias críticas. Hoje, depois de ter presenciado várias mulheres serem abandonadas por seus companheiros por terem sido afetadas por algum problema de saúde, eu me pergunto se o esposo dessa senhora teria feito o mesmo por ela. Nos casos de abandono, ainda há quem defenda a atitude dos homens, inclusive mulheres, que reforçam o pensamento de que a figura masculina não está apta à tarefa de cuidar. Essa máxima aplica-se também aos filhos. Se uma mulher os abandona ou os entrega aos cuidados do pai, é considerada desumana, mas o abandono paterno é muito comum, demonstrando que “os filhos são das mães”.

É preciso falar, também, das violências enfrentadas pelas mulheres no universo privado. Vários foram os episódios em que tias e primas, infelizes nas relações desrespeitosas por elas vivenciadas, eram silenciadas com gritos, chantagens e ameaças ao falarem da possibilidade de separação. Era comum mulheres serem vistas como “loucas e transtornadas” por cobrarem dos seus maridos explicações acerca de suas más condutas. Os esposos, quando eram confrontados com acusações de mau comportamento, as manipulavam, distorcendo fatos e fazendo com que elas se sentissem culpadas por exigirem o mínimo de uma relação, que é o respeito. Hoje, esse tipo de violência é nomeado como *gaslighting*. Mas abusos psicológicos se convertiam, não raras vezes, em episódios de violência física e violações sexuais e mulheres eram agredidas a ponto de ficar com hematomas e ferimentos em seus corpos. Algumas contavam com o apoio da família para se afastarem dos agressores, mas alegavam medo e amor pelos parceiros, reproduzindo a justificativa de que eles tomavam essas atitudes por causa de ciúmes deles para com elas.

A violência doméstica, que tem esposas como alvo preferencial, também se exerce contra os filhos e, principalmente, contra as meninas. Há alguns anos, conheci duas mulheres (irmãs) de outra cidade, que confidenciaram terem sido vítimas de abuso sexual pelo próprio pai durante a infância e a adolescência. De acordo com elas, o agressor dizia ter poder para a realização dos atos. Já crescidas, embora repudiassem a crueldade dos abusos, diziam sentir-se pertencentes a ele, pois tinham sido orientadas, desde cedo, inclusive pela mãe, a obedecê-lo e agradá-lo. Para essas mulheres, tão grave quanto a violência praticada pelo pai era o comportamento da mãe, que permitia o abuso. Em contato com essa história repugnante, passei a questionar se, de fato, o universo privado é um lugar de segurança para meninas e mulheres. Se o casamento é um lugar de segurança, o que explica os números alarmantes sobre violência contra a mulher dentro do matrimônio? Por que há tantas mulheres adoecidas por conta da sobrecarga de trabalho no cuidado com o lar e as pessoas? Se a maternidade é a maior realização da vida da mulher, como se explica o fato de que muitas mulheres não compartilham o desejo de ser mães hoje?

Os homens exercem o seu poder e impõem-se pela violência não somente no ambiente privado, mas também em ambientes de trabalho e sociabilidade, já que o sistema do patriarcado lhes faculta tomar atitudes desrespeitosas com mulheres à vista do público. Durante a minha experiência como trabalhadora em dois estabelecimentos, consegui observar como as relações de gênero e o sistema do patriarcado estão enraizados nas empresas, a ponto de não serem questionados. Normalmente os homens ocupam os cargos de maior importância e maior remuneração, enquanto as funções mais desvalorizadas e invisíveis aos olhos da sociedade, como a limpeza dos ambientes, são atribuições de mulheres. Quando elas assumem outras funções, como a de balconista e recepcionista, são obrigadas a exibir performances indicativas de bom comportamento e feminilidade, como se vestir bem, falar com um tom de voz baixo e estar sempre com um sorriso no rosto.

Recordo-me de um episódio em que o chefe de um desses estabelecimentos, de modo arrogante, chamou a atenção de uma funcionária por ela não ter sorrido para um cliente. O que ele interpretou como falta de simpatia por parte da trabalhadora, eu chamo de precaução. Sabemos que todos os dias muitas mulheres são assediadas no trabalho, nas ruas e em diversos locais da sociedade. A moça se sentiu impotente para enfrentar o seu chefe e, embora não soubesse explicar, presumia uma relação de poder que o autorizava a tratá-la em condição de submissão. O seu poder decorria não apenas do fato de ele ser seu chefe, mas também pelo fato de que ele ser um homem. Os homens se sentem no direito de aumentar o tom de voz e, independente do lugar, tratar as mulheres com violência.

Em rodas de conversas masculinas, era comum eu ouvir homens falarem de suas experiências no casamento. Em sua maioria, eles se mostravam misóginos, machistas e desrespeitosos. Lembro-me de uma vez ter presenciado um deles dizendo que era obrigação de sua esposa cuidar do lar, dos filhos e dele sem reclamar, afinal era ele quem levava o sustento para casa. Quando questionado por um dos seus colegas sobre o porquê de não incentivar a esposa a arranjar um trabalho externo, esse mesmo homem afirmou que as mulheres nasceram para ficar em casa e que mulheres independentes demais não respeitam os maridos e se tornam vaidosas. Afirmou, ainda, que toda mulher deveria estar sempre pronta para satisfazer sexualmente seu esposo, pois homens não podem passar vontade. Ainda que essas formas de pensar e agir sejam consideradas normais pelas próprias mulheres, hoje compreende-se que elas geram um tipo de violência, definida como estupro marital. Sobre isso, não houve comentários por parte dos colegas, o que só reforça que não era algo considerado um problema para eles.

A insatisfação com o universo privado ainda permanece quando percebo, no meu cenário familiar, que pessoas de gerações mais novas reproduzem, cotidianamente, as mesmas formas de violência e o sofrimento decorrente dessas situações. Muitas dessas pessoas já têm condições de compreender que estamos diante de um padrão de comportamento e de valores construídos historicamente e preservados no âmbito da cultura e das relações sociais e algumas, até, já conseguem externalizar sentimentos antes proibidos, como o arrependimento materno. Ouvindo expressões como “se eu pudesse voltar ao passado, eu não teria me casado” ou “eu amo os meus filhos, mas se fosse nos dias de hoje eu não os teria tido”, consegui compreender que o casamento e a maternidade podem ser fontes de adoecimento para muitas mulheres. Para algumas delas, o universo privado é uma prisão e a maternidade é uma experiência solitária, ainda que um homem esteja ao seu lado. Entre as reclamações externalizadas por mulheres estão: a falta de tempo para aprender coisas novas, a falta de liberdade e a sobrecarga de trabalho. Muitas afirmam desconhecer o porquê de ter escolhido um modelo de vida que lhes leva ao esgotamento, outras dizem não recordar quando isso passou a ser um sonho e há, ainda, as que dizem que só abraçaram o casamento e a maternidade por pressão da família.

Mas se a vida já é muito difícil para as mulheres casadas, muito mais o é para as mães-solo. Ter que enfrentar todas as dificuldades do dia a dia e, ainda, cuidar dos filhos sozinhas é uma situação que provoca sofrimento. É muito comum que elas expressem esse sentimento associando-o à sensação de impotência e ao sentimento de culpa, pois a maior parte delas se sente culpada por achar que não são boas mães. Essa culpa decorrente da falta da figura paterna não afeta, entretanto, os genitores dos filhos que elas criam sozinhas. Aliás, muitos deles se

julgam superpais apenas por pagar alguns reais de pensão e visitar os filhos a cada 15 ou 20 dias. Socialmente eles são até aclamados enquanto elas, que fazem mais do que podem, são criticadas por suas faltas ou por seus excessos.

É interessante que as próprias mulheres reforçam os valores patriarcais, reafirmando os lugares de subalternidade destinado às filhas e estimulando os filhos homens a serem autônomos e eficazes. Ou seja, comungam com a continuidade das violências que o sistema do patriarcado naturaliza e difunde. Elas ensinam aos filhos (meninas e meninos) o que aprenderam com suas mães e avós e, muitas vezes, usam de violência contra eles, alegando a necessidade de educá-los. Elas produzem violência porque acreditam que têm poder para isso e, sobretudo, porque estão sobrecarregadas e insatisfeitas ou porque não têm tempo para dialogar com os filhos. Existem filhos/as que sentem medo das mães, pois elas não lhes transmitem confiança e porque a casa não é, para eles e elas, um lugar de segurança. Há que se considerar, também, as mães que rivalizam com as filhas, que as insultam, que deslegitimam os seus sonhos e que as privam do direito de vivenciar a liberdade. No conflito dos filhos com a figura paterna, as mães se colocam ao lado do pai, mesmo dizendo amar os filhos incondicionalmente. E há as mães que dizem amar a maternidade, mas que, quando veem os filhos crescidos, cobram deles atenção e renúncia, exigindo-lhes que paguem pelo cuidado que receberam durante toda a vida.

Se é verdade que o amor de mãe é incondicional, genuíno e gratuito, por que as mães se sentem mal, abandonadas e sozinhas quando os filhos desejam construir suas vidas com autonomia? Isso significa que o amor que antes não tinha preço passou a ter? O amor, efetivamente, se realiza em determinadas condições e a maternidade é um lugar de contradição, que comporta falhas. O filho pode ter sido objeto de desejo e de satisfação, mas deve atender, ao longo da vida, às expectativas depositadas sobre ele.

Conheci diversos filhos insatisfeitos com suas mães por elas terem se decepcionado diante das escolhas que eles fizeram. O sonho da maternidade traz consigo uma projeção de como devem ser os filhos, o que abrange expectativas sobre a profissão e o comportamento. O atendimento a essas expectativas determina dizer se valeu a pena todo o esforço dedicado à maternidade e, caso contrário, há uma grande lamentação por parte dessas mães. Mas há aquelas que se queixam tão somente do fato de que os filhos cresceram e já não são mais as crianças que correm em sua direção em busca de proteção. Certa vez, presenciei uma mãe dizendo ao filho: “Por que você não volta a ser um bebê? Eu amava a forma com a qual você me olhava”. Falas e expressões como essas devem ser problematizadas e questionadas. Por que tantas mães têm receio, medo de que os filhos deixem de ser bebês? O que significa, para elas,

o olhar do bebê? Um ser que se rende diante da figura materna? Podemos pensar, talvez, que os sentimentos expressos nessas falas dizem respeito aos traumas e dramas vivenciados pela mãe e não significam, necessariamente, uma declaração de amor pelo filho. Existem mulheres que só se sentem amadas e valorizadas no contexto da maternidade porque é quando elas ainda podem ter algum controle sobre os afetos do filho.

Lembro-me de um episódio em que uma mulher falava com orgulho, batendo no peito, que o filho a amava incondicionalmente e que ele fazia de tudo por ela. Mesmo eu não sabendo explicar, aquela fala me incomodava. Não fazia sentido para mim uma pessoa se sentir importante, única e especial por tal motivo. Eu me questionava qual razão se escondia por trás dessas afirmativas e que levava a mulher a repeti-las de forma tão veemente. Anos depois, essa mesma mulher, com profunda tristeza, expressou decepção com o filho, chamando-o de ingrato por ele ter iniciado um relacionamento e ter passado a dedicar parte do tempo à namorada. Diante disso, devemos pensar: por que mães adoecem quando deixam de ocupar lugar central na vida dos filhos, quando não precisam mais dedicar todo o seu tempo a eles? O que sobra das mães quando a função da maternidade já não corresponde às suas expectativas? Sem os filhos, elas são chamadas a refletir sobre suas próprias escolhas, sobre a maneira como viveram e sobre quais histórias elas têm para contar. A compreensão tardia de que suas vidas estiveram resumidas aos cuidados com os filhos, os maridos e a casa resulta, muitas vezes, em arrependimentos. Enquanto têm os filhos aos seus pés, se sentem seguras. O acolhimento dos filhos sustenta suas escolhas e mantê-los por perto reforça a importância do materno. Doloroso é concluir que toda a sua vida se resumiu a cuidar do outro, e nem sempre há reciprocidade.

Um amigo advogado, que atua em casos de divórcio, afirmou, certa vez, que, durante as audiências, muitas mães afirmavam que os filhos pertenciam a elas, somente a elas, e que resistiam a deixar os pais participarem na vida das crianças. Dois pontos de reflexão me atravessam: elas tinham receio de confiar uma criança à figura paterna por considerar que os homens não dominam a função do cuidar, que seria inerente à condição feminina; outra hipótese é de que elas se apegam ao filho como a um objeto capaz de suprir suas carências afetivas e ajudá-las a enfrentar as angústias e os problemas existenciais.

Algumas questões podem ser postas: se o pai não sabe cuidar de uma criança, não seria esse o momento de aprender? Afinal, o cuidado não deveria ser dos dois? É saudável que uma criança, que depende inteiramente do outro para existir, seja a única responsável pela felicidade de uma pessoa?

A sociedade cobra das mulheres para que elas tenham filhos, sem questionar se elas estão preparadas psicológica, emocional e economicamente para exercer a função da

maternidade e sem despendar cuidados com aquelas que ingressam no território da maternidade. Difunde-se o discurso de que nenhuma mulher está preparada para ser mãe e que somente na prática é que se aprende. Essa assertiva despreza o fato de que ser mãe deveria pressupor um mínimo de planejamento, afinal maternar é gerar uma vida que necessita de cuidado, afeto e proteção. Ainda assim, a sociedade está mais preocupada em condenar as mulheres que decidem se abster do lugar da maternidade.

A maternidade implicar em lidar com a formação de sujeitos desde a infância até a adolescência, pelo menos. Uma criança que está por nascer dependerá de pessoas capacitadas para educá-los e prepará-los para enfrentar desafios, conflitos e problemas. Mas essa atividade formativa está muitas vezes sob a responsabilidade de outras crianças ou adolescentes, que abdicaram de parte de seu tempo de formação para cuidar dos irmãos mais novos. Essa problemática está presente na vida de muitas meninas do campo ou da periferia das cidades, cujas mães, em situação de pobreza, não contam com creches ou serviços de babás.

A mulher, assoberbada com os encargos de manutenção da casa, em uma dupla jornada de trabalho, mobiliza as filhas mais velhas para que assumam parte do trabalho de cuidados com a casa e de criação dos filhos de suas próprias mães (seus irmãos). As meninas, muitas vezes, deixam de brincar, socializar com outras crianças, aprender coisas novas, descobrir seus gostos na adolescência e direcionar tempo para os estudos, enquanto são exploradas no trabalho doméstico não remunerado. A elas, ninguém pergunta se querem exercer as atividades que lhes são designadas. Na fase adulta, algumas irão perceber tudo o que lhes foi suprimido e o quanto o trabalho exercido quase compulsoriamente lhes causou adoecimento. Mas há também aquelas que, privadas do acesso a outros modos de viver, se acostumam a ter o privado como espaço único de socialização.

Em uma sociedade ordenada segundo o sistema patriarcal-capitalista, é interessante que mulheres, entendidas como reprodutoras natas, se acomodem no papel de esposa e mãe. Dedicadas ao lar, cozinhando, limpando, passando, produzindo filhos para servir ao sistema e contribuindo para a boa qualidade de vida do esposo, elas dão o seu quinhão para a manutenção desse sistema. Com o apoio e cuidado da esposa, o homem tem tempo livre para focar na formação e no trabalho e para restaurar energias nos momentos de lazer. A mulher, pelo contrário, sobrecarregada de trabalho, não dispõe de tempo para estudar e exercer a autonomia do pensamento. No entanto, as mulheres que recusam o lugar da maternidade incomodam a sociedade, com a ressalva de que as cobranças vêm, principalmente, de outras mulheres que estão, em sua maioria, insatisfeitas e cansadas com os encargos da maternidade. Na memória discursiva presente na sociedade, o corpo feminino foi projetado para a reprodução, uma vez

que: a experiência de ser mãe é a maior realização de uma mulher; elas somente irão conhecer o verdadeiro amor ao se tornarem mães; e, mesmo com todas as dificuldades, não tem preço ver o sorriso de um filho. Argumenta-se que, em tempos mais difíceis, as bisavós e avós tiveram vários filhos e conseguiram criá-los. Mas a ideia de criar os filhos não deveria estar ligada apenas à sobrevivência. Todo ser humano tem direito à dignidade, à educação e a uma vida confortável. E, como é sabido, a maioria das famílias que tiveram muitos filhos passaram por muitas necessidades.

Questionadas sobre os ganhos que a maternidade lhes trouxe, algumas mães respondem que o(s) filho(s) é/são o mais importante presente para suas vidas. Outras, verbalizam que, desde que se descobriram grávidas, passaram a dar outro sentido para suas próprias vidas, já que a elas, principalmente, recai a responsabilidade sobre a vida da criança que estava por vir. As mulheres, em sua maioria, têm dificuldade em reconhecer que tiveram mais perdas do que danos, mas, se a maternidade é esse lugar “bom”, por que algumas rogam pragas para as que não querem ser mães? É comum desejar, inclusive, que elas tenham gêmeos, de modo a duplicar o trabalho que não querem assumir.

Essas múltiplas experiências vivenciadas na família, desde a minha infância até a idade adulta, me levaram a pensar no ambiente doméstico como um lugar de adoecimento para as mulheres. Constatei que esse processo de adoecimento também fazia parte da vida da maioria das mulheres do meu bairro, da minha cidade, da sociedade na qual estou inserida. Concluí que os problemas que afetam as mulheres não são de ordem individual, mas, sim, coletivos e abrangentes. Volto o olhar para a minha infância, lembro como foi a minha vida, a vida das minhas irmãs e do meu irmão, das primas e primos, e percebo que há diferença na forma como meninos e meninas são apresentados ao mundo. As meninas são induzidas a pensar que o casamento seria o lugar de segurança e que o lugar de mãe, que envolve fornecer amor incondicional aos filhos, seria o ápice na realização de nossos projetos de vida. Já os meninos são ensinados a amar a si mesmos, a sonhar com muitas coisas, pois plantar roça de café, andar de moto, jogar bola e fazer artes marciais eram caminhos que eles poderiam desfrutar até que estivessem preparados para o casamento.

Essas lembranças, tanto quanto as leituras que fiz, no início da minha vida acadêmica, me fizeram compreender como são construídos e definidos os lugares de socialização de homens e de mulheres. Já adulta, pude acompanhar o crescimento dos meus sobrinhos e percebi que nada havia mudado: a forma como eles são educados, os brinquedos com os quais são presenteados e os livros que lhes são apresentados, tudo leva a crer que o processo de formação dos meninos não difere do que eu havia presenciado em minha infância. Os seus desejos e

planos futuros indicam que eles querem ser “jogador de futebol”, “gamer” e “astronauta” ou exercer outras profissões que lhes garantam liberdade e sucesso material. Nenhum deles sonha em se casar com uma princesa. As crianças nascem como tábulas rasas e, inseridas em um universo em que os discursos já estão em funcionamento, eles passam a reproduzir comportamentos e preconceitos arraigados na memória discursiva, como, por exemplo, aqueles referentes aos lugares de socialização possíveis para homens e mulheres.

Nos espaços públicos ou privados, e sobretudo nas escolas, por meio dos livros didáticos ou literários, as tradições se renovam nos diálogos, nas imagens ou nos eventos comemorativos. Reportando à minha infância, vejo os meninos exibirem segurança e liberdade de ação em espaços que eles dominavam, espaços que entendiam como deles. As piadas, como forma de manifestação de estereótipos, recaiam sobre aqueles (meninos ou meninas) que não se adequassem ao padrão, que não jogassem bola, não participassem das brincadeiras mais desafiadoras, não estivessem em condições de projetar-se como líderes. As professoras redobravam o olhar sobre as meninas, dando-lhes dicas de bom comportamento, pautado pelo recato e pela docilidade.

Na minha formação discursiva, tanto quanto as leituras que fiz e os discursos em movimento que partilhei, estão presentes as experiências vividas desde a infância. Parece natural eu afirmar, hoje, que o sistema patriarcal define lugares de subalternidade para as mulheres, que os lugares de socialização atribuídos a elas são construídos historicamente, assim como os discursos emancipatórios, que almejam denunciar e romper com os valores machistas e misóginos e somar no processo de luta por equidade de direitos.

Deriva dessa percepção ampla das relações entre os gêneros o meu desejo de intervenção e compartilhamento de tecnologias voltadas à promoção de uma educação emancipadora. Penso, pois, na escola enquanto espaço fundamental de formação dos sujeitos, de construção das subjetividades e que abriga múltiplos processos identitários. E concentro minha atenção na literatura-infantil, fundamental aos processos de subjetivação de crianças e adolescentes. Os livros, como ressalta Teresa de Lauretis (1994), são importantes ferramentas no processo de construção do ser homem e do ser mulher na sociedade.

Em contraponto com as narrativas tradicionais, associadas ao conceito de contos de fadas, tomam lugar no corpo da literatura infanto-juvenil contemporânea novos modos de compreensão das relações de gêneros. A literatura é tomada, aqui, como representação social, inserida na realidade e geradora de práticas sociais. A questão mobilizadora da pesquisa da qual resultou a presente dissertação pode ser assim definida: de que maneira os contos infantis de Ana Maria Machado mobilizam memórias discursivas, que abrigam pontos de vistas

contraditórios, no processo de produção de significado? O objetivo central da investigação foi refletir sobre de que forma os discursos produzidos na interação entre a autora e os/as leitor(a)s, nas condições específicas de produção, podem contribuir para a formação crítica de meninos e meninas frente ao sistema patriarcal e aos valores e práticas por ele sustentados, que delimitam papéis de gênero e reduzem as mulheres à condição de submissão.

O *corpus* documental definido como fonte de investigação foi constituído por dois livros de Ana Maria Machado: *A princesa que escolhia*, publicado em 2017, e *Senhora dos Mares*, publicado em 2012, destinados a crianças de menos de 10 anos de idade. À luz das informações concernentes à dinâmica dos movimentos feministas e da Teoria Crítica Feminista, a presente pesquisa buscou identificar, nos dois contos, a presença de temas e padrões discursivos que, em contraponto com modelos tradicionais de abordagem das relações de gênero, apontem para a possibilidade de engajamento de homens e mulheres em uma perspectiva de mundo pautada pelo respeito e pela equidade entre gêneros. A pesquisa revelou-se importante na medida em que pode servir de base a projetos e estratégias de incentivo à leitura de textos de autoria feminina afinados com a proposta de ampliação dos lugares de socialização para mulheres e de ruptura com os padrões hegemônicos de apreensão e apresentação das relações de gênero.

Os objetivos específicos que nortearam a escrita da dissertação foram assim delineados: 1. Delimitar as categorias conceituais que, presentes na teoria crítica feminista e definidas em estreita correlação com a dinâmica dos movimentos feministas dos séculos XX e XXI, poderiam ser apropriadas no processo de análise do corpus documental; 2. Refletir sobre a complexidade do processo de renovação das obras de literatura disponíveis para o público infanto-juvenil, com destaque para os revisionismos e a construção de novos perfis de meninas e mulheres apresentadas como protagonistas. Tais reflexões devem estar amparadas em informações concernentes ao processo de formação discursiva da autora em um contexto estrito, que viabilizou as suas escolhas concernentes a conteúdo e forma, e ao contexto mais amplo, no qual os contos foram produzidos e difundidos inicialmente em formato de livros; 3. Realizar a análise dos contos escolhidos, tendo por base as categorias analíticas anteriormente definidas e os princípios teórico-conceituais da Análise do Discurso, segundo proposição de Eni Orlandi (2009).

Como elemento norteador dos debates sustentados no presente texto dissertativo, tomamos como central o conceito de patriarcado, delineado a partir das abordagens históricas e sociológicas que procuravam elucidar as bases da dominação masculina sobre as mulheres. No campo de estudos feministas, esse conceito se tornou essencial à análise e crítica das

sociedades associadas à ideia de “civilização ocidental”. O patriarcado aparece aqui associado ao conceito de sistema, de modo a dar conta das conexões entre os tempos e entre sociedades coetâneas reguladas pelo mesmo modelo de dominação. Sobre a percepção de um sistema patriarcal, foram elaborados os contradiscursos aos modelos dominantes de representação social das relações de gênero. No campo das práticas sociais, o movimento feminista, em suas distintas fases, teve papel fundamental na luta em torno de pautas de igualdade de direitos e foram responsáveis por conquistas importantes para as mulheres em diversas esferas da vida social. A conquista de direitos civis, os avanços no acesso ao trabalho, a expansão da participação de mulheres nos campos da ciência e da literatura são frutos da organização e lutas das feministas no século XX.

O avanço dos debates e das pautas feministas permitiram desvendar os fenômenos sociodiscursivos que, historicamente, relegaram as mulheres ao domínio do privado. Ideias como essencialidade, subjetividade e identidade feminina foram sendo postos em discussão, assim como os elementos reguladores da condição de gênero, como o dispositivo amoroso e o dispositivo materno, essencial aos nossos procedimentos de análise. Esses múltiplos elementos se difundem por meio das tecnologias de gênero, que difundem um modelo binário de interpretação da sociedade em que os sujeitos são identificados como homens e mulheres. As tecnologias de gênero, outro elemento essencial à nossa análise, compreendem procedimentos, práticas e discursos, manifestos por meio de romances, filmes e músicas, por exemplo. Especificamente para o público infantil e juvenil, essas tecnologias de gênero estão presentes nos contos tradicionais, nos quais príncipes corajosos salvam as princesas das intempéries e as conduzem à felicidade eterna cristalizada no matrimônio e na maternidade.

A produção acadêmica sobre mulheres, sobretudo, de mulheres, em vários campos do saber, dentro e fora das universidades, se voltam à desconstrução dos modos de subjetivação da figura feminina e denunciam a proeminência dos dispositivos amoroso e materno, que apontam para o matrimônio e a maternidade como destino natural e ideal para as mulheres. É essencial manter-se em linha de combate contra o imaginário sociodiscursivo hegemônico, que estabelece a dicotomia entre as mulheres, destinadas aos cuidados com o lar e a família, e os homens, seres capacitados para o trabalho externo e para a vida pública.

Os debates sustentados pela crítica feminista avançam no território da literatura, abarcando sobretudo os escritos de mulheres, que ela se torna terreno fértil para a incorporação de discursos disruptivos, de contestação à perenidade das divisões clássicas de gênero. A obra literária, como parte da realidade, abriga, também, de forma contraditória, imagens e discursos reforçadores do sistema do patriarcado. Esse fenômeno se manifesta também no terreno

compreendido como literatura infantil, especialmente em textos produzidos por autoras formadas em um contexto dialógico marcado pelas lutas por liberdade e igualdade de oportunidade. Seus escritos adentram o mercado editorial em condições de concorrência com os livros tradicionais, associados à ideia de contos de fadas, normalmente escritos por homens, que reforçam os lugares de subalternidade das mulheres e o poder masculino.

Por vezes os novos contos aparecem como releitura de narrativas tradicionais, por vezes se debruçam em temas e símbolos até então ausentes do universo da literatura infantil. São estruturados a partir de experiências e expectativas daquelas que participam, na condição de autoras, do processo de significação. Projetam, no horizonte de expectativas, o desejo de formação crítica de cidadãs e cidadãos ao intervir, de forma dialógica, no período de suas vidas em que os gostos, as personalidades, as subjetividades, as identidades estão ainda em fase de construção.

Os textos de Ana Maria Machado destinam-se a crianças, em especial a meninas, às quais é necessário falar, alegoricamente, de subjetivação e submissão da mulher. Esses textos projetam, na condição de protagonistas, meninas que lutam pelo direito de escolha, que rompem com discursos e práticas sociais hegemônicas, que experimentam modos de socialização não necessariamente condicionados pelos dispositivos amoroso e materno. As histórias têm importância na reparação da dignidade despedaçada e no empoderamento de sujeitos subalternizados, como argumenta Chimamanda Adichie (2019, p. 16):

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

Identificar, nos textos de Ana Maria Machado, discursos ancorados na teoria crítica feminista é uma tarefa que responde a inquietações pessoais, de leitora de narrativas clássicas, mas que se descobriu em textos literários que acenam com alternativas de existência para meninas/mulheres. Mas essas inquietações não podem ser dissociadas da minha condição de observadora e sujeito dos processos de socialização das mulheres da minha família, que, até hoje, têm suas vidas restritas ao universo privado.

Entre as autoras consignadas ao campo da crítica feminista, serviram de base à presente pesquisa Joan Wallace Scott (1990; 1992); Teresa de Lauretis (1994); Simone de Beauvoir (1967); Silvia Federici (2019); Valeska Zanello (2016; 2018), Chimamanda Adichie (2017; 2019) e bell hooks (1995; 2021). Para a abordagem sobre a literatura infantil e juvenil, aqui

tomada como tecnologia para a construção identitária de meninas/mulheres no mundo contemporâneo, foram utilizados textos de Maria Cristina Martins (2015) e Nelly Coelho (2000). Finalmente, as contribuições de Eni Orlandi (2009) ancoraram as escolhas teórico-conceituais da Análise de Discurso, que ressaltam a importância das condições de produção, da formação discursiva, da memória discursiva e do discurso enquanto processo partilhado de produção de significado.

A primeira seção da presente dissertação apresenta, de forma sucinta, a dinâmica dos movimentos feministas, e se conclui com um inventário das reivindicações e conquistas a eles associadas. Ainda nessa seção, com base na Teoria Crítica Feminista, foi realizada uma reflexão sobre os processos de subjetivação de mulheres que viabilizaram a criação de identidades femininas calcadas na perspectiva de vivência do amor romântico e da maternidade. A seção foi concluída com o debate sobre a importância da clivagem entre público e privado e da definição do privado como lugar privilegiado das mulheres para a preservação do patriarcado dentro do sistema capitalista.

A segunda seção apresenta uma revisão bibliográfica sobre o surgimento da literatura infantil e juvenil, sua importância no plano das representações sociais e as finalidades que mobilizam autores e outros agentes envolvidos no processo de produção de textos destinados a crianças e jovens. Em particular, toma-se como objeto de reflexão o conjunto ao qual se convencionou nomear como contos de fadas, por sua importância na construção da subjetividade de meninos e meninas em distintos tempos e espaços. Em contraponto, discute-se os limites e possibilidades da proposta revisionista que propugnou a produção e difusão de novas narrativas, especialmente de autoria feminina, com potencial de reversão de valores e práticas tradicionais. A seção se conclui com a apresentação de Ana Maria Machado, o contexto de formação da autora, o processo de escrita e difusão dos textos, assim como os resumos das narrativas que constituíram o *corpus* documental da pesquisa.

A terceira e última seção está dedicada à apresentação dos princípios teórico-metodológico escolhidos e da análise propriamente dita, abarcando a descrição dos principais conceitos. A análise foi orientada por categorias analíticas definidas na leitura preliminar dos contos, mediante o cotejamento com padrões de abordagem das relações de gênero propostos pela Teoria Crítica Feminista.

A título de conclusão, procuramos refletir como a mobilização de discursos contraditórios, em processos de produção de significados, podem contribuir para subverter valores do sistema do patriarcado e propor novos modos de socialização de mulheres, visando

a construção de uma sociedade na qual desejo de liberdade e autonomia de escolha sejam acessíveis a todos, independentemente de gênero.

1. TEORIA CRÍTICA E HISTÓRIA DAS MULHERES: NARRATIVAS SOBRE ELAS, ESCRITAS POR ELAS

1.1 Patriarcado e feminismo(s) no Brasil

Sob o domínio histórico do patriarcado, as mulheres são socializadas em lugares de subalternidade.¹ De acordo com a socióloga Heleieth Saffioti (2015), o patriarcado se sustenta na exploração das mulheres. Na contemporaneidade, o sistema de dominação patriarcal não pode ser dissociado do capitalismo e das múltiplas formas de expressão do machismo, que garantem aos homens ocupar lugares de privilégio, enquanto às mulheres são negados alguns direitos básicos, como autonomia de escolha, manifestação e dignidade. A relação de desigualdade na distribuição de poderes entre homens e mulheres, na sociedade capitalista, encontra-se reforçada por múltiplas formas de exclusão, dominação e exploração, que atingem outros grupos minorizados como negros e população LGBTQIA+, o que garante aos homens brancos, heterossexuais e das classes superiores a condição de centralidade.

Saffioti problematiza o conceito de sistema patriarcal, partindo da premissa de que ele assume formas distintas nos diversos recortes histórico-geográficos. No Brasil, ele encontra-se marcado por um sistema ideológico que remonta ao período de dominação colonial e, sobretudo, à escravização dos povos africanos e indígenas, fenômenos que estiveram na base de formação do país. Nesse sentido, as categorias de gênero, classe e a raça, como destaca a autora, constituem uma unidade sem a qual não é possível abordar as atuais configurações do sistema patriarcal.

É o poder patriarcal que permite a subsistência de diversas formas de violência praticadas contra as mulheres, especialmente quando elas se levantam contra o estado permanente de submissão, contra as limitações e o sobretrabalho, situações às quais a classe feminina encontra-se frequentemente submetida.

A dominação masculina sobre as mulheres tem sido, desde a segunda metade do século XX, objeto de estudos de homens e mulheres que se dedicaram ao trabalho de elucidar, em fontes documentais relativas à Antiguidade, à Idade Média e ao período moderno, as condições de existência, trabalho e manifestações das mulheres de distintas categorias sociais e formações culturais. Constituíram objeto de especial atenção, nessas pesquisas, as estratégias

¹ O conceito de subalternidade é tomado de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), que considera como subalternas “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estado social dominante” (Spivak, 2010, p. 12).

de dominação masculina gestadas no período medieval, aprofundadas no início da Idade Moderna, quando, sob o domínio da Igreja Cristã, consolidou-se um conjunto ideológico marcadamente misógino, que apontava para a representação da mulher como agente de satã.

Embora algumas mulheres aristocráticas, da nobreza e da nascente burguesia tenham realizado conquistas importantes no campo do direito patrimonial e se projetado nas histórias de formação dos Estados ao longo da Idade Moderna, foi somente no século XIX que a luta de mulheres por direitos tomou um caráter mais coletivo. Sob o impacto da Revolução Industrial, que lançou mulheres de categorias sociais inferiores no mercado de trabalho, foram registrados, em várias partes da Europa e nos Estados Unidos, os primeiros movimentos reivindicatórios por igualdade de direitos econômicos, políticos e civis entre homens e mulheres.

A política era um campo reservado, privilegiadamente, aos homens. Contra esse estado de coisas, as sufragistas, em sua maioria pertencentes às classes abastadas, tomaram a frente das lutas por direitos civis. O resultado mais imediato foi a conquista do direito ao voto, como ressalta Ivone Ferreira Caetano (2017). As mulheres pobres, por sua vez, direcionavam a luta para a conquista da igualdade de direitos no campo do trabalho. Esses primeiros movimentos reivindicatórios de mulheres foram assimilados, posteriormente, em um conjunto ao qual se convencionou chamar de primeira onda do feminismo.

No Brasil, os primeiros movimentos reivindicatórios de mulheres tomaram corpo no início do século XX. Céli Pinto (2010) destaca a importância das lutas de operárias, orientadas pela ideologia anarquista, organizadas na "União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas". O movimento das sufragistas encontrou também expressão, aqui, na voz da cientista Bertha Lutz. Após concluir seus estudos no exterior, a bióloga retornou ao Brasil em 1910 e foi uma das fundadoras da organização que se projetou na campanha pública pelo voto de mulheres, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Lutz foi a responsável por levar um abaixo-assinado ao Senado, em 1927, o qual tinha como principal reivindicação a aprovação do Projeto de Lei do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

Após o Golpe empresarial-militar de 1964, o Brasil mergulhou em um longo período ditatorial, que perdurou por 21 anos. Apesar do avanço da censura e da repressão estatal sobre indivíduos e movimentos sociais, a luta das mulheres ganhou novo impulso no país entre 1964 e 1985 (Caetano, 2017). Como salienta com Céli Pinto (2010), novas reivindicações se apresentaram, então, como prioritárias. As mobilizações de mulheres almejavam a ampliação dos espaços na educação, no trabalho e na vida pública. A essas preocupações somaram-se as

bandeiras da autonomia e da liberdade e a luta pelo direito de dispor do próprio corpo, novas palavras de ordem que vieram impactar diretamente os relacionamentos entre homens e mulheres.

No plano internacional, sobretudo nos Estados Unidos da América, tomou corpo a chamada segunda onda de feminismo no início da década de 1960. As mulheres se deram conta de que existe, “além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias” (Pinto, 2010, p. 16). Entretanto, como observa Camila Karla Siqueira (2015), as discussões no campo da esquerda estavam focadas na relação de classes e na defesa da democracia, entre outros assuntos da esfera pública. Questões inerentes ao universo privado não eram levadas ao debate. Uma dissensão ocorre quando as feministas passam a gritar que o pessoal também é político e que a violência contra a mulher e a família, por exemplo, deveria ser tratada como assunto de interesse público.

A maternidade passou a ser tratada pelas feministas como matéria de interesse da mulher, e não como uma determinação biológica e, pela primeira vez, foi trazido ao debate público o direito ao aborto. Para as feministas da segunda geração, era fundamental afirmar a possibilidade de liberdade sexual para as mulheres e, por conseguinte, a necessidade de domínio delas sobre o próprio corpo. Siqueira (2015) ressalta que foi esse o contexto que ambientou as discussões acerca dos papéis de gênero. Desde então, a conquista da liberdade das mulheres passa pela denúncia dos lugares de subjetivação que reafirmam a natureza feminina dócil e bem-comportada e o talento natural das mulheres para os papéis de esposa, dona-de-casa e mãe. O direito de não se casar e de não ter filhos passa a ser anunciado como possibilidade de vivenciar a liberdade e a autodeterminação.

A segunda onda do Feminismo deu margem ao aparecimento das teorias de gênero e à afirmação dos estudos de gênero como campo do saber. Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1967), afirmou que ser mulher é uma condição construída sócio-historicamente e não determinada biologicamente. No sentido contrário ao determinismo biológico, implícito no uso de palavras como “sexo”, Joan Scott (1990) afirmou o conceito de gênero. Na sequência dos debates propostos por Beauvoir e Scott, as feministas dos EUA passaram a enfatizar o caráter fundamentalmente social das discrepâncias baseadas na diferença sexual.

No Brasil, conforme Caetano (2017, p. 7), “o feminismo da resistência”, que mobilizou mulheres na luta contra a ditadura, abriu-se ao debate com as novas correntes do feminismo internacional. Na década de 1970, a luta feminista foi reforçada pelo recrudescimento de luta por direitos de negros e dos homossexuais, movimentos identitários, pelo direito à vida e contra

a discriminação e o preconceito, que vieram somar-se aos vários campos da esquerda brasileira em batalha pela redemocratização do país. A bandeira da autonomia, conforme Ana Alice Costa (2005), foi alçada, nessa época, como “um eixo conflitante e definidor do feminismo”, que lutava por espaço para expor ideias, objetivos e estratégias fora do controle do Estado.

Na década de 1990, a categoria "mulher", enquanto categoria coletiva e universal, passou a ser questionada. Efetivamente, as mulheres não são semelhantes aos homens, que usufruem de diversos privilégios consagrados pelo sistema do patriarcado. Mas também é verdade que as mulheres não são iguais entre si. Elas não vivem as mesmas opressões, pois vivenciam condições distintas a depender de raça, classe, religião e origem territorial. O “Feminismo da Diferença” passou a considerar, como elementos fundamentais para a análise, a exploração e dominação exercidas por mulheres brancas e de classe alta sobre as mais vulneráveis (Siqueira, 2015).

Entramos no que se convencionou chamar de terceira onda do Feminismo, que tem como base teórica o Pós-modernismo e a Filosofia da Diferença (Siqueira, 2015). Fundamentalmente, busca-se enfatizar que a subjetividade feminina é definida a partir dos lugares de socialização. Ao mesmo tempo, abre-se espaço para a denúncia e a subversão pelo confronto com as opressões existentes dentro do próprio movimento feminista, que tendia ao silenciamento e apagamento de parte das mulheres. Alguns teóricos, a exemplo de Ana Gabriela Macedo (2006), atentos à pluralidade de conceitos, práticas e estratégias de luta, sustentaram a ideia de que estamos diante de um pós-feminismo:

[O conceito] de pós-feminismo poderá assim traduzir a existência hoje de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo ‘plural’, que reconhece o factor da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro, sem, contudo, pretender fazer tabula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou ‘fetichizar’ o próprio conceito de diferença (Macedo, 2006, p. 814).

De fato, existem hoje vários grupos dentro do feminismo, cada um com suas especificidades, suas necessidades e formas de luta, com destaque para as formas de expressão do feminismo negro. Essa faceta do feminismo ganha particular expressão no Brasil e nos Estados Unidos da América, que vivenciaram um prolongado período de exploração escravista. Nesses países, as mulheres negras, em particular, encontram-se ainda marcadas pelo preconceito, pela exclusão e pelos estereótipos provenientes do sistema escravista de exploração. Sobre a condição das mulheres no sistema escravista, expõe Angela Davis (2016, p. 24):

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.

Especificamente em relação ao Brasil, é preciso considerar, ainda, o modelo adotado para a supressão legal da escravidão pelo Estado Imperial, sem qualquer perspectiva de inclusão dos homens e das mulheres africano/as e afro-brasileiro/as ao projeto de nação. As pessoas negras, uma vez “libertadas”, não receberam quaisquer recursos para recomeçar suas vidas e se viram excluídas de espaços sociais e das condições mínimas de dignidade. Muitas mulheres advindas da condição de escravização permaneceram nas casas dos brancos, prestando serviços mal ou não remunerados de trabalhadoras domésticas, às vezes somente em troca de comida e de um teto. Essa realidade se prolonga até os nossos dias, a despeito do avanço das relações capitalistas de produção.

A percepção da diferença entre as condições de vida das mulheres brancas e da maior parte das mulheres pretas está na origem das lutas compreendidas na ideia do feminismo negro, que tem como objetivo evidenciar as condições sociais e culturais que perenizam a invisibilidade da mulher negra e de suas lutas. Em interseção com os debates no campo mais amplo do movimento feminista, o feminismo negro abraça os estudos de gênero, mas propõe questões específicas sobre raça e classe. Para Djamila Ribeiro (2016, p. 101), “pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura”. Ou seja, é preciso compreender que as categorias de classe, raça e gênero não devem ser pensadas de forma isolada.

No Brasil, a militância de mulheres negras remonta à década de 1970 e ganha força nos anos 1980. Lélia Gonzalez (2020) destaca a importância do ano de 1975, quando as feministas, reunidas na Associação de Imprensa para comemorar o Ano Internacional da Mulher, foram confrontadas por mulheres negras que, ali presentes, denunciaram a opressão e a superexploração por elas vivenciadas. Ainda de acordo com Gonzalez (2020, p. 163): “dadas as muitas tendências diferentes dentro do movimento negro, esse grupo pioneiro se separou e suas integrantes continuaram ativas em outras organizações que surgiram a partir de então, mas apenas como ativistas do movimento negro”. Essa divergência de pensamentos, formas de organização e luta nos autoriza, talvez, a pensar em “feminismos negros”.

Nas duas últimas décadas do século XX, novos grupos de mulheres negras foram criados, buscando denunciar, sobretudo, as condutas machistas praticadas pelos próprios homens negros, que naturalizam a divisão de tarefas entre homens e mulheres e excluem as mulheres dos processos decisórios (Gonzalez, 2020). Por outro lado, nos congressos e encontros feministas, em que predominam e dominam mulheres brancas, as mulheres negras tiveram que demonstrar que, assim como o sexismo, o racismo também deve ser pauta da luta feminista, considerando que estas são formas estruturais de exploração e de opressão, e que, no Brasil, essas formas estruturais têm raízes fincadas no sistema escravista.

A exploração das mulheres negras deve ser especialmente considerada quando se trata de trabalho doméstico remunerado, majoritariamente exercido por elas, pois a esse público são negados direitos trabalhistas básicos. Sobre as origens históricas das condições de trabalho vivenciadas por essas mulheres na atualidade, expõe Angela Davis (2016, p. 24):

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos da existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel com trabalhadoras.

As diferenças de condição social que definem a maioria das mulheres brancas e negras desautorizam pensar o feminismo como um movimento universal. As mulheres negras continuam a ser alvos de preconceito e exclusão, mesmo com a conquista de políticas de reparação e inclusão, que permitiram aos negros e negras a ocupação de novos espaços, como, por exemplo, as universidades,. As diferenças de tratamento, como ressalta bell hooks (1995), estão assentadas no processo de escravização e se reproduzem mediante a difusão de uma cultura de racismo e de conformação: “A insistência cultural em querer que as negras sejam encaradas como empregadas domésticas independentemente de nosso status no trabalho ou carreira assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras talvez sejam o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais” (hooks, 1995, p. 470).

É notável, por exemplo, que, no universo acadêmico, poucas mulheres negras despontem como teóricas da literatura. O trabalho intelectual possibilita às pessoas angariarem visibilidade e projeção enquanto sujeitos políticos, razão pela qual o feminismo negro considera este tipo de trabalho, como destaca hooks (1995, 466), “uma parte necessária da luta pela libertação fundamental de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeitos que descolonizaram e libertaram suas mentes”. Nessa perspectiva, a escrita,

em suas múltiplas formas, pode ser pensada como uma tecnologia da qual as mulheres negras se apropriam para falar sobre suas vivências. O escrever pode ser tomado como um processo de cura e de resistência porque, na maioria das vezes, é uma escrita que denuncia.

No pensamento de Saffioti, sobre o papel do patriarcado na ordenação da sociedade brasileira, são reportados alguns fenômenos sociais que servem de reforço às pautas específicas do feminismo negro: enquanto mulheres brancas, de boa condição econômica e social podem se dedicar à construção de carreiras de livre escolha (ou associadas às tradições próprias ao seu meio social), as mulheres negras, em sua maioria, estão relegadas à condição de subalternidade em relação àquelas ou estão fadadas a exercer profissões que exigem menor qualificação e investimento. É necessário destacar, também, a situação de exclusão que afeta mulheres brancas pobres, o que as aproxima, embora não as iguale, às mulheres negras, duplamente invisibilizadas por suas condições de raça e classe. Referindo-se, em particular, à situação das mulheres negras nos Estados Unidos, argumenta hooks (2019, p. 47):

Como grupo, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe. Ao mesmo tempo, somos um grupo que não foi instituído socialmente para assumir o papel de explorador/opressor, na medida em que não nos foi concedido nenhum 'outro' institucionalizado que pudéssemos explorar ou oprimir (crianças não representam 'um outro' institucionalizado, ainda que possam ser oprimidas pelos pais e mães).

Assim, sem desmerecer as pautas e as lutas, necessárias e legítimas, sustentadas pelos movimentos feministas desde a origem, é preciso atentar para a discrepância das realidades vividas por mulheres de condições distintas. No Brasil, as dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres negras estão ancoradas no processo de escravização e se estendem até a contemporaneidade por força do sistema patriarcal, que reforça princípios racistas e preconceitos étnico-sociais que as afetam de forma particular.

Saffioti insiste no uso do conceito de patriarcado, que deve ser considerado como uma estrutura de poder que extrapola os limites do universo privado e perpassa todas as relações sociais, estando presente nas próprias estruturas do Estado. Nos ambientes de trabalho e nas escolas, como em outros espaços públicos, as funções atribuídas às pessoas são definidas com base nas relações de gênero. Embora o sistema do patriarcado tenha passado por inúmeras mudanças ao longo do tempo, as mulheres encontram-se sujeitas, ainda, a múltiplas situações de opressão, exploração e violência que esse sistema instaura e justifica. Essas situações

podem ser identificadas, por exemplo, quando às mulheres veem-se premidas a ser socializadas nos lugares do casamento e da maternidade. Essa exigência pode ser interpretada como a perenização de mecanismos de controle dos corpos das mulheres e de manutenção do poder masculino sobre elas.

É patente, na sociedade orientada por premissas do sistema patriarcal, a assertiva de que o sentido da vida das mulheres encontra-se subjetivado nos dispositivos amoroso e materno. No seio da família e nas escolas, ensina-se, ainda, às meninas e mulheres, que o relacionamento amoroso e a maternidade definem os seus lugares na sociedade. As estruturas estatais, ocupadas majoritariamente por homens, expressam e fazem valer, por meio de leis, por instituições e por diversos mecanismos de controle, essa definição.

Os movimentos feministas foram responsáveis por conquistas importantes. O direito ao voto, a liberdade de escolha na carreira e de parceiros no matrimônio, a ocupação de espaços públicos antes reservados aos homens ou, até mesmo, a decisão de restringir a sua atuação ao universo privado são algumas dessas conquistas. Mas esses ganhos favorecem umas mais do que outras e, no imaginário sociodiscursivo dominante, todas as mulheres permanecem restritas a certos lugares de subjetivação. A definição dos lugares das mulheres é, portanto, fruto de processos sociais e culturais que os novos movimentos de mulheres devem confrontar e desconstruir. Especialmente para as mulheres negras, o pleno usufruto das conquistas e o avanço no sentido da equidade de gênero e raça depende da continuidade da luta, assentada sobre novos princípios e novas práticas.

1.2 A (des)construção da subjetividade feminina: um olhar para o dispositivo amoroso e o dispositivo materno como lugares de socialização da mulher

Os processos de subjetivação da figura feminina, que definem o universo privado como espaço de atuação das mulheres, se manifestam de diferentes maneiras. Desde crianças, meninos e meninas são orientados para perspectivas de vidas distintas. Enquanto meninos são incentivados a exercer atividades que lhes proporcionem autonomia e liberdade, as meninas são estimuladas a brincar de “boneca e de casinha”, brincadeiras que reproduzem a ligação entre o ser mulher e a aquisição de habilidades para os afazeres domésticos. Na adolescência, enquanto se preparam para a chegada do amor, as moças são iniciadas no exercício de atividades associadas aos cuidados com a casa e com os membros da família. Já os rapazes, nessa fase, estão autorizados a viver em um universo público de diversão e aventuras em companhia de outros da mesma faixa de idade. Na fase adulta, os homens são incentivados a

cuidar da carreira profissional, a exercer atividades que lhes promovam emancipação financeira e social. As mulheres, ainda que se dediquem ao estudo e tenham conquistado uma profissão, são estimuladas a investir tempo e energia na procura de um amor/casamento que lhes garanta segurança para o resto da vida.

No final da década de 1960, Simone de Beauvoir constatava: “O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser” (Beauvoir, 1967, p. 165). Ainda hoje, é comum ouvir dizer que “mulher nasceu para casar e ser mãe”, ainda que muitas delas tenham conquistado lugares em espaços antes restritos aos homens. O imaginário social preserva uma memória discursiva que naturaliza a existência de famílias nucleares que preservam a divisão do trabalho entre os sexos. Sobre as relações entre memória discursiva e discurso, propõe Orlandi (2009, p. 31):

A memória discursiva tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Ou seja, um discurso remete sempre a discursos anteriores, ou melhor, a interdiscursos. Essa ideia se articula com outro conceito-chave, exaustivamente trabalhado por Maingueneau (2005) em suas reflexões sobre o fenômeno discursivo: o esquecimento.

Sobre a importância do esquecimento na constituição dos sujeitos e dos sentidos, propõe Orlandi (2009, p. 35-36):

Quando nascemos os discursos já estão em processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são ‘defeitos’, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos ‘esquecem’ o que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos.

Desde o nascimento o sujeito é inserido em uma sociedade organizada e estruturada, na qual ele vai construir relações múltiplas. No contexto dessas relações, as pessoas são expostas

a discursos, ideais e valores, que os afetam de formas distintas e a partir dos quais elas constroem suas próprias identidades. Simone Moreira Ávila chama a atenção para os “processos discursivos complexos e mutáveis nos quais posições de sujeito são atribuídas, resistidas ou abraçadas de forma dinâmica, contraditória e muitas vezes despercebida por seus atores” (Ávila, 2007, p. 5-6).

Ao fazerem uso de discursos, os sujeitos têm a impressão de que o fazem pela primeira vez. Essa situação remete ao fenômeno do esquecimento ideológico, assim definido por Orlandi (2009, p. 35):

Ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.

O esquecimento atua diretamente nos processos de subjetivação porque faz com que as pessoas tenham dificuldade de compreender que seus discursos não são originais, mas repetições construídas historicamente. Esses pressupostos teóricos são fundamentais para a abordagem dos discursos de conformidade enunciados por mulheres que, ainda hoje, a despeito das lutas e conquistas protagonizadas pelos movimentos feministas em suas diferentes fases e facetas, têm suas vidas resumidas ao universo privado. Para a maioria dessas mulheres, há desconhecimento sobre as formas de pensar e agir, assentadas no passado e apropriadas no presente, que naturalizam os papéis de gênero. Valeska Zanello indica que o gênero é emocionalidade e é estruturante das relações sociais e da produção cultural:

Em uma sociedade em que o gênero é fator estruturante (nas quais tornar-se pessoa significa tornar-se homem ou mulher, marcado pelo binarismo), podemos questionar sobre os *scripts* e as expectativas normativas diferentes sobre o que é ser uma pessoa, seja homem (ser um homem ‘de verdade’), seja mulher (ser uma mulher ‘de verdade’) (Zanello, 2018, p. 32).

A sociedade e a cultura são, nessa perspectiva, gendradas. As emoções e os sentimentos, a exemplo do amor, apresentam significados diferentes para mulheres e homens: “em nossa cultura, os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, os homens” (Zanello, 2018, p. 84). A construção da subjetivação feminina incorpora o

dispositivo amoroso, “pautado na dispersão do conceito de amor romântico e burguês”, e, mais do que isso, concede centralidade ao homem no processo de construção identitária da mulher, como salienta Zanello (2018, p. 84):

Dizer que o dispositivo amoroso apresenta-se como caminho privilegiado de subjetivação para as mulheres em nossa cultura, significa dizer que as mulheres se subjetivam, na relação consigo mesmas, mediadas pelo olhar de um homem que as ‘escolhe’. Isto é, o amor, ser escolhida por um homem, é um fator identitário para elas.

Prevalece a ideia de que as mulheres estão sempre esperando ser escolhidas afetivamente por um parceiro. O dispositivo amoroso indica que elas devem ser avaliadas pela capacidade de vivenciar um relacionamento romântico, capacidade considerada própria e natural à identidade feminina.

Ainda que tenham experiências promissoras no trabalho ou nos estudos, as mulheres só são tratadas com respeito se têm um parceiro, enquanto as solteiras tendem a ser qualificadas como irresponsáveis e fracassadas. Ou seja, existe uma hierarquia do feminino, que classifica as mulheres de acordo a sua submissão ao dispositivo amoroso, como ilustra Bosi (1979, p. 293):

Mulher solteira não tem projeção social. Conheci uma senhora que dizia com muita graça: na escala social primeiro existe a mulher casada, em segundo lugar a viúva, em terceiro lugar a desquitada, em quarto lugar a prostituta, em último lugar... a solteirona. Nunca ninguém lembrou de escrever coisa sobre a mulher solteira.

As próprias mulheres compartilham a exigência social de que as mulheres devem se casar e, mais ainda, fazer esforços no sentido de manter o relacionamento, como se isso fosse responsabilidade apenas delas. Se os casamentos perduram é porque as mulheres se esforçaram para mantê-los e garantir a unidade familiar. Se o casamento é rompido, é certo que a mulher falhou, como explica Zanello (2018, p. 95): “Não podemos esquecer nunca que o término de uma relação amorosa, em nossa cultura, coloca identitariamente em xeque a mulher, e não o homem, mesmo que o pivô da separação tenha sido algum comportamento dele”.

Beauvoir já havia apontado para o fato de que o casamento não tem o mesmo significado para homens e mulheres:

O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um ao outro, mas

essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade; nunca as mulheres constituíram uma casta estabelecendo permutas e contratos em pé de igualdade com a casta masculina. Socialmente, o homem é um indivíduo autônomo e completo; ele é encarado antes de tudo como produtor e sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece à coletividade (Beauvoir, 1967, p. 166).

O casamento significa, para a maioria das mulheres, o evento mais importante de suas vidas. É o encerramento de um tempo de espera e a demonstração de que ela teve sorte ao encontrar um bom marido, um bom pai para os seus filhos, enfim, um prêmio. Essa ideia de casamento como prêmio precisa ser questionada. Como salienta Adichie (2017, p. 10), “se pararmos de condicionar as mulheres a verem o casamento dessa forma, não precisaremos discutir tanto se uma esposa precisa cozinhar para ganhar esse prêmio”.

Direta e estreitamente ligado ao dispositivo amoroso está o dispositivo materno, que indica um “lugar de subjetivação no qual as mulheres são constituídas como cuidadoras ‘natas’” (Zanello, 2016, p. 113-114). Trata-se de um lugar que associa a figura feminina ao trabalho de cuidado, sustentando a ideia de que toda mulher deseja se tornar mãe ou precisa passar pela experiência da maternidade. Sobre o momento histórico que, nas sociedades modernas ocidentais, se consolidou o dispositivo materno, Zanello chama a atenção para o século XVIII, quando “a capacidade de maternagem foi compreendida como desdobramento da capacidade de procriação. As mudanças culturais que se operaram não foram apenas externas, mas demandaram mudanças subjetivas” (Zanello, 2016, p. 114).

O dispositivo materno, como ressaltam Juliana Silva *et al.* (2020, p. 151), “não atua apenas sobre as mulheres que são mães, mas também institui códigos e valores morais para todas as mulheres, para que estejam prezando sempre pelo cuidado do outro”. As relações de cuidado encontram-se muito bem estabelecidas no interior das famílias. Se uma pessoa (mãe, pai, irmão, tia) não está bem de saúde, é quase sempre uma mulher que atua na condição de cuidadora, pois é para elas que a sociedade reserva esse papel.

Os debates sobre a maternidade enquanto lugar construído sócio e historicamente, e não como condição inerente ao instinto feminino, ganharam corpo desde meados do século XX, mas ainda perduram as críticas às mulheres que não desejam ser mãe e não se reconhecem nesse lugar. Grande parte dessas críticas encontra-se assentada em princípios religiosos, especialmente nos grupos assimilados ao cristianismo, que define a maternidade como um desígnio divino, sagrado, e, por isso, como a maior realização na vida de uma mulher.

Apesar das críticas, no Brasil tem aumentado o número de mulheres que decidem não ter filhos. É o que aponta uma pesquisa realizada no ano de 2019 pela farmacêutica Bayer, com

apoio da Federação das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo). A pesquisa revela que cerca de 37% das mulheres do país não desejam a maternidade.² A negação da maternidade esbarra-se com o imaginário sociodiscursivo dominante que, por argumentos diversos, pretendem privar as mulheres do direito de decisão sobre seus próprios corpos e sobre suas vidas. Às mulheres são negadas quaisquer outras possibilidades de existência fora da experiência da maternidade, como comprovam os seguintes dizeres: “Você nunca saberá o que é amar incondicionalmente”; “sua vida só terá sentido quando você se tornar mãe”; “você terá um companheiro para o resto da vida”; e “quem cuidará de você na velhice?”. A violência desses enunciados reside no fato de que eles ameaçam de não-existência todas as mulheres que se realizam na relação com o trabalho, com os estudos ou que abraçam outros modos de vida que não aqueles marcados pela exigência de ser mãe. Julgadas como egoístas, mesmo por outras mulheres, as mulheres que optam pela não maternidade vão ter suas escolhas sempre deslegitimadas sob o argumento de que sua condição humana estará sempre incompleta.

O debate sobre a não-maternidade se completa com a tendência a se considerar como crime a possibilidade do arrependimento materno. Em depoimentos difundidos nas redes sociais, mulheres que escolheram não ter filhos e as que se arrependeram de tê-los contribuem para a desconstrução da romantização da maternidade.³ Ganham corpo enunciados discursivos como “amo meus filhos, mas se eu pudesse voltar no tempo eu não os teria tido”, “sinto falta da minha vida e da minha liberdade” e “não tenho tempo para fazer as coisas básicas”. Depoimentos como esses demonstram que, a despeito de todos as conquistas dos dois últimos séculos, as mulheres ainda vivenciam, diariamente, o cansaço decorrente da sobrecarga de trabalho. A sociedade é ainda regida pelo sistema do patriarcado, que pressiona mulheres a abdicar de sonhos e planos de vida para cuidar dos filhos e cumprir as funções a elas designadas, muitas vezes em um regime de jornada dobrada de trabalho, enquanto os homens contam com o privilégio naturalizado da paternidade eletiva.

Na experiência da maternidade, são múltiplos os sentimentos experimentados pelas mulheres, entre os quais a culpabilidade, como destaca Zanello (2016, p. 114):

² Cf. PAIVA, V. 37% das brasileiras não querem ter filhos, aponta pesquisa. *Hypeness*. 28 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2019/09/37-das-brasileiras-nao-quer-ter-filhos-aponta-pesquisa-2/>. Acesso em: 18/09/2023.

³ Cf., no Instagram, algumas páginas que contribuem para a desmitificação do dispositivo materno como inerente à condição da mulher:

<https://www.instagram.com/maearrependida/>. Acesso em: 18/09/2023;

<https://www.instagram.com/zanellovaeska/>. Acesso em: 18/09/2023;

<https://www.instagram.com/laqueadurademfilho/>. Acesso em: 18/09/2023;

<https://www.instagram.com/militanciamaterna/>. Acesso em: 18/09/2023.

As mulheres se culpam, quando mães, por cuidarem demais, por cuidarem de menos, por não cuidarem. Culpam-se também por não desejarem ser mães, quando descobrem uma gravidez; por se arreponderem de ter tido um filho (apesar de muitas vezes amá-lo, ambivalência); por não se disponibilizarem a cuidar dos outros.

A culpabilização, inerente ao modelo de maternidade predominante, implica, muitas vezes, no adoecimento das mulheres. Nos lugares de subjetivação feminina, as que se tornam mães são levadas a pensar que estão sendo insuficientes e ineficientes, que não estão se esforçando como deveriam no cuidado para com o filho, enquanto as que não são mães se sentem culpadas por terem escolhido não ter filhos. Desse modo, o dispositivo materno atravessa todas as mulheres, sejam elas mães ou não.

Não importa quantas barreiras as mulheres tenham superado e quantas vitórias tenham alcançado, o imaginário sócio discursivo dominante só concede dignidade às mulheres quando subjetivadas nos lugares do matrimônio e da maternidade. Urge problematizar as origens e o sentido desse modelo na contemporaneidade. Historicamente, é preciso considerar a existência, no passado ou no presente, de modos de organização da vida social nos quais as mulheres usufruem de relativa autonomia, nos quais predominam outras formas de organização familiar e as mulheres ganham projeção nas relações de poder e nos círculos de decisão e condução da vida comunitária.

O matrimônio, como mecanismo de reconhecimento de direitos de linhagem e patrimonial, ganha novos sentidos com o advento da modernidade ocidental e vai sendo grandemente reforçado pela literatura romântica. A idealização do amor e da maternidade e a associação das mulheres ao universo privado prevalecem até, pelo menos meados do século XX, na produção romanesca que se constitui em espaço privilegiado de difusão de valores da sociedade patriarcal e capitalista.

1.3 O casamento e a maternidade na sociedade patriarcal-capitalista

As discussões sobre o papel do casamento e da maternidade na manutenção dos sistemas patriarcal e capitalista têm ganhado relevância nos debates travados nos vários palcos que se identificam com os feminismos contemporâneos. Prevalece, nesses debates, a ideia de que o casamento é uma construção histórica e que suas funções são definidas e ressignificadas ao longo do tempo, nos diversos modos de organização social.

Sob a égide do capitalismo, o casamento é concebido como contrato social e tem importância e significado distintos para homens e mulheres. Projeta-se o ideal de homem destinado ao papel do provedor e chefe da família. Situado um lugar de evidência à mesa, ele é a fonte das decisões, enquanto as mulheres da família, em especial, as esposas, encontram-se em condição de subalternidade. Predominam os casamentos estruturados sob o modelo de atuação feminina no qual a boa esposa, recatada e dedicada às coisas do lar, deve ser, também, boa mãe. Ela contribui com a edificação da casa e um erro da sua parte pode levar a casa à ruína. Está no livro dos provérbios, no Antigo Testamento: “Toda mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos” (Bíblia [...], 2020, Prov., 14, 1).⁴

Edificar, de acordo com o Dicionário Online de Português⁵, é verbo transitivo direto que significa “erguer ou elevar uma construção de acordo com uma estratégia pré-estabelecida e com o auxílio dos materiais necessários”. Na construção da instituição familiar, esses materiais estão associados ao comportamento feminino. A esposa deve ter como características ser calma, paciente, dócil, subserviente e exercer com humildade as atividades do lar, que implicam não apenas as tarefas concernentes ao trabalho doméstico, mas se estendem até a gestão da vida emocional do esposo e dos filhos. A mulher, esposa e mãe, é a única responsável pelo destino da casa, ainda que, no modelo patriarcal de ordenamento da vida social, esposo e filhos façam parte do *domus*. As mulheres que se insurgem contra essa determinação têm seus discursos deslegitimados e seus sentimentos – decorrentes do sofrimento e da insatisfação – são invisibilizados. Entre as queixas mais comuns de mulheres está a responsabilidade sobre o trabalho doméstico, que, como afirma Silvia Federici (2019, p. 42-43, grifo nosso):

[...] não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. [...] Não existe nada natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida.

O trabalho doméstico não remunerado não é profissão. Não está contemplado nas leis trabalhistas, que determinam que todo trabalho deve ter salário, carga horária a ser cumprida, feriados, licenças e férias. Nenhum desses direitos é concedido às donas de casa. Deste modo,

⁴ Bíblia do Cristão. Bíblia Sagrada Online, 2020. Disponível em: <https://www.bibliadocristao.com/proverbios/14/>. Acesso em: 17/05/2023.

⁵ DICIO, Dicionário Online de Português, definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z, 2009 – 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/edificar/>. Acesso em: 17/05/2023.

opina Federic (2019, p. 42), quando falamos em trabalho doméstico, não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas, sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora.

No capitalismo, o trabalhador é manipulado e explorado, independente da sua profissão, e o processo de alienação ordena o relacionamento dele com o capital. Os sujeitos ignoram o funcionamento do sistema. O trabalhador acredita que recebe o valor referente às atividades exercidas, o que reforça o pensamento de que há uma troca justa entre ele e o patrão. Isso impossibilita a compreensão sobre o real valor do seu trabalho, que é ocultado (Federic, 2019). Entretanto, pelo fato de ter um salário, o sujeito é reconhecido como trabalhador e esse reconhecimento, por parte da sociedade, possibilita que ele se una a outros trabalhadores para reivindicar direitos. Já as mulheres que trabalham como dona-de-casa, sem receber remuneração pelas funções que exercem, não têm o seu trabalho reconhecido como profissão e nem são vistas como trabalhadoras. Essa falta de reconhecimento do trabalho doméstico inviabiliza as lutas dessas mulheres, como argumenta Federici (2019, p. 42-43, grifo nosso):

O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta.

Ainda assim, perdura a ideia de que o trabalho doméstico pode trazer felicidade às mulheres. As discussões sobre adoecimento de mulheres por acúmulo de trabalho em casa estão cada vez mais frequentes, mas há, ainda, as que sonham em ocupar o lugar de esposa e mãe, ou seja, de dona-de-casa. O trabalho doméstico, invisível face à negativa de remuneração equivalente às horas trabalhadas, é concebido como um trabalho voluntário, executado por amor e de acordo com os dons concedidos privilegiadamente às mulheres.

Essa perspectiva essencialista de abordagem do trabalho doméstico convém ao capital. Trabalhando de graça no ambiente privado, as mulheres constituem um exército de reserva de trabalhadores/as. Além disso, longe dos espaços de socialização, elas têm limitadas as possibilidades de organização e luta. Assim, frente ao esposo, idealizado como homem trabalhador e disciplinado, encarregado de prover a casa com o fruto do seu trabalho, a mulher

é subjetivada em condição de dependência e, por conseguinte, deve estar sempre pronta para servi-lo. A exaustão decorrente da lida cotidiana no espaço doméstico é desconsiderada.

Com a mulher designada a exercer as funções que garantem a organização e o funcionamento da casa, incluindo o cuidado com as pessoas que nela habitam, os homens têm mais tempo para se dedicar ao trabalho e são exaltados como responsáveis pela produção de riquezas. As mulheres que exercem outros papéis sociais, como as escritoras, cientistas, profissionais liberais, artistas, assim como aquelas que ocupam cargos mais importantes, muitas vezes renunciam total ou parcialmente à condição de dona de casa e mãe; mas em uma sociedade na qual o casamento e a maternidade são considerados as maiores conquistas que uma mulher pode almejar, elas serão sempre tratadas como seres incompletos.

Existem mulheres que conseguem conciliar estudo, profissão, casamento e, inclusive, a maternidade. Mas, invariavelmente, são submetidas a um regime de dupla jornada de trabalho. Sendo o trabalho doméstico considerado, no imaginário sociodiscursivo dominante, como próprio à natureza feminina, os homens que a eles se dedicam têm sua masculinidade questionada. São recorrentes as piadas sobre homens que trocam seu tempo de descanso e diversão pelo exaustivo trabalho doméstico. As chacotas, que reverberam inclusive entre mulheres, reforçam estereótipos e contribuem para a preservação da memória discursiva.

Do mesmo modo, tais discursos reforçam a exploração e dependência das mulheres assim como os enunciados que qualificam como “perfeitos” os homens que “ajudam” no cumprimento das tarefas domésticas, como se as atividades domésticas não fossem também suas atribuições. O “homem perfeito” é aquele que, tão somente, toma para si parte das atividades que deveriam ser partilhadas pelo casal, como cuidar da casa, cozinhar e cuidar dos filhos. A ideia de que eles ajudam reforça a premissa de que eles apenas contribuem com algo que é atribuição de mulheres. E até mesmo há aqueles que adjetivam como “mansos” os homens que se dispõem a “ajudar” e valoram negativamente as mulheres que com eles se relacionam, tomando-as como “folgadas”.

As exigências matrimoniais implícitas na lista de “deveres de esposa” não estão restritas à obrigação de cuidar das pessoas e da casa. Apesar de todo o cansaço físico e mental causado pelo trabalho invisível que exerce cotidianamente, a dona de casa deve se mostrar sempre bem, satisfeita e disposta ao dever conjugal do sexo. Quando indispostas, por força da exaustão, são instadas a se sentir culpadas e são consideradas “menos mulheres” por conta de suas falhas no cumprimento da missão definida para a boa esposa. Assim, é sobre elas e não sobre os maridos que recai a culpa da infidelidade conjugal, eventualmente por eles cometida.

As próprias mulheres, alheias à violência cotidiana na qual encontram-se submetidas, contribuem para a reprodução de discursos misóginos e machistas que reforçam a subserviência aos homens. Sobre esse tema, ironiza Federici (2019, p. 44-45, grifos nossos):

De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da ‘classe trabalhadora’, isto é, daqueles estratos do proletariado aos quais o capital foi obrigado a conceder mais poder social. Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou.

A predisposição permanente às atividades físicas e sexuais e o equilíbrio emocional são características requeridas das mulheres casadas na sociedade patriarcal. Conforme os ditames do amor romântico, ela é a responsável pela manutenção do casamento e, com esse propósito, deve fazer o possível e o impossível para agradar o esposo e preservá-lo em sua integridade física e mental.

Enquanto as mulheres são subjetivadas no dispositivo amoroso e no dispositivo materno, tomando para si responsabilidades que deveriam ser do casal, os homens, por sua vez, estão subjetivados no dispositivo da eficácia, como explica Zanello (2018, p. 270):

O processo de subjetivação dos homens se dá pelo dispositivo da eficácia, marcada pela virilidade sexual e laborativa. Em poucas palavras, implica em dizer que um ‘verdadeiro’ homem deve ser um ‘fodedor’ e um trabalhador. [...] no fulcro desse processo de subjetivação, na masculinidade hegemônica, temos a misoginia, um horror às suas mulheres e a suas qualidades. Ser homem é não ser uma ‘mulherzinha’. Nesse sentido, os homens são interpelados a se ‘endurecerem’: na relação consigo mesmos (tanto em seus afetos como em seus corpos), na relação com as mulheres e na relação com outros homens.

O casamento é, para o homem, a alternativa para a manutenção de sua masculinidade hegemônica. Argumenta Federici (2019, p. 45):

Não é por acaso que a maioria dos homens começa a pensar em se casar tão logo encontra o primeiro emprego. Isso não ocorre apenas porque agora os homens podem pagar por isso, mas também porque ter alguém em casa para cuidar de você é a única condição para não enlouquecer depois de passar o dia todo em uma linha de montagem ou sentado em uma mesa.

Ao se casarem, os homens podem usufruir da comodidade de obter, a título gratuito, os serviços de limpeza, alimentação e cuidados pessoais. Afinal, “toda mulher sabe que deve realizar esses serviços para ser uma mulher de verdade e ter um casamento ‘bem-sucedido’” (Federici, 2019, p. 45).

A pressão social e o medo de falhar levam a mulher a assumir a responsabilidade sobre os próprios filhos e, também, sobre o filho de outra mulher, a sogra, que espera que a nora venha a reproduzir todo o cuidado que ela havia dispensado a ele até o casamento.

Em uma sociedade estruturada para que as mulheres busquem reconhecimento nos papéis sociais de esposa e mãe, quaisquer outras formas de manifestação do ser mulher não são valorizadas. A ruptura com lugares social e historicamente construídos como lugares de dignidade e de segurança significa manifestar-se pela liberdade, mas mulheres livres devem ser rechaçadas. Quando os pais – ou até mesmo as mães – “empurram” suas filhas para o casamento, eles expressam sua preferência em lidar com uma filha casada e infeliz do que com uma filha livre, mas rejeitada pela sociedade.

Para os rapazes não há essa preocupação, já que o pleno gozo da liberdade é justamente o que lhes define enquanto “homens”. Eles também devem se casar, mas têm mais tempo para escolher a esposa ideal, desenhada, no imaginário sócio discursivo, como uma mulher “dependente, cuidadosa, subserviente, dócil e tímida”, que tudo deve suportar para garantir a manutenção do matrimônio. Os homens, antes sob os cuidados das mães, passam, depois de casados, aos cuidados da esposa. A naturalização do papel de cuidadora como atributo da mulher favorece a superexploração e, até mesmo, a violência doméstica.

O trabalho doméstico, naturalizado como próprio à mulher, recai até mesmo sobre as mulheres ricas, apesar de elas estarem livres da maior parte das tarefas, já que podem pagar empregadas para os serviços da casa, babás para o cuidado dos filhos e psiquiatras para tratar de transtornos decorrentes da condição de subalternidade e superexploração:

Podemos não servir a um homem, mas todas estamos em uma relação de servidão no que concerne ao mundo masculino como um todo. É por isso que ser chamada de ‘mulher’ é uma provocação, é algo degradante. ‘Sorria, querida, qual é o seu problema?’, é algo que qualquer homem se sente legitimado a perguntar a uma mulher, seja ele o marido, o cobrador no ônibus ou o chefe no trabalho (Federici, 2019, p. 46).

O lugar de socialização da dona-de-casa é um lugar de submissão, mesmo no caso das mulheres brancas de classe média e de classes abastadas, mas essa definição impacta em maior grau as mulheres pobres e negras, cujas condições de existência potencializam a subserviência

e a subalternidade em relação aos homens e, também, a outras mulheres. Sobre a origem da diferença de mulheres de distintos estratos sociais, argumenta Federici (2019, p. 45, grifo nosso) que:

O capital tem uma política dupla: uma para a classe média e outra para a família da classe trabalhadora. Não é por acaso que encontramos o machismo menos sofisticado nessa última: quanto mais pancadas o homem leva no trabalho, mais bem treinada deve estar sua esposa para absorvê-las e mais autorizado estará o homem a recuperar seu ego à custa da mulher. Bate-se na esposa e joga-se a raiva sobre ela quando se está frustrado ou exausto em decorrência do trabalho, ou quando se é derrotado em uma luta (embora trabalhar em uma fábrica já seja uma derrota). Quanto mais o homem serve e recebe ordens, mais ele manda.

A autora aponta para outro fenômeno a ser considerado: o da violência física e simbólica contra as mulheres. Homens de todas as classes sociais se julgam no direito de responsabilizar as companheiras por suas próprias frustrações e de agredi-las. Como figuras de poder, eles se arvoram ao direito de ofender, humilhar, agredir fisicamente e, inclusive, de violentar sexualmente suas esposas. Reprimidas no direito de dizer “não”, convivendo com o medo permanente da violência, muitas mulheres vivenciam o espaço da casa como um lugar de prisão e de adoecimento:

A casa de um homem é seu castelo, e sua esposa tem que aprender a esperar em silêncio quando ele está de mau humor, a recompor os pedaços dele quando estiver quebrado e praguejar contra o mundo, a se virar na cama quando ele disser ‘estou muito cansado esta noite’, ou quando ele pratica sexo tão rápido que, como uma mulher descreveu uma vez, poderia tê-lo feito com um pote de maionese (Federici, 2019, 45-46).

O avanço da legislação e das redes de proteção às mulheres parece apontar para a possibilidade de superação, mediante a fuga, do lugar de sofrimento. O que se vê, no entanto, é que as denúncias, as tentativas de separação, as medidas restritivas, corroboradas por instituições estatais, são insuficientes diante do silêncio dos outros, do pacto da hegemonia masculina e do livre acesso que os homens têm a meios pelos quais podem dar cabo da vida de suas companheiras quando se sentem rejeitados, insatisfeitos ou “feridos em sua honra”.

Federici denuncia uma “fraude que se esconde sob o nome do ‘amor’ e do ‘casamento’ e que afeta a todas nós, até mesmo se não somos casadas” (Federic, 2019, p. 46). As mulheres, em sua maioria, moldadas segundo o modelo de força e equilíbrio, são levadas a esconder situações de sofrimento que lhes reservam os lugares de subserviência. Por essa razão, as

políticas de equidade e emancipação das mulheres devem começar pelo direito à escuta e pela reflexão do valor real do trabalho por elas desempenhado no ambiente doméstico.

As plataformas que, na atualidade, mobilizam as mulheres em movimento são inúmeras e já compreendem o reconhecimento e a remuneração do trabalho doméstico. Federici propõe que reconhecer a profissão da trabalhadora doméstica é um ponto-chave para a ressignificação do lugar da dona-de-casa, mas é preciso entender que a remuneração por si só não pode ser tomada como uma resolução. Embora a discussão sobre o valor do trabalho doméstico seja essencial para garantir a legitimidade e prover a valoração positiva das atividades a ele concernente, é fundamental afirmar que essas atividades podem e devem ser realizadas também pelos homens, inclusive as ações concernentes ao “cuidar”.

Em novembro de 2023, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) trouxe como tema da redação “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. A proposição ganhou repercussão, a ponto de as diversas plataformas digitais e jornais promoverem enquetes e debates com especialistas, mas, na maior parte do tempo, a discussão esteve restrita à questão da (in)visibilidade. Para a maior parte da população, o problema enfrentado pelas mulheres dedicadas ao cuidado com os outros é a falta de remuneração e o não reconhecimento, quando o foco do debate deveria ser o fato de que essas atividades são apreendidas como exclusivas de mulheres. Trata-se de um problema relacionado ao patriarcado e à desigualdade de gênero.

Será que tornar visível e remunerar o trabalho relacionado ao cuidado mudaria a realidade das mulheres que a ele se dedicam? Quais seriam os parâmetros utilizados para calcular a jornada de trabalho de uma pessoa que se dedica integralmente a ele? As mulheres que se dedicam a cuidar de idosos, doentes e crianças alegam que o tempo de descanso se restringe ao horário do sono e, às vezes, nem isso. Por outro lado, a remuneração não é garantia de segurança e conforto, mesmo para aquelas que atuam como profissionais. Técnicas de enfermagem, babás e cuidadoras de idosos – no feminino porque as mulheres constituem maioria no exercício das profissões que as definem –, embora remuneradas por seus serviços, são estigmatizadas pela baixa remuneração que recebem e, sobretudo, pela pouca exigência de qualificação necessária ao exercício de suas “profissões”. Face a essa realidade, a remuneração do trabalho doméstico, exercido em situações de subemprego, ao invés de servir de fator de libertação, tende a reforçar lugares de subserviência.

Denunciar a invisibilidade do trabalho, remunerado ou não, de cuidado com as casas e as pessoas é fundamental, principalmente porque possibilita pensar outras problemáticas que cercam o modo de existência das mulheres em contextos específicos. O sistema do patriarcado

ganha configurações diferentes em tempos e lugares distintos. Em um país como o Brasil, estruturado sobre a história da colonização e da escravização de pessoas negras, as mulheres pobres, negras em particular, não têm possibilidades de escolher suas próprias trajetórias.

Desde as primeiras ações coletivas associadas à ideia de movimento feminista, as mulheres levantaram as bandeiras de luta da liberdade e da autonomia, reivindicaram o direito de trabalhar, de construir carreiras por elas escolhidas e de ser reconhecidas e remuneradas em condições de equidade em relação aos homens. As discussões sobre o trabalho doméstico ganharam força nos últimos anos, mas ainda há resistência, mesmo entre as mulheres, em promover a desconstrução da subjetividade feminina pautada sobre a distinção entre lugares de socialização de homens e mulheres. As resistências ao debate estão ancoradas nos processos históricos que levaram à sedimentação do sistema patriarcal e à normalização das diferenças de gênero. Mas a existência de discursos e práticas sociais contrários a esse estado de coisas são indicações claras de que podem existir outros modos de socialização nos quais as mulheres tenham seus lugares redesignados. Para tanto, é necessário atuar no campo do interdiscurso e difundir modos de atuação que, no processo de formação de crianças e jovens, levem à desconstrução da dicotomia entre público e privado como espaços distintos para homens e mulheres, respectivamente. Nessa perspectiva, não apenas a escola, mas também a literatura infanto-juvenil tem um papel fundamental enquanto tecnologias de difusão de novos parâmetros de atuação para as novas gerações.

A arte e a literatura são formas privilegiadas de expressão de desejos, sentimentos e crenças, como, também, são meios eficazes para a transmissão e mobilização de saberes. A literatura, em particular, que se manifesta prioritariamente por meio de palavras, dialoga diretamente com as emoções e os conhecimentos prévios daqueles que dela usufruem. Nelly Coelho (2000) propõe que é no contato com a literatura que “os homens têm a oportunidade de ampliar, transformar ou enriquecer sua própria experiência de vida, em um grau de intensidade não igualada por nenhuma outra atividade” (Coelho, 2000, p. 29).

No que concerne à literatura infantil, ela esteve, *a priori*, somente ligada ao desejo de prover prazer e diversão para as crianças, razão pela qual, por muito tempo, lhe foi negada a função social da crítica e a devida importância nos processos de construção identitária, sendo, portanto, considerada um gênero “menor” (Coelho, 2000). Conforme Coelho (2000), foi somente no século XX, com o avanço da Psicologia Experimental e com o reconhecimento da especificidade de cada fase de desenvolvimento dos indivíduos, que textos de literatura infantil e juvenil passaram a ser classificados de acordo com a faixa etária. Assim, embora não tenha sido desprezada sua função de entretenimento, os textos literários voltados para crianças e

adolescentes começam, a partir desse período, a ser pensados levando em conta sua função formativa e a sua contribuição nos processos de reconhecimento identitário do público ao qual se destinavam. Hoje, compreende-se que os textos de literatura infanto-juvenil atuam diretamente nos processos de subjetivação dos indivíduos, uma vez que projetam cenários, temas, enredos e personagens nos quais as crianças e jovens se veem representados (ou pelos quais manifestam rejeição).

Embora entendida como própria ao universo ficcional, a literatura infanto-juvenil passou a ser utilizada como instrumento de mediação na educação formal. Nas escolas, por meio de práticas pedagógicas destinadas a explorar os múltiplos elementos abrigados nos textos literários, professores e alunos são chamados a se posicionar diante de padrões de comportamento e ordenação social apresentados nas narrativas.

Os debates sobre o papel das histórias infanto-juvenis na construção da subjetividade são abraçados pela crítica feminista, que denunciou o caráter conservador das histórias tradicionais, comumente associadas à ideia de “conto de fadas”. Nessas histórias, nota-se a prevalência dos valores do patriarcado, as desigualdades de tratamento dos personagens conforme o sexo/gênero, a misoginia e a reafirmação dos lugares de subserviência como destino natural das mulheres, características essas que se repetem na produção literária voltada ao público infantil e juvenil. A preservação de tradições, aliás, não pode ser tomada como uma característica específica da literatura infanto-juvenil, sendo inerente a outras formas de produção literária, oral ou escrita, como propõe Coelho (2000, p. 16, grifo nosso):

Ao estudarmos a história das culturas e o modo pelo qual elas foram sendo transmitidas de geração para geração, verificamos que a literatura foi o seu principal veículo. Literatura oral ou literatura escrita foram as principais formas pelas quais recebemos a herança da tradição que nos cabe transformar, tal qual outros o fizeram, antes de nós, com os valores herdados e por sua vez renovados.

Efetivamente, a literatura viabiliza o contato com experiências vividas por pessoas de outros tempos e com informações concernentes a outros modos de organização social. Neste sentido, ela se presta à transmissão de valores, mas, ao mesmo tempo, como um campo aberto à interpretação, a literatura se oferece ao leitor como estímulo à reflexão crítica a partir de valores do seu próprio tempo e à mobilização no sentido da transformação: “Para além do prazer/emoção estéticos, a literatura contemporânea visa alertar ou transformar a consciência crítica de seu leitor/receptor” (Coelho, 2000, p. 29). Coelho estende suas conclusões para a literatura infanto-juvenil: “É ao livro, à palavra escrita, que atribuímos a maior

responsabilidade na formação da consciência de mundo das crianças e dos jovens” (Coelho, 2000, p. 15).

A percepção da literatura infanto-juvenil como espaço de difusão de valores fundamentais, como o respeito à dignidade humana e à equidade de direitos, é o princípio que orienta esta pesquisa, de modo a garantir que, no futuro, possamos contar com adultos conscientes e comprometidos com a transformação social. Para tanto, tratamos, no próximo capítulo, sobre a importância da literatura enquanto instrumento de formação a partir da leitura de textos de Ana Maria Machado destinados a crianças.

2. A LITERATURA INFANTO-JUVENIL COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

2.1 A Literatura infanto-juvenil: da gênese ao revisionismo contemporâneo

Personagens de histórias infantis servem de modelo de comportamento e reserva de valores. A maioria das crianças, em algum momento, já se sentiu representada por príncipes, princesas ou outros personagens literários potencialmente difundidos pelo cinema ou como mercadoria destinada a ambientar eventos privados, como aniversários.

No ocidente europeu, coube a Charles Perrault o pioneirismo na transcrição do oral para o escrito de textos sobre enredos e personagens que viriam a se constituir, na modernidade, como componentes de um gênero literário particular: os contos infantis. Nos séculos XVII e XVIII, Perrault e os folcloristas alemães conhecidos como irmãos Grimm apropriaram-se de histórias contadas por pessoas, especialmente mulheres, que não tinham o domínio sobre o sistema de escrita, e lhes atribuíram novas formas e significados, segundo a ótica dos grupos sociais aos quais pertenciam (o primeiro era nascido em um dos estratos da nobreza francesa e os últimos pertenciam a uma família de classe média do território pertencente à atual Alemanha). Originalmente, os escritos de Perrault e dos Grimm não eram destinados exclusivamente ao público infantil e a designação de “contos de fadas” para as histórias por eles transpostas para a forma escrita transcende ao tempo de produção e difusão inicial dos seus textos.

Maria Cristina Martins (2015), em seus estudos sobre as narrativas às quais se convencionou chamar de “contos de fadas”, aponta para uma singularidade: a centralidade em torno das ações de um personagem tomado por herói e sua capacidade de superar dificuldades e derrotar os inimigos. São enredos aparentemente simples, mas que guardam uma complexidade que lhes garante a continuidade, a ressignificação e reprodução ao longo do tempo, por meio da literatura ou de outras formas de arte. Como destaca Warner (*apud* Martins, 2015, p. 28), “os contos de fadas são histórias que tentam encontrar a verdade e nos dar vislumbres das coisas maiores – este é o princípio que fundamenta sua presença crescente na escrita, na arte, no cinema, na dança, na canção”.

Sob a análise da crítica feminista, desde o final do século XIX que esses contos, situados na gênese da literatura infanto-juvenil, abrigam, como propõe Martins (2015, p. 23), uma perspectiva masculina e patriarcal. Várias autoras se debruçaram sobre a tarefa de revisitar histórias tradicionais que fizeram parte de sua formação como leitoras infâncias e que ainda são reproduzidas em livros e filmes destinados a crianças e adolescentes. Tais análises

resultaram no desvendamento dos discursos sexista e misógino presentes nas histórias de princesas – a Bela Adormecida, Branca de Neve e Cinderela, por exemplo – retratadas como moças indefesas e sensíveis, submetidas a perigos cuja superação depende da ação de um príncipe salvador.

Os adjetivos associados às personagens que dão nome aos contos estão situados em um campo semântico que indica fraqueza, enquanto os homens são qualificados como corajosos, ativos e responsáveis. Há uma supervalorização das ações das personagens masculinas cujas ações heroicas destinam-se a solucionar os problemas enfrentados pelas protagonistas. As personagens femininas, por sua vez, apresentam-se em situações de subalternidade ou de marginalidade. Para as princesas, o ambiente doméstico é o lugar de segurança. Quando confrontadas com desafios a elas interpostos no espaço externo à casa, revelam-se incapazes de garantir sozinhas a própria defesa.

Algumas personagens femininas – como as bruxas, feiticeiras e madrastas – exibem características que as distinguem das princesas, como, por exemplo, a inventividade, a força e a coragem, atributos próprios dos homens. Mas são tomadas sempre como manifestação do mal e sofrem os rigores do julgamento moral reservado às desviantes, como ressalta Martins (2015, p. 33):

Quando nos deparamos com personagens femininas atuantes e criativas nessas histórias, percebemos uma forte tendência de apresentá-las como vilãs, anormalidades, monstros, verdadeiros demônios que merecem a punição ou destruição, que lhes é geralmente reservada nessas histórias.

Fonte de todo sofrimento imposto às protagonistas, essas personagens são ativas e espertas no desencadear de eventos importante ao desenvolvimento da trama, mas são qualificadas a partir de princípios de valoração negativa. Vemos, aqui, reforçada a ideia de competição entre mulheres, situação que em nada afeta a hegemonia masculina, como propõe Passos (*apud* Martins, 2015, p. 33): “enquanto se valoriza o tipo de mulher passiva e inocente, a legitimidade do poder masculino não é afetada por nenhuma espécie de competição”.

Ao exibir força, segurança e independência, as mulheres apresentadas como vilãs têm as suas ações definidas como origem do caos e do conflito. As princesas, por sua vez, qualificadas como dóceis, indefesas e sensíveis, aguardam a solução externa para os seus problemas e, por conseguinte, reforçam o lugar de subalternidade frente aos homens, eficazes nas ações heroicas e, por isso, acumulados de poderes.

Preservam-se, nesses contos, o modo tradicional de subjetivação do feminino e a assertiva segundo a qual existe uma rivalidade própria ao gênero. A passividade das princesas indica uma romantização da subalternidade da mulher (Martins, 2015). A salvação ocorre graças às ações heroicas de personagens masculinos, que logram conseguir a vitória contra o mal, representado pelas mulheres caracterizadas por sua força e inventividade.

O casamento e, às vezes, a maternidade, ao final das narrativas, são o corolário das histórias: indicam a conquista da felicidade, cujos parâmetros são definidos de acordo com as expectativas de homens e mulheres perfeitamente ajustados aos padrões de comportamento esperados. A mensagem é clara e reforça, no público ao qual se destina, as definições de gênero. Como ressalta Adichie (2017, p. 11): “a sociedade começa tão cedo a inventar o que deve ser um menino e o que deve ser uma menina”. Agregadas a personagens de livros, filmes e desenhos, essas definições consolidam a ideia de que existem lugares de subjetivação determinados para homens e mulheres.

Nas sociedades onde as relações sociais são, ainda, marcadas pelos valores do patriarcado, no cânone literário, assim como na produção científica e nas narrativas historiográficas, as mulheres, historicamente, desempenharam papéis secundários, seja como personagens, seja como produtoras de textos. Referindo-se, especificamente, ao campo da historiografia, a historiadora e pesquisadora norte-americana Joan Wallace Scott (1992) apontou para a emergência de um movimento a favor da história das mulheres e propôs a reescrita da história por pesquisadoras e escritoras mulheres.

Efetivamente, desde o início na década de 1960, ocorreu um pico de produção acadêmica no campo da história das mulheres, tomando como referência o ativismo feminista e suas demandas de construção de novas narrativas escritas por mulheres para pôr em destaque ações de mulheres. Nas universidades, como nas ruas, as mulheres ganharam relevância e a luta política se fundiu com a luta por projeção na ciência e na literatura.

Na década de 1970, de acordo com Luísa Lobo (2006), a expressão “literatura feminista” ganhou autonomia em relação às lutas civis por direitos das mulheres. A autora interpreta esse movimento como uma revolução, que tendeu a consolidar o papel da mulher como sujeito da própria escrita: “ela é capaz de escrever uma nova história e criar uma nova identidade no plano pessoal e no espaço social” (Lobo, 2006, p. 15). Mas foi somente com o aprofundamento da crítica feminista que a escritura de mulheres avançou no sentido do rompimento com as narrativas literárias que inviabilizavam as lutas feministas e a consolidação de suas conquistas.

As obras de literatura infanto-juvenil, entendidas como representações sociais e, portanto, como partes do real, também foram afetadas por essas transformações. Releituras e revisionismos das narrativas tradicionais foram realizados e, em textos surgidos desde as últimas décadas do século XX, meninas/mulheres protagonistas foram despidas da imagem de subalternidade e subserviência para assumir as rédeas de sua própria vida, tanto no universo privado como no público. De acordo com Maziero e Niederauer (2009, p. 112), a literatura infantil e juvenil contemporânea

[...] se constitui com a presença de personagens caracterizados de forma mais próxima à realidade, fato que pode servir como forma de atração e identificação por parte do público leitor, possibilitando, dessa forma, uma maior compreensão do mundo que o cerca, tendo em vista que o texto literário se inscreve de maneira direta na realidade vivida.

Alguns livros contemporâneos garantem a personagens femininas outros lugares de socialização, longe das dicotomias tradicionais do bem e do mal, do privado e do público, da passividade e da ação maligna. Em contexto de revisionismos, mulheres fortes, seguras e independentes passam a ser valorizadas e a ocupar o centro das tramas como responsáveis pela solução dos próprios problemas.

O sentido da revisão é explicitado por Martins (2015, p. 38): “significa ato ou efeito de rever, ou seja, tornar a ver; ter novamente sob os olhos; ver com atenção; examinar cuidadosamente”. O revisionismo, continua Martins (2015, p. 49):

[...] tem como ponto de partida a narrativa tradicional dos contos de fadas, o distanciamento percebido na relação intertextual entre texto-fonte e releitura é decorrente da inserção da diferença. O revisionismo é, portanto, um processo duplo de repetição e diferenciação.

As autoras dos novos contos, ainda que se apropriem de personagens e tomem como ponto de partida os enredos tradicionais, partem da ideia de que estes precisam ser atualizados. Em uma prática intertextual, são preservadas referências extraídas de antigas narrativas, mas essas referências são ressignificadas com o propósito de projetar personagens femininas em processo de luta por novos lugares de socialização.

Os fenômenos da repetição e diferenciação podem ser identificados nos textos de Ana Maria Machado que constituem o *corpus* da presente pesquisa. Em *A princesa que escolhia*, estão presentes as referências a personagens clássicas, como a princesa e o rei, assim como de elementos cênicos, como o castelo e a torre. Entretanto, ao contrário das princesas tradicionais,

subservientes e bem-comportadas, a protagonista é independente e questionadora e suas ações confrontam e subvertem valores do patriarcado.

Além da repetição e diferenciação, outras estratégias revisionistas são postas em destaque por Martins (2015), com base na análise de Duplesis: o deslocamento narrativo e a deslegitimação da história tradicional. O deslocamento narrativo ocorre quando a história é contada a partir de uma perspectiva diferente ou quando a voz da narração tem um perfil distinto, como explica Duplesis (*apud* Martins, 2015, p. 52):

O deslocamento narrativo representa uma identificação com a alteridade, pois, por meio dessa mudança de perspectiva, torna-se possível que um observador investigue as reivindicações daquelas partes da cultura e da personalidade que são tabus, menosprezadas, marginalizadas.

A escolha do narrador ou da perspectiva, ainda segundo Duplesis, “irá alterar as suposições centrais e o sentido que se tem a história” (*ibid.*). Quanto à deslegitimação da história tradicional, ela ocorre por meio da negação e da ruptura. Trata-se, segundo Duplesis (*apud* Martins, 2015, p. 53), da “criação crítica de uma história inesperada, na tentativa de conseguir libertar-se de uma história colonial”. Ou seja, a deslegitimação consiste na negação de certas partes da história tradicional, mediante a ruptura com a moralidade, a política e as narrativas tradicionais. Em uma perspectiva feminista, trata-se, principalmente, da desconstrução da ideia de que o casamento deve ser o objetivo final das mulheres em busca da felicidade. Ao apontar para outros lugares possíveis de sociabilidade, as novas narrativas evidenciam o caráter misógino e sexista dos contos tradicionais, orientados pelos valores do patriarcado. De acordo com Martins (2015, p. 54):

[...] as autoras contemporâneas, empenhadas na reescritura, rompem com o discurso patriarcal, fazendo da linguagem um lugar de contestação do significado, o que constitui, segundo Chris Weedon, um dos pré-requisitos para uma efetiva mudança política. [...] A revisão dessas histórias vem questionar as diversas maneiras pelas quais tais narrativas interferem na constituição e no significado de um conceito cultural de uma possível identidade feminina preestabelecida.

Concebida à luz das teorias de gênero, a nova literatura infanto-juvenil propõe modelos de atuação de mulheres que explicitam a apropriação das bandeiras feministas por parte de escritoras e que, como instrumentos mediadores de aprendizagem, podem contribuir para a formação crítica de crianças e jovens, como propõe bell hooks (2021, p. 53): “A literatura

infantil é um dos locais cruciais para a educação feminista, para a conscientização crítica exatamente porque crenças e identidade ainda estão sendo formadas”.

Os textos literários, livre das amarras do modelo patriarcal de apreensão do mundo, podem ser a chave para a consolidação de uma *práxis* educacional emancipadora de crianças e jovens. Com abrangência sobre meninos e meninas em idade escolar, eles podem ser importantes instrumentos de difusão de novos ideais e valores e de estímulo aos processos de construção identitária, ressaltando-se que as novas narrativas concorrem com os contos tradicionais, que continuam a ser escritos e produzidos e ocupam um importante espaço no mercado editorial voltado para o público infanto-juvenil.

As narrativas de Ana Maria Machado voltadas ao público infantil inserem-se no novo padrão de literatura infanto-juvenil (orientado pelas experiências do feminismo e pelas teorias de gênero), mas não apenas porque projetam meninas como protagonistas. Mais do que isso, essas meninas que ocupam o centro da narrativa rompem com o imaginário sociodiscursivo dominante ao escolher extrapolar o universo privado como lugar de sociabilidade, de reconhecimento social e de conquista da dignidade.

A defesa intransigente da liberdade de escolha e a busca de equidade de gênero são os motes para o desenvolvimento das histórias apresentadas em *A princesa que escolhia* (2017) e *Senhora dos Mares* (2012). Como procuraremos demonstrar na seção de análise da presente dissertação, em clara ruptura com padrões patriarcais, no plano das representações (geradoras de práticas sociais), as duas narrativas apontam para a possibilidade de conquista, por meninas e mulheres, de novos lugares de subjetivação. A opção por esses novos padrões de enunciação da condição feminina e das relações de gênero deve ser buscada, inicialmente, nas condições históricas vivenciadas pela autora e na sua experiência subjetiva com os problemas, as lutas e as conquistas protagonizadas pelas mulheres do seu tempo.

2.2 Ana Maria Machado e os feminismos contemporâneos

Ana Maria Machado, nascida em 24 de dezembro de 1941, no Rio de Janeiro, é uma mulher branca, de classe média. Machado é professora, jornalista e autora de um conjunto expressivo de livros voltados para o público infantil, tendo angariado vários prêmios literários no Brasil e no exterior – a exemplo do importante prêmio Hans Christian Andersen, considerado o maior prêmio de literatura infanto-juvenil do mundo, conquistado por ela em 2000. Apesar do sucesso na literatura infantil, ela também escreveu textos e publicou livros voltados para o público adulto.

Tendo sido eleita presidenta da Academia Brasileira de Letras, em 2012, Ana Maria Machado ocupou lugar de destaque no cenário cultural e literário do Brasil e contribuiu para dar visibilidade à escrita literária de autoria feminina. Para a autora, a leitura e a escrita são instrumentos de poder. Em suas palavras:

Ler e escrever é sempre deter alguma forma de poder. Mesmo que nem sempre ele se exerça sob a forma do poder de mandar nos outros ou de fazer melhor e ganhar mais dinheiro (por ter mais informação e conhecer mais). [...] o poder de compreender o texto suficientemente para perceber que nele há várias outras possibilidades de compreensão sempre significou poder – o tremendo poder de crescer e expandir os limites individuais do humano (Machado, 2007, p. 137).

Vários livros da autora destinados ao público infantil foram consagrados pelo sucesso editorial e de crítica, a exemplo de *Menina bonita do laço de fita*, publicado em 1986, que trouxe como protagonista uma menina negra. Trata-se de um livro pioneiro no debate sobre representatividade, lançado em uma época em que ainda era incomum, no universo da literatura infanto-juvenil, a publicação de textos que contemplassem as temáticas do racismo e da diversidade.

Ao lado da diversidade, outro conceito essencial à compreensão da obra de Ana Maria Machado é o da liberdade, aspecto importante ressaltado por Adriana Abreu Barbosa em sua análise sobre os escritos da autora (2020). A chave explicativa para essas escolhas talvez esteja no fato de a escritora ter vivenciado os anos de ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985) e o processo de redemocratização do país. Ana Maria Machado iniciou sua carreira nos anos marcados pelo recrudescimento da censura e da repressão a qualquer manifestação de autonomia e de divergência em relação ao regime ditatorial. Nos seus textos, narradoras e personagens se insurgem contra os padrões conservadores e a repressão que almejavam manter as mulheres em condições de subalternidade. Explica Adriana Barbosa (2020, p. 21): “Na obra de Ana, a mulher escapa àquela representação mítico-simbólica-universal. Por meio de personagens e narradores, as mulheres ousam dizer-se, num trabalho de desconstrução de velhas representações sobre o feminino”.

A produção textual de Ana Machado se oferece como fonte para a análise dos processos de subjetivação e socialização da mulher no mundo contemporâneo, de acordo com os pressupostos do feminismo. Barbosa propõe (2020, p. 19-20): “Reconhecemos como forte reapropriação de sentido na obra de Ana, tanto na infantil e juvenil, como na adulta, o tema da identidade feminina e, conseqüentemente, a inserção das mulheres na vida pública e social com

fortes questionamentos dos papéis de gênero”. Entretanto, a própria Barbosa salienta que não existem registros de manifestação pública nos quais Ana Maria Machado se reconheça como feminista.

Em Ana Maria Machado, a ruptura com o discurso hegemônico, que restringe ao universo privado o lugar de socialização das mulheres, ocorre em diálogo direto com cenários e personagens das narrativas tradicionais nomeadas como contos de fadas:

A inspiração nos contos de fadas tradicionais estará presente em muitas outras obras da autora (infantis e adultas), sendo sempre ponto de diálogo, mas, sobretudo, ponto de retomada e de revisão dos mitos que engendraram nas sociedades patriarcais os papéis dicotômicos e desiguais de gênero (Barbosa, 2020, p. 20, grifos nossos).

No presente trabalho, dois conceitos delineados no campo da Análise de Discurso são evocados para explicar o processo de apropriação, por Ana Maria Machado, de elementos característicos das narrativas tradicionais: o conceito de processos parafrásticos (que dizem respeito àquilo que já foi dito, o que está na memória social) e o conceito de processos polissêmicos (que aponta para a possibilidade de construção de novos dizeres, novas significações). A apropriação parafrástica de elementos da memória social e a construção de novos significados, concedendo amplitude à polissemia dos dizeres, ocorrem de forma combinada, resultando na experiência da intertextualidade e na enunciação de novos discursos. De acordo com Eni Orlandi (2022, p. 36), “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”.

Esse conjunto teórico-conceitual permite abordar a forma como, em Ana Maria Machado, os novos modos de subjetivação da figura feminina são construídos. O uso de referências ao que já foi dito (os contos de fadas tradicionais e os discursos que reforçam o lugar da mulher na esfera privada) são subordinados aos processos parafrásticos, em uma perspectiva polissêmica (pois visam provocar ruptura nesses modelos de narrativas e discursos).

Os discursos de ruptura são enunciados pelas vozes das protagonistas, que contestam as desigualdades de gênero e apontam para a possibilidade de outros modos de existência feminina (Barbosa, 2020). Mas é necessário entrever, por trás das personagens, um contexto sócio-histórico que comporta formas de consciência social (ideologias) em confronto e um processo particular de formação discursiva da autora, que determina o que deve e pode ser dito por ela no processo de enunciação. Ou seja, ao enunciar discursos, as pessoas reportam a outros

discursos que estão na base da sua constituição como sujeitos frente aos quais ela se posiciona de forma conservadora ou reativa. Depreende-se daí que, ao mesmo tempo que é individual e particular, o discurso é, sobretudo, coletivo e histórico.

Assim, embora a nossa autora não se reivindique feminista, a sua produção literária pode ser enquadrada no chamado feminismo da diferença, como propõe Barbosa (2020). Ana Maria Machado ressignifica as narrativas tradicionais, nas quais as mulheres estão em condições de inferioridade, e propõe novos princípios valorativos, de modo que a existência enquanto mulher ganhe positividade. Na interpretação de Barbosa, há aí uma ruptura por repetição:

Afirmar a positividade de “ser mulher” – indo aos caminhos da essência feminina antes percorridos textualmente pelos homens – e afirmar uma escritura feminina contraditória à *permissão* pós-estruturalista que lhe deu voz – é pura estratégia feminista de auto-legitimação e, portanto, uma questão de ruptura por repetição (Barbosa, 2020, p. 25).

Ou seja, Ana Maria Machado imprime em seus textos um viés interpretativo social e histórico que ressignifica a experiência do ser mulher, negando-se a corroborar com a ideia essencialista do sujeito feminino. Estão aí presentes os princípios básicos nascidos da experiência coletiva do feminismo. Sobre o conceito de experiência, expõe Lauretis (1994, p. 159):

Experiência é o processo pelo qual, para todos os seres sociais, a subjetividade é construída. Através desse processo a pessoa se coloca ou é colocada na realidade e, assim, percebe e compreende como subjetivas (que se originam no indivíduo e se referem a ele próprio) aquelas relações — materiais, econômicas e interpessoais — que são, de fato, sociais, e, numa perspectiva maior, históricas.

Conforme proposição de Joan Scott, essas experiências são fundamentais à constituição dos sujeitos: “Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (Scott, 1992, p. 27).

Nesta perspectiva, os textos de Ana Maria Machado dialogam com outras leituras que fizeram e fazem parte do imaginário do público infantil e juvenil ao qual se destinam e, especificamente, com o conjunto de experiências (de leitura, inclusive) da autora. Os temas, os modos de construção das narrativas, algumas características das personagens encontram registros na memória coletiva formada pelo universo literário dos “contos de fadas”, mas a

esses elementos a autora agrega outras imagens e discursos que, em tempos de lutas feministas, sustentam o debate atual e necessário sobre os papéis de gêneros.

Com amparo nas teses foucaultianas sobre sexualidade, Lauretis propõe a seguinte definição sobre gênero:

O gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana. [...] Gênero é (uma) representação – o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário. A representação do gênero é a sua construção e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção. A construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo de forma bem marcada, no feminismo (Lauretis, 1994, p. 208-209).

Deste ponto de vista, gênero é uma construção discursiva que se materializa no contato do sujeito com as mais diversas tecnologias, como livros, filmes e músicas, por exemplo. Se a categoria gênero, amplamente discutida na década de 1980, estava, inicialmente, ligada à diferença dos sexos, feminino e masculino, com o tempo ela passa a ser compreendida como um instrumento para significar as relações de poder (Scott, 1990). Mas desde Beauvoir, cujo pensamento marcou a transição para a chamada segunda onda do movimento feminista, já havia sido estabelecido o contraponto com a ideia de que a subordinação das mulheres aos homens é algo natural e essencial, decorrente da sua imperfeição:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1967, p. 9).

A base do ativismo feminista dos séculos XX e XXI, do qual Ana Machado não pode se esquivar ao contato, é a premissa de que os lugares ocupados pelas mulheres são construídos social e historicamente e que a luta por equidade pressupõe o reconhecimento e o confronto com as representações e práticas sociais que sustentam a subalternidade e invisibilidade da mulher.

Dedicada à escrita de textos destinados a crianças e jovens, Ana Maria Machado corrobora com a proposta, aventada pela crítica feminista, de que a luta contra a desigualdade

de gênero deve ser iniciada desde a infância, período em que, tradicionalmente, meninos e meninas não são contemplados com as mesmas possibilidades de manifestação e de atuação.

Os meninos são encorajados a enfrentar o mundo e educados para conquistar a independência, estimulados a enfrentar desafios que exigem força e coragem, como subir em árvores e enfrentar-se em jogos violentos, ou mesmo a reconhecer os limites e potencialidades de seus corpos como instrumentos de luta e de dominação sobre a natureza. Das meninas, ao contrário se espera que a energia seja investida com o propósito de agradar e que desenvolvam atividades que imitam tarefas voltadas à manutenção do lar e ao cuidado com os outros: “A passividade que caracterizará essencialmente a mulher ‘feminina’ é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. [...] é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade” (Beauvoir, 1967, p. 21). O mesmo ocorre no universo da ficção calcada sobre modelos tradicionais. Em uma perspectiva conservadora, as personagens femininas são destituídas de qualidades como curiosidade, inventividade e autonomia. O “eu” feminino, construído nos lugares de subserviência, difere dos modelos heroicos, quase sempre masculinos.

Em *A princesa que escolhia e Senhora dos Mares*, Ana Maria Machado situa suas protagonistas no centro de conflitos resultantes da inconformidade com os padrões de gênero sustentados, principalmente, pelos discursos masculinos que pretendem induzi-las à conformidade. Ainda crianças, as duas meninas exibem desejos de autonomia e se recusam a permanecer nos lugares de subalternidade que lhes são reservados. A negação dos princípios elementares do sistema do patriarcado constitui a tônica das duas narrativas. O pai, como representação máxima da figura masculina, é contestado em suas decisões e, por meio de discursos e práticas, as protagonistas, com inteligência, segurança e coragem, não hesitam em destoar dos padrões associados à condição do ser mulher, tornando imperativo que as pessoas as (re)conheçam no direito de ocupar outros lugares que não os lugares da subalternidade. Um rápido olhar sobre o enredo e o contexto de produção e difusão dos textos ficcionais tomados como objeto de análise da presente dissertação revela, desde já, o efeito visado pela autora na concepção das narrativas destinadas à leitura de meninos e meninas.

2.3 *A princesa que escolhia e Senhora dos mares*: enredos, contextos de produção e difusão das narrativas

A princesa que escolhia, de Ana Maria Machado, teve a sua primeira edição publicada em 2017, pela editora Companhia das Letras. Trata-se de uma brochura, com capa simples em

papel couchê, dimensões de 25.8 x 21 x 0.4 cm, e conta com 40 páginas, algumas com ilustrações. Revisado por Adriana Moreira Pedro e Luciana Baraldi, o livro foi ilustrado por Mariana Medeiros Massarani, escritora e ilustradora que ostenta, em seu currículo, mais de 200 livros ilustrados, sendo a maior parte de literatura infanto-juvenil.⁶ Na contracapa, consta que a sua indicação de leitura é para crianças de 7 a 10 anos.

A narrativa tem como protagonista uma princesa (cujo nome não é enunciado) inicialmente apresentada como uma menina obediente, bem-comportada e boazinha, que sempre dizia “sim” a todas as pessoas. No entanto, em dada ocasião, para espanto de todos, a menina disse “não” ao rei, seu pai. O rei comungava com a ideia de que todas as princesas deveriam ser sempre subservientes e submissas, dedicando suas vidas à espera do príncipe encantando, com quem deveriam se casar e formar uma família. Inconformado com a coragem e a ousadia da filha, o rei a coloca de castigo na torre do castelo como forma de castigo, até que ela volte a ser submissa. Mas engana-se quem pensa que a princesa ficou triste pelo acontecimento. A torre onde ela havia sido encerrada contava com uma grande biblioteca, além de computadores com acesso à internet. Neste espaço de exclusão, a menina, que antes não tinha acesso ao conhecimento, descobre que há muitas coisas para aprender. Lá, ela também pôde conviver com outras pessoas, fazendo amizade com os filhos dos empregados, como o filho do jardineiro, e descobriu a existência de outros lugares lindos para além dos muros do castelo. Certo dia, surgiu uma doença que assola o castelo e ninguém sabia do que se tratava. Por meio de conhecimentos adquiridos na torre, a princesa apresenta uma solução e é consagrada com salvadora do reino. Em seguida, é retirada do castigo e, como prêmio pela sua atuação no desvendamento e enfrentamento da doença, ganha o direito de escolher. Ela escolheu viajar e estudar, tornando-se arquiteta e urbanista. Além disso, escolheu namorar o filho do jardineiro, ao invés de um príncipe. Com o passar dos anos, a princesa assumiu a direção do reino, que se tornou uma democracia, na qual as opiniões de todas as pessoas passaram a ser respeitadas. Por força de suas ações, foi tomada como um grande exemplo de mulher.

Senhora dos Mares teve a sua primeira edição publicada pela Editora Gaia, em 2012. O livro, uma brochura de 24 páginas, pesando 130 gramas e com as dimensões 25.65 x 19.56 x 1.02 cm, foi ilustrado por Fernando Polon. A publicação é indicada ao público de 6 a 8 anos de idade. A narrativa conta a história de Marina, uma menina nascida em uma família de

⁶ Sobre Maraina Massarani, ver: <https://becodaspalavras.com/2021/12/02/um-pouco-sobre-mariana-massarani>. Acesso em: 06/02/2023

pescadores, que morava em frente a uma praia tropical. Para as pessoas que viviam naquela região, a pesca era uma atividade exclusivamente masculina. Enquanto os homens saíam para pescar, as mulheres deveriam ficar em casa ocupadas com o trabalho doméstico e com o terreno contíguo à casa. Além de costurar e preparar as refeições, elas cuidavam da horta, dos pés de mandioca, das bananeiras. Marina não se conformava com os costumes do lugar. O seu sonho era sair para pescar, como faziam os seus avôs, o pai, os tios e o seu irmão. Durante uma festa de Ano-Novo, pediu a Iemanjá, rainha das águas, que lhe fosse permitido ir à pesca. Pedro, seu irmão, ao ouvir a fala da garota, afirmou que a pesca não era lugar de menina. A garota, insistente, endereçou o mesmo pedido ao pai, mas a resposta também foi não, como ditava o costume. Pescaria não era profissão para mulheres, não era coisa de menina, diziam seu pai, seu irmão e todos os homens do lugar. Um vizinho justificou: além de ser uma atividade perigosa para as mulheres, elas não deveriam ocupar lugar no barco, pois isso trazia má sorte. Todos concordavam que lugar de meninas e mulheres era em casa. A sorte de Marina começa a mudar com a chegada de uma escola na vila onde morava. Marina iria estudar, mas Pedro não poderia porque teria que trabalhar com o pai. Foi então que o garoto decidiu ensinar a profissão à menina para que ela pudesse assumir o seu lugar no barco enquanto ele estivesse na escola. Certo dia, o pai ficou doente e Marina foi ajudar seu irmão com a pescaria. Para surpresa de todos, ninguém pegou tanto peixe quanto ela. No início, os seus feitos foram atribuídos à sorte ou à ajuda de Iemanjá. Mas a menina continuou tendo sucesso na profissão de pescadora a tal ponto que todos se convenceram de que ela era, de fato, capaz de exercê-la. O seu pai, encantado com a filha, não apenas passa a permitir que ela vá à pesca, como ainda lhe presta homenagem, batizando o seu barco como Senhora dos Mares. Para os outros, era uma referência a Iemanjá, mas, para eles, era, também, um reconhecimento pelo trabalho de Marina.

Por meio dessas narrativas, Ana Maria Machado propõe uma nova leitura sobre os espaços de socialização das mulheres. No sentido contrário aos escritores e escritoras que, ainda em nossos dias, escrevem textos reforçadores de valores patriarcais, *A princesa que escolhia* e *Senhora dos Mares* abordam, de modo simples e lúdico, alguns temas caros à crítica feminista, como domínio patriarcal, gênero e equidade.

Publicados na segunda década do século XXI, em 2012 e 2017, os textos não podem ser dissociados das lutas e conquistas dos movimentos feministas. Especificamente no Brasil, destaca-se a promulgação da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Conhecida como Lei Maria da Penha, a referida lei, como ressalta Dayane Silva (2011, p. 8):

[...] foi resultado de tratados internacionais, firmados pelo Brasil, com o propósito de não apenas proteger à mulher, vítima de violência doméstica e familiar, mas também prevenir futuras agressões e punir devidos agressores. Foram duas as convenções firmadas pelo Brasil: Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), conhecida como Lei Internacional dos Direitos da Mulher e a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, conhecida como ‘Convenção do Belém do Pará’.

Segundo o Instituto Patrícia Galvão, no ano de 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) considerou a Lei Maria da Penha como a terceira melhor lei do mundo, no conjunto das leis de proteção às mulheres.

Outras leis de enfrentamento à violência contra as mulheres também passaram a vigorar nos anos 2000, a saber: Lei nº. 10.779, conhecida como Notificação Compulsória, promulgada em 24 de novembro de 2003, a qual protege as mulheres de quaisquer violências nos serviços de atendimento à saúde em todo o território nacional, seja no espaço público ou privado; Lei nº. 12.015, que passou a vigorar no dia 07 de agosto de 2009, tendo por finalidade proteger as mulheres e demais pessoas no caso de crimes contra a dignidade sexual, causando alteração no Código Penal de 1940 e passando a considerar como crime de estupro atos libidinosos e atentados violentos ao pudor; e Lei nº. 12.845, proferida em 1º de agosto de 2013, que garante atendimento psicossocial especializado e demais tratamentos obrigatórios às pessoas vítimas de violência sexual.

Um fenômeno a ser considerado no delineamento do contexto histórico que ambientou a produção e difusão inicial dos textos de Ana Maria Machado em análise refere-se à eleição, em 2010, de Dilma Vana Rousseff, para assumir a Presidência da República do Brasil. O enorme impacto desse evento se estendeu até os anos subsequentes, com a abertura, nos campos acadêmicos e políticos e no seio dos movimentos sociais, de discussões acerca de gênero e empoderamento feminino. O Chile e Argentina já haviam elegido mulheres para o cargo de Presidente, respectivamente, em 2006 e 2007, o que foi essencial para a composição de um novo cenário político na América Latina. Contudo, os acontecimentos posteriores à reeleição de Dilma Rousseff – o processo de impeachment e no Golpe de 2016 que levaram à interrupção do seu segundo mandato – mostram que pouco havia mudado na disposição da classe política de manutenção de padrões afinados com o sistema do patriarcado.

Fernanda Dantas (2019) ressalta que após as conquistas das mulheres no início do século XXI, esperava-se que houvesse um crescimento da representatividade feminina na política e mudanças efetivas na definição dos papéis de gênero. Mas os obstáculos enfrentados

pelas três presidentas sul-americanas são demonstrativos de uma violência de gênero jamais enfrentada por nenhum presidente homem. Ainda assim, não se deve desconsiderar a importância do protagonismo dessas mulheres no cenário político, a qual trouxe repercussão para as pautas de costumes tão caras aos conservadores.

A produção e difusão inicial de *A princesa que escolhia* e *Senhora dos Mares* também se inserem em um contexto marcado pela concessão do prêmio Nobel da Paz, em 2014, para Malala Yousafzai, a menina paquistanesa que se tornou conhecida internacionalmente por sua luta pelo direito de crianças e jovens à educação. Sua luta visava, sobretudo, reverter a situação das meninas paquistanesas, proibidas de estudar pelo Talibã durante os anos de 2003 a 2009. Por conta do seu ativismo, Malala enfrentou grandes desafios e, juntamente com sua família, foi vítima de um atentado ordenado pelo Talibã, em 2012, quando estava a caminho da escola. A ativista e sua família mudaram-se para o Reino Unido, onde conseguiu se formar pela Universidade de Oxford, tornando-se exemplo de luta e superação para as meninas e mulheres de todo o mundo.⁷

Porém, pressupõe-se que a nossa autora é impactada não somente pelas conquistas das mulheres, mas também por fatos trágicos que ocupam as páginas policiais dos jornais brasileiros nos dois primeiros decênios do século XXI. Ganhou repercussão, no ano de 2010, um crime de feminicídio cometido contra Elisa Samudio. Bruno Souza, conhecido por ter sido goleiro do Flamengo, um dos times de futebol mais conhecidos do país, foi indiciado como mandante da morte da mulher e de sequestro do filho que eles tinham em comum. Mobilizada pelo dispositivo amoroso e pelo dispositivo materno, Elisa foi atraída ao local do crime com a promessa de estabilidade financeira para si e para a criança. Em 2012 e 2013, Bruno e seus cúmplices foram considerados culpados pelo Tribunal do Juri.

Mas não é apenas no plano físico que a violência contra a mulher se processa. Em 2011, a atriz Carolina Dieckmann foi vítima de um crime cibernético: *hackers* invadiram o seu computador e ameaçaram colocar em exposição, na rede mundial de computadores, 36 fotos íntimas dela, caso não recebessem dinheiro. Com a forte mobilização social frente a esse escândalo, foi sancionada, em 30 de novembro de 2012, a lei 12.737, que ficou conhecida como Lei Carolina Dieckmann, importante ferramenta de segurança para a população brasileira no ambiente virtual.

⁷ Sobre Malala Yousafzai, ver: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/19/inicio-de-um-sonho-deu-tudo-certo-malala-se-forma-em-oxford.ghtml>. Acesso em 09/01/2023.

No plano das representações, em novelas, filmes e séries, o protagonismo feminino e o debate sobre gênero também ganham amplitude. No campo da teledramaturgia, pesquisas sobre discursos que estão circulando na sociedade orientam a definição de novas temáticas que são geradoras de acirrados confrontos de ideias. Entre 2011 e 2012, por exemplo, a Rede Globo de Televisão concede relevância a uma personagem interpretada por Lilian Cabral, na novela *Fina Estampa*, escrita por Aguinaldo Silva. Griselda, também conhecida por Pereirão, põe em evidência a realidade de tantas mulheres que criam sozinhas filhos e até netos, desempenhando, muitas vezes, atividades lidas como masculinas, a exemplo de consertos domésticos. A personagem, que se apresentava como marido de aluguel, também chamava atenção pela inadequação ao código de vestimenta definido para as mulheres. Utilizava um uniforme masculino e portava uma caixa de ferramentas, contrapondo-se ao modelo de mulher delicada e dócil. Mesmo após uma reviravolta na história – Griselda torna-se milionária, após ganhar uma fortuna na loteria, passando a frequentar os círculos da “alta sociedade” – a personagem é preservada em sua personalidade e continua a exercer as atividades profissionais que a tornavam uma desviante.

Ainda no cenário da teledramaturgia, entre 2012 e 2013, ganhou destaque, na novela *Salve Jorge*, de Glória Perez, exibida também pela rede Globo, a personagem Heloisa, interpretada pela atriz Giovanna Antonelli. Helô era uma mulher desquitada e atuava como delegada, atividade comumente exercida por homens. Dotada de personalidade marcante, inteligência e coragem, a personagem fez tanto sucesso com o público que retornou às telas em 2023, na novela *Travessia*, também de Glória Perez. A roteirista foi responsável pela projeção de outras protagonistas femininas que tinham como principais características a autonomia e a eficácia na consecução de objetivos.

Em 2017, na novela *A força do querer*, Glória Perez põe em evidência a história da personagem interpretada por Paola Oliveira, a policial Jeiza, que trabalhava com cães em um batalhão de ações contra o crime. Ao final da novela, a personagem torna-se uma grande lutadora de Artes Marciais Mistas (MMA), campo de atuação no qual militam poucas mulheres. No mesmo folhetim, destaca-se a cena em que Cibele, personagem interpretada por Bruna Linzmeyer, casa-se consigo mesma, afirmando não precisar de um homem ao seu lado para ser feliz. De acordo com Glória Perez, as histórias dessas duas personagens foram baseadas em fatos reais. Independente da comprovação da veracidade dessa afirmação, é possível afirmar que Ana Maria Machado e suas personagens não estão sós. Apesar da resistência conservadora, o mundo está aberto ao diálogo sobre os lugares de socialização das mulheres, sobre o modelo patriarcal de ordenação que reduz as mulheres a situações de

dependência e sobre as possibilidades de escolhas a elas ofertadas tanto no plano pessoal quanto profissional.

A luta por autonomia e o enfrentamento de (pre)conceitos que limitam as suas possibilidades de atuação estão presentes, também, no cenário musical. Data de 2013, tempo próximo ao de produção e difusão dos textos de Ana Maria Machado, a projeção inicial da cantora Anitta, hoje conhecida internacionalmente, e sua associação ao gênero funk, território predominantemente masculino. Outro campo musical dominado por homens também se abriu ao protagonismo de cantoras é o universo do sertanejo, que atualmente conta com nomes de sucesso, a exemplo da dupla Maiara e Maraisa, que se tornaram famosas a partir de 2013, e Marília Mendonça, que, em 2016, ganhou notoriedade em todo o país como rainha da sofrência.

No campo acadêmico-científico, as duas primeiras décadas do século XXI foram profícuas na produção e publicação de trabalhos dedicados a temas como diversidade de gênero e representatividade feminina, mulher e trabalho, identidade e subjetividade feminina. Destaca-se o trabalho de Valeska Zanello, professora da UNB, psicóloga e filósofa, que se dedica aos processos de subjetivação das mulheres e ao adoecimento associado ao lugar do matrimônio e da maternidade. O seu livro *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*, lançado em 2018, foi apresentado como resultado do trabalho de 20 anos de experiência na clínica de psicoterapia e de 13 anos em pesquisas na área de saúde mental sob a perspectiva de gênero. Esse livro vem somar-se aos artigos publicados anteriormente pela autora, especialmente entre 2010 e 2016.

Não há evidências claras de que Ana Maria Machado tenha incorporado todos esses fenômenos aqui elencados no processo de escrita de *A princesa que escolhia* e *Senhora dos Mares*, mas é essencial que – concernentes ao contexto sociopolítico e cultural que cerca a produção dos textos escolhidos para análise – eles sejam aludidos na abordagem das condições de produção dos discursos enunciados pela autora.

3. A PRINCESA QUE ESCOLHIA E SENHORA DOS MARES: ANA MARIA MACHADO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA FEMINISTA E DA ANÁLISE DO DISCURSO

3.1. Pressupostos teóricos e metodológicos da análise

Os procedimentos de análise de escrita de autoria feminina devem levar em consideração as experiências das autoras (inclusive como leitoras). Em se tratando de Ana Maria Machado, cuja trajetória literária tem início no período ditatorial e que se estende até o século XXI, é inevitável considerar as possibilidades de contato da autora com os resultados de pesquisas desenvolvidas por mulheres dedicadas a investigar os processos de socialização de mulheres e, mediante teorias e práticas, intervir nos processos de transformação social. A escrita de mulheres, quando movida por essas perspectivas, pode ser tomada enquanto ação política por equidade e conquista de novos espaços na história. De acordo com Joan Scott (1992, p. 73), "a narrativa da história das mulheres é sempre uma narrativa política".

Valorizar a autoria feminina, tomando textos escritos por mulheres como fontes para a construção de nossos próprios textos é procedimento que se insere na perspectiva de reconhecer especificidades de gênero. Mas, de uma maneira geral, é preciso fazer a releitura de textos, independente da autoria e forma, que versam sobre mulheres ou que, por procedimentos narrativos, delineiam, ordenam e classificam os perfis de mulheres (Zinani, 2012).

Mas todo procedimento de revisão bibliográfica pressupõe escolhas e, considerando a especificidade das enunciações discursivas presentes nos textos de Ana Maria Machado aqui tomados como fontes de investigação, foi concedida prioridade à produção de escritoras filiadas à Teoria Crítica Feminista, amplo universo no qual foram considerados, primordialmente, trabalhos voltados para a análise dos modos de socialização da mulher, consignados, no sistema do patriarcado, ao universo privado. Foram fundamentais, também, as teorias críticas que dão sustentação aos conceitos de dispositivo amoroso e dispositivo materno como elementos de formação da subjetividade e construção da identidade feminina em um mundo calcado sobre valores e práticas que dão sustentação à submissão das mulheres aos homens. Enfim, como último elemento definidor das categorias de análise das fontes, foi considerado o conceito de trabalho doméstico como elemento de manutenção do sistema patriarcal capitalista.

Os estudos bibliográficos possibilitaram mapear, relacionar e colocar em confronto a produção acadêmica sobre os temas que conformam os feminismos contemporâneos e o papel da literatura infanto-juvenil na formação de crianças e jovens em um universo em constante

mutação. O cotejamento entre as informações e resultados de pesquisas suscitaram a definição das categorias de análise e, à luz dos novos debates, permitiram testar as hipóteses iniciais definidas no projeto de pesquisa ora dissertado.

Entre as possibilidades de interpretação, que se apresentavam desde a análise preliminar de textos da teoria crítica feminista, estava a ideia de que a subalternidade das mulheres se constituiu historicamente e se preserva até a contemporaneidade por força dos dispositivos amoroso e materno. Esses dispositivos são naturalizados desde a mais tenra infância no universo familiar e são reforçados em contextos educacionais, ambiente nos quais prevalece o discurso hegemônico, que propugna a habilidade da mulher para o cuidado do lar e da família e, portanto, para o trabalho doméstico. Interessava investigar em que medida os textos de Ana Maria Machado voltados ao público infantil se contrapõem a esses dispositivos, em uma postura de ruptura com a definição de lugares de gênero e de apresentação de possibilidades de atuação social das meninas/mulheres fora dos espaços a elas designados pelo sistema patriarcal.

A pesquisa bibliográfica se realiza sob parâmetros definidos para a abordagem qualitativa, assim definida por Minayo (2001, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Conforme proposição de Minayo, a abordagem qualitativa deve contemplar reflexões sobre o contexto que abrangem o objeto e as fontes da pesquisa. Também têm relevância os anseios e o processo de formação do/a pesquisador/a, elementos relevantes para a escolha dos elementos da realidade que serão contemplados.

Na pesquisa da qual resultou o presente texto dissertativo, a escolha do *corpus* documental foi determinada pelo desejo de se fazer uma análise gendrada da literatura infanto-juvenil contemporânea, considerando os lugares de subjetivação das protagonistas, a partir de dados das narrativas elucidativos de vivências, organização familiar, crenças, valores, padrões de comportamentos e cenários. Sem perder de vista o fato de que os textos tomados como fontes pertencem ao universo ficcional, é preciso, entretanto, demonstrar que, situado no campo das representações sociais, eles são parte da realidade na qual são produzidos e encontram espaço de difusão e, mais do que isso, são geradores de práticas sociais.

Definidos os conceitos básicos que orientaram a definição das categorias analíticas, optou-se por buscar apoio metodológico nas proposições da Análise do Discurso francesa, teoria apresentada por Eni Orlandi (2009). Ancorada na Psicanálise, na Linguística e no Marxismo, a Análise do Discurso, doravante AD, tem como objeto o discurso, entendido aqui como palavra em movimento; ou seja, trata-se de um modelo interpretativo que investiga os sujeitos falando e considera “a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” (Orlandi, 2009, p. 16).

O discurso não pode ser visto simplesmente como fala (componente da dicotomia “língua/fala”). O discurso não pode ser tomado como algo individual, casual ou apenas como uma realização de sistema. Pelo contrário, como destaca Orlandi (2022, p, 22), “o discurso tem sua singularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto”.

O discurso também não deve ser confundido como transmissão de informação, porque, segundo essa premissa, o emissor apenas transmite uma mensagem em forma de código para o receptor, que a decodifica. Não se admite a separação entre emissor e receptor, bem como uma ordem linear no processo de comunicação, em que primeiro um fala e depois o outro decifra. Na AD, emissor e receptor estão juntos e o processo de significação da mensagem é realizado por ambos ao mesmo tempo. O objetivo da AD é propor uma reflexão sobre o discurso e não sobre a mensagem:

No funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. (Orlandi, 2009, p. 21).

O discurso na AD comporta efeito de sentidos entre locutores, tendo em vista que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados” (Orlandi, 2009, p. 21).

Os textos de literatura infanto-juvenil são, aqui, tomados como discursos que se realizam no processo de interação. Submetê-los à análise é investigar quais efeitos de sentidos eles produzem, considerando diferentes aspectos sociais, ideológicos e históricos do tempo em que eles estão inseridos no processo de significação. Para a consecução dessa análise, tomamos de Orlandi alguns conceitos próprios à AD e que se encontram interligados: condições de produção; interdiscurso e memória discursiva; formação discursiva; e o dito e o não dito.

As condições de produção referem-se ao entendimento da situação e dos sujeitos envolvidos no processo de significação. Elas compreendem o contexto estrito ou contexto imediato, que remete à definição de quem fez uso do discurso e o modo como ele foi pronunciado, por exemplo. As condições de produção também podem ser apreendidas no sentido amplo, que considera os aspectos históricos, ideológicos e sociológicos no mundo que abriga o processo de significação. A memória faz parte das condições de produção, tendo em vista o modo como ela aciona essas condições.

A memória discursiva, na AD, é tratada como interdiscurso, pois tem como referência aquilo que foi dito antes. É por meio do interdiscurso que os discursos ganham lugar e é pelo interdiscurso que os discursos se relacionam. Como o discurso é uma construção social e histórica, a enunciação de um discurso implica na retomada de outros que já foram ditos anteriormente. O interdiscurso é a movimentação do discurso social e a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra” (Orlandi, 2009, p. 31).

A formação discursiva é definida “como aquilo que numa formação ideológica dada –, ou seja, a partir de uma posição dada em conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2009, p. 43). A formação discursiva possibilita os dizeres e os sentidos dos dizeres. É por se constituir em uma formação discursiva, e não em outra, que aquilo que o sujeito diz comporta determinado sentido, e não outro. Desse modo, as palavras adquirem sentidos nas formações em que estão inscritas e não pelo sentido delas mesmas. Os diferentes sentidos no funcionamento do discurso são compreendidos pela referência à formação discursiva.

No exemplo apresentado por Orlandi, a palavra terra não significa para um proprietário rural aquilo que significa para um agricultor sem-terra ou para um indígena. Ou seja, uma mesma palavra pode ter diversos sentidos por se inscrevem em formações discursivas diversas. A palavra Terra com letra maiúscula não tem o mesmo sentido se escrita com letra minúscula. O uso e sentido da palavra é determinado pela formação discursiva e pelas condições de produção. Assim, ao analisar um discurso, o analista, “observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido que ali está dito” (Orlandi, 2009, p. 45).

Enfim, é essencial à AD considerar o dito e o não-dito, cuja abordagem toma por base os estudos de Oswald Ducrot (1972). Como explica Orlandi (2009, p. 82), “como diferentes formas de não-dizer (implícito), o pressuposto e o subtendido, este autor vai separar aquilo que deriva propriamente da instância da linguagem (pressuposto) daquilo que se dá em contexto”.

A autora exemplifica: quando uma pessoa diz que deixou de fumar, parte-se do pressuposto de que ela fumava antes. Não tem como deixar de fazer uma coisa se antes isso não era feito. Ou seja, o dito relaciona-se com o não-dito. O dito “deixar de fumar” traz junto o não-dito, que nesse caso é “antes eu fumava”. Embora haja a compreensão de que a pessoa deixou de fazer determinada coisa, não conseguimos identificar o motivo pelo qual isso foi feito, tendo em vista que essa informação não está explícita. O subentendido dependerá do contexto e o complemento será necessário para identificar as razões de determinadas ações.

Orlandi considera que há categorias na AD que envolvem o não-dito, como o entendimento por formação discursiva, a noção de ideologia e a ideia de interdiscurso:

Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz ‘x’, o não-dito ‘y’ permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de ‘x’. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra: ‘terra’ significa pela sua diferença com ‘Terra’, ‘com coragem’ significa pela sua relação com ‘sem medo’ etc. Além disso, o que já foi dito antes, mas foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação (Orlandi, 2009, p. 82-83).

O não-dito pode também ser trabalhado, ainda, pelo silêncio, que, na AD, é refletido como a respiração que dá significado, sendo entendido como um lugar de recuo fundamental para que o sentido faça sentido. Esse silêncio é também conhecido como silêncio fundador, “silêncio que indica que o sentido pode ser sempre outro” (Orlandi, 2009, p. 83).

Os procedimentos de análise cujos resultados serão apresentados a seguir foram orientados pela perspectiva de uso desses elementos elencados e explorados por Orlandi, a partir dos quais procurou-se distinguir, nas narrativas, os efeitos de sentido que, envolvendo locutores distintos, resultam na afirmação de uma leitura feminista da realidade.

3.2 *A princesa que escolhia*: a liberdade de escolha como conquista e pressuposto de subversão da ordem patriarcal

Publicada em 2017, *A princesa que escolhia* comporta vozes distintas por meio das quais a autora intervém no processo de produção de significados sobre o lugar de socialização das mulheres. Os discursos de emancipação feminina são mediados pelas figuras ficcionais da narradora e da protagonista, que acenam para possibilidades de existência para as meninas e jovens em formação e que estão em contraponto ao discurso patriarcal. Do texto, serão destacados alguns elementos que, associados às condições de produção, à memória e a

formação discursiva que envolvem os interlocutores e às possibilidades de desvendamento dos sentidos tanto do dito como do não dito, são essenciais para a análise discursiva.

3.2.1 A princesa que não tem nome

Ao contrário do que ocorre nos contos tradicionais, nos quais as princesas são nomeadas ou designadas por características físicas ou condições de vida, a princesa de Ana Maria Machado não tem nome. A principal referência é que ela, simplesmente, escolhia, embora esse direito de escolha tenha sido conquistado ao longo da narrativa. O uso da oração subordinada adjetiva restritiva serve para indicar uma característica essencial da protagonista: ela desfruta de uma autonomia que não é comum às princesas. O título da história já situa o/a leitor/a em uma narrativa que dialoga com a memória discursiva. O dito de que a princesa escolhia tem como contraponto o não dito de que as princesas não fazem escolhas. E elas não fazem escolhas porque encontram-se inseridas em sistemas que lhes mantêm em condições de ausência de liberdade. O discurso que envolve os interlocutores do processo de produção de sentidos é construído com base na memória discursiva, consolidada no interdiscurso, de que, nas designações de gênero, as mulheres devem estar em condições de subalternidade ao patriarca. As condições de produção do discurso permitem a autora e leitores/as refletir sobre as características que fortalecem a protagonista na luta contra o sistema do patriarcado.

3.2.2 O olhar feminista da narradora

Na história dedicada à princesa que escolhia, a narradora, apresentada em terceira pessoa, afirma-se como um ser onisciente intruso, que tem conhecimento sobre personagens, emoções e fatos e que expressa a sua opinião sobre pensamentos e ações das personagens. Logo no início da narrativa, a protagonista é apresentada como uma princesa boazinha e obediente, que sempre dizia sim para todos:

Era uma vez uma princesa muito boazinha e bem-comportada. Boazinha até demais, sabe? Obedecia a tudo. Concordava com todos. Uma verdadeira Maria vai com as outras. Parecia até que só sabia dizer: – Sim, senhor. Ou então: Sim, senhora. Dependendo de quem mandava (Machado, 2017, p. 5).

A narradora valora positivamente a mudança de atitude da menina e reflete sobre o impacto desse comportamento sobre o desenrolar da narrativa: “Ainda bem que isso não durou muito, porque senão a gente não ia ter história. Ou só ia ter uma história muito chata, sem graça

nenhuma. Mas a sorte é que um dia ela disse: – Desculpe, mas acho que não” (Machado, 2017, p. 5-6).

Ao dizer “não” ao pai, a princesa rompe com lugar de subserviência que lhe está designado e, só então, pode-se dizer que haveria uma história a contar. Por meio da narradora, a autora insere, no processo de produção de sentido, procedimentos interdiscursivos que mobilizam a memória discursiva de outras histórias “muito chatas” nas quais as mulheres são mantidas em condições de subalternidade. Claramente, a narradora coloca no centro do processo de significação a imagem, presente na memória discursiva, de princesas obedientes e submissas, primordialmente à figura paterna, não sendo capazes sequer de dar provisão a histórias dignas de ser contadas. Por meio da narradora, a autora lança mão de um processo parafrástico, que se complementa no uso do recurso da polissemia do termo história. Nas condições de produção do discurso e na formação discursiva que abrangem, ao mesmo tempo, autora e leitores/as como interlocutores do processo de produção de significados, há espaço para a circulação de discussões geradas no campo do movimento feminista.

Produzido na segunda década do século XXI, o conto permite à autora e à narradora colocar em debate as disposições amorosa e materna como caminho único para a felicidade plena. A princesa agora escolhe casar-se não com um príncipe, mas com o princípio da escolha, com possibilidades de novas escolhas antes que se fale em final feliz, como esclarece a narradora:

E a princesa? Nem sei se ainda vive por lá e se ainda manda alguma coisa. Sei que ainda está com o filho do jardineiro. Também não sei se os dois viverão felizes para sempre. Mas posso garantir que estão muito felizes... É que os dois se escolhem a cada dia... E quando alguém pergunta à princesa se ela se arrepende de não ter casado com um príncipe, ela responde: – De jeito nenhum. Eu tenho o que sempre quis. Sei que não escolhi um príncipe. Mas acho que escolhi um princípio. Só um jeito de começar. A continuação, agora, é com eles. Podem ter alguns problemas, mas muitas vezes são felizes (Machado, 2017, p. 36, grifos nossos).

Embora onisciente dos meandros da trama, a narradora não tem, entretanto, o domínio sobre o futuro. O fato de ela não saber se a princesa e o filho do jardineiro serão felizes para sempre é um indicativo do reconhecimento de que no universo privado há conflitos, que muitas vezes resultam em descontinuidades. Além disso, ela propõe que a responsabilidade sobre o futuro é dos dois, e não apenas da princesa.

O não dito é a expressão “E viveram felizes para sempre”, expressão comum nos contos tradicionais, que reforça o discurso hegemônico de que, após o casamento, as princesas já não têm problemas a enfrentar. No jogo de interdiscursos, dialoga-se com a ideia de que o

casamento e a maternidade são mecanismos de encarceramento dos quais as mulheres não podem se libertar. Existem outros lugares de sociabilidade para as mulheres que, nas condições de produção do texto, no segundo decênio do século XXI, são abrangidas pela formação discursiva de autora e leitores/as.

3.2.3 O discurso patriarcal: poder paterno e conformidade materna

Diante do “não” enunciado pela filha, outrora boazinha e bem-comportada, o rei mostra-se bravo e a coloca de castigo, encerrada em uma torre:

O pai dela, que era todo metido a mandachuva, ficou furioso. Ele era do tipo que achava que príncipe serve para andar de cavalo, enfrentar gigantes e matar dragões, mas que a princesa só serve para ficar aprendendo a ser linda e boazinha, enquanto seu príncipe não vem. Então resolveu botar a princesa de castigo. (Machado, 2017, p. 8, grifo nosso).

A surpresa de todos diante do “não” da menina é demonstrativa de que há um discurso naturalizado na sociedade de que as meninas e as mulheres devem sempre ser dóceis e obedientes, pois devem sempre dizer “sim”. Esse componente discursivo está presente não somente nos contos tradicionais, mas também no ambiente doméstico, nas escolas e em outros espaços públicos.

No imaginário socio-discursivo dominante, os homens são designados para os lugares onde podem desfrutar de autonomia, enquanto as mulheres, bem-comportadas, devem se restringir aos lugares de subserviência. Mas a autora joga com as contradições entre esse discurso, assentado sobre princípios patriarcais, e outras formas de apreensão do mundo que fazem parte da sua formação discursiva, a exemplo dos discursos de orientação feminista. Há um jogo de interdiscursos que deve ser compreendido em um contexto restrito, concernente às suas experiências e ao meio de enunciação discursiva por ela utilizado, e, além disso, em um contexto mais amplo, que compreende aspectos históricos, ideológicos e sociológicos (Orlandi, 2009).

Em condições de produção específicas, a autora propaga coisas que já foram ditas antes e que integram a memória discursiva. Mas os discursos, assim como as ideologias, os valores e costumes, a atravessam de formas diferentes das que atravessaram os demais interlocutores do processo de significação. Pode-se presumir que, para a maior parte dos sujeitos sociais, é patente o pensamento enunciado pelo pai/rei de que os homens nasceram para a liberdade pelo simples fato de serem homens e de que as mulheres devem orientar suas vidas para o

cumprimento do dispositivo amoroso. Ao dizer que “a princesa só serve para ficar aprendendo a ser linda e boazinha, enquanto seu príncipe não vem”, o personagem a exclui do exercício de atividades reservadas aos meninos e propugna que o seu futuro está consignado no universo privado.

O binarismo homem-mulher e o poder patriarcal se consolidam na ação destinada a castigar a princesa, encerrando-a em uma torre para que possa refletir e se corrigir, retornando ao estado de coisas que antecedeu à ruptura cristalizada na enunciação da palavra “não”. A autoridade advinda da condição de pai é reforçada pela sua projeção política enquanto chefe do poder monárquico. Mas o discurso patriarcal e machista não é exclusivo dos homens, que dele se beneficiam diretamente. Em *A princesa que escolhia*, diante da postura de rebeldia da menina, a rainha/mãe “que também era boazinha demais, quase desmaiou de susto” (Machado, 2017, p. 6). A reação revela uma postura de conformidade com o modelo de comportamento de meninas e mulheres, que, idealmente, devem se orientar pela docilidade e submissão à autoridade do patriarca.

O “não” enunciado pela princesa serve de mote para um debate que, na proposta de Ana Maria Machado, deve integrar o processo de formação das meninas. Em uma sociedade na qual as mulheres são estimuladas a dizer “sim”, o “não” pode ser uma vacina eficaz contra assédios e violências de todo tipo. Diante dos questionamentos da mãe, a princesa responde com uma importante reflexão sobre o direito de escolha entre o “sim” e o “não”:

De vez em quando, a rainha vinha e perguntava: – Como é, minha filha? Vai tomar jeito resolveu ser boazinha e dizer sempre que sim? – Ai, minha mãe! – Suspirava a princesa. – Não dá, mesmo. Eu quero poder escolher sempre. – Escolher? Como assim? – Só quando a gente pode dizer não é que tem graça dizer sim (Machado, 2017, p. 14).

Conformadas aos lugares de subalternidade, as mulheres, de uma forma geral, estão alheias a esse debate que a autora pretende introduzir, com o recurso a elementos pertinentes à formação discursiva dos interlocutores do processo de significação.

A mãe da princesa, qualificada na expressão da narradora como “boazinha demais”, se esforça por reproduzir na filha a docilidade que lhe garantia a estabilidade social. Mas o modelo de comportamento propagado para as mulheres, desde a infância, viabiliza a naturalização da submissão e mesmo da violência doméstica. A memória discursiva reforça os lugares de socialização e a subjetivação das mulheres em condições de subalternidade, mas abriga também formas divergentes de pensamento que são mobilizadas nas condições de produção do discurso.

A ideia de formação discursiva, que possibilita a escolha do que vai ser dito e é determinante sobre a produção de sentido, explica a inserção de questões de gênero no texto de Ana Maria Machado. Nas condições de produção do texto, e isso é fundamental ao processo de produção de significados, problematizar o discurso da mãe não deve implicar em responsabilizá-la pela conformidade com o lugar que ela ocupa, tendo em vista que esse lugar foi determinado historicamente. Mas essa problematização pode servir de base a reflexões sobre o papel da mulher na preservação do sistema do patriarcado e à desconstrução dos discursos misóginos e do poder dos homens sobre as mulheres.

3.2.4 O casamento como condição de realização do dispositivo amoroso e materno

Nos enunciados discursivos atribuídos aos personagens do pai e da mãe, o casamento se apresenta como o destino natural da princesa e deveria ser realizado em um tempo ideal, após o qual se tornaria mais difícil o atendimento aos dispositivos amoroso e materno. A princesa poderia até escolher o seu príncipe, mas estava fora de propósito quaisquer outras possibilidades de vida:

O tempo foi passando e a princesa foi crescendo. Um dia, o rei e a rainha acharam que estava na hora de a filha se casar. Resolveram dar um baile enorme e convidar os mais lindos príncipes de toda parte. Mandaram arautos anunciar a festa pela cidade toda, enviaram convites para os países próximos e os reinos distantes. – Assim você vai poder escolher seu marido... – disse a rainha, toda satisfeita. – Isso mesmo – disse o rei. – Viu como eu sou moderno? Eu deixo você escolher. – Deixa mesmo? – Pois eu não acabei de dizer? E palavra de rei... – Já sei – interrompeu ela. – Não volta atrás (Machado, 2017, p. 24, grifos nossos).

Na memória discursiva há um prazo, um marco temporal, após o qual a moça já não será mais capaz de conseguir um bom casamento, assim como perdura a ideia de que existe um relógio biológico que define o tempo da maternidade. Valeska Zanello (2018) salienta que as mulheres, subjetivadas no dispositivo amoroso, almejam travar um relacionamento, baseado no amor romântico. Da mesma maneira, com suas identidades fixadas no dispositivo materno, apreendem que a maternidade é a maior realização de suas vidas. Esses lugares de subjetivação são reforçados pelas tecnologias de gênero. Livros, novelas, filmes e séries renovam a memória discursiva sobre mocinhas ingênuas e indefesas que, após uma trajetória de adversidades e desafios, encontram a felicidade no casamento e na maternidade.

Nos questionamentos apresentados de forma recorrente às mulheres sobre quando irão se casar e ter filhos, encontram-se implícitos uma concepção essencialista do ser mulher e a

assertiva de que não há margem para espera. Ana Maria Machado dialoga com esses princípios, integrando, ao processo de significação realizado no discurso, outros componentes da sua formação discursiva.

Na trama, a rainha demonstra satisfação com a “concessão” feita pelo rei para que a filha pudesse escolher o próprio marido, mas não esboça qualquer questionamento sobre a necessidade de realizar o casamento no tempo certo. No não dito está a crença de que o matrimônio, e, portanto, redução da moça ao universo privado da casa, é condição imprescindível para lhe prover a segurança de que ela precisa para “ser feliz para sempre”.

A possibilidade de escolha do próprio esposo pela princesa é anunciada como uma dádiva e tende a reforçar o lugar da mulher no dispositivo amoroso. Isso porque, construído com base em uma escolha pessoal, a escolha consagra o vínculo matrimonial e responsabiliza a própria mulher pela permanência e bom desempenho na condição de esposa. Se parece moderno o fato de o rei conceder à filha o privilégio da escolha, é conservadora a ideia de que o direito de escolha é limitado à eleição de um ou outro pretendente, em um plantel de pretendentes apresentados como em uma vitrine.

Quando, na festa, a princesa recusa todos os candidatos que lhe são apresentados e decide viver outras experiências de vida “antes de se casar”, não há questionamento sobre o casamento como finalidade ou fim reservado às mulheres, uma vez que a princesa apenas opta por ocupar outros lugares de sociabilidade antes de submeter-se à obrigação de casar. Ainda assim, o rei fica furioso e ela responde com a ampliação do sentido da escolha:

– Assim não é possível! – disse o rei. – Você vai ter que escolher! – Vocês prometem respeitar a minha escolha? – Perguntou ela. E como o rei prometeu, ela explicou: – Pois eu escolho não me casar agora. Ainda sou muito moça para isso. Quero fazer que nem o mago que morava lá na torre. Quero estudar muito, viajar muito, conhecer outros lugares e outras pessoas. O pai tinha prometido, teve de aceitar. Pois foi isso mesmo que ela fez (Machado, 2017, p. 31, grifo nosso).

Por fidelidade à palavra dada, o rei aceita a decisão da princesa: ele não concordava com a postura da princesa, mas ela tinha um trunfo, já que foi a responsável por salvar o reino da doença que o assolava. O não dito de forma explícita é assim inserido no processo de significação: para conquistar o seu espaço, a mulher deve demonstrar capacidade de fazer boas escolhas. Na história da princesa que escolhia, a leitura e o conhecimento foram definidos como solução mediadora para a que a moça afirmasse a sua independência em uma sociedade dominada por homens “eficazes”. Para a própria sobrevivência, ela podia contar com a

estabilidade social e financeira garantida por herança, mas só a autonomia conquistada poderia garantir a construção de novos lugares de sociabilidade e a expansão de novos campos de atuação para além do castelo. Afinal, da torre ela pode ver que o mundo era muito maior do que ela sabia até então:

Olhava muito pela janela. Uma maravilha. Viu que a paisagem se estendia até se perder de vista, muito além das muralhas do castelo onde sempre vivera fechada. Lá de cima, ela descobria que o mundo era muito maior do que imaginava. Agora via aldeias, montanhas, vales, bosques e até o mar, ao longe, com navios velejando (Machado, 2017, p.11).

Por não estar subjetivada no lugar de subalternidade, a protagonista confronta modelos tradicionais de existência feminina cristalizados na memória discursiva. O amor romântico é preservado, mas no modo de vida escolhido pela princesa, ele perde a centralidade e a obrigatoriedade de se fazer eterno. Além disso, o escolhido pela moça para vivenciar a experiência amorosa estava longe de ser um príncipe, modelo idealizado de perfeição. Era o filho do jardineiro, que agora era arquiteto como ela:

Um dia, encontrou numa reunião um arquiteto que fazia paisagismo: planejava jardins. Fazia muito tempo que os dois não se viam, mas logo se reconheceram: era o filho do jardineiro, amigo dela no tempo em que ficara de castigo na torre. E foi ele que a princesa escolheu para namorar (Machado, 2017, p. 33, grifos nossos).

Embora o dispositivo amoroso tenha sido reforçado ao cabo da narrativa, o amor nasce de um (re)encontro casual e de um processo de escolha mútua, visto que não foi determinado por convenções sociais e interesses econômicos. Ademais, por intermédio da narradora, a autora faz ver que as derivações do casamento não podem ser reduzidas a um simples “viveram felizes para sempre”.

O amor romântico perde centralidade, mas, transitando pelos meandros da memória discursiva, a autora não nega o dispositivo amoroso e mesmo a onisciente intrusa não deixa margem para que, no processo de significação, fossem consideradas outras possibilidades de se fazer mulher como, por exemplo, fora do casamento.

Os componentes da memória discursiva que reforçam o dispositivo amoroso e materno são evocados, por fim, na imagem que ilustra o final da narrativa. Em contraponto com o discurso da narradora, que afirma não saber como seria o final da história da princesa e do jardineiro, a ilustradora apresenta um desenho no qual a princesa aparece grávida, em um ambiente doméstico, ao lado do esposo – ambos ostentando expressões de felicidade.

De forma acrítica, a ilustradora, por meio de imagens, faz apensar à narrativa elementos da memória discursiva que estão em franca contradição com outros componentes de formação discursiva mobilizadas pela autora do conto (Figura 1). Ao valorizar o espaço privado como lugar de segurança e felicidade, ela reforça o lugar de subjetivação da mulher definido pela tradição, desconsiderando os avanços históricos e as transformações ideológicas que, por força dos movimentos feministas, resultaram na participação de mulheres em outros campos de sociabilidade.

Figura 1 – Ilustração de Mariana Medeiros Massarani para o livro *A princesa que escolhia*, de Ana Maria Machado



Fonte: Machado (2017). Disponível em: <https://dokumen.tips/download/link/a-princesa-que-escolhia-ana-maria-machado.html>. Acesso em: 27/01/2024.

Os questionamentos aqui apresentados, sobre a natureza dos discursos presentes no processo de significação do conto de Ana Machado, não têm como propósito negar a importância da casa e do universo privado no processo de formação e realização das mulheres. Visam, tão somente, propor a abordagem da literatura infantil contemporânea como uma tecnologia de gênero. São representações e, com tais, são geradoras de práticas sociais. Destinadas ao público infantil, elas resultam de escolhas que, no processo de significação, envolve leitores/as, além dos sujeitos envolvidos no processo de produção. As pessoas que

participam desse processo compartilham elementos da memória discursiva, conforme as condições de produção, a formação discursiva daqueles que escolhem o que dizer e como dizer. Os procedimentos de análise de discurso devem valorizar as experiências intertextuais que se realizam não apenas por meio do que foi dito, mas também do não dito. Um e outro podem reforçar o discurso hegemônico, que define o privado como lugar de subjetivação das mulheres ou, pelo contrário, propagar discursos de inconformidade e insubordinação, construídos ao longo da trajetória dos movimentos feministas.

3.2.5 Estudo e trabalho como soluções mediadoras para a superação da subalternidade

Em *A princesa que escolhia*, a opção por estudar e trabalhar são fundamentais à construção da personagem central. Para a princesa, o direito de escolha não deveria recair apenas sobre questões concernentes ao casamento, que terminaria por consolidar o espaço privado como espaço privilegiado de socialização. No delineamento das ações atribuídas à personagem, os verbos são enunciados na voz ativa, na terceira pessoa do singular:

Estudou, viajou, aprendeu um monte de coisas. *Foi* para uma universidade e *virou* arquiteta. Depois, *resolveu* estudar ainda mais, umas coisas de nome comprido: urbanismo e habitação popular. Quer dizer, como fazer uma cidade funcionar melhor e como fazer casas baratas para as pessoas (Machado, 2017, p. 33, grifos nosso).

A princesa é um sujeito agente, afinada com as proposições de Simone de Beauvoir (1967) para a que uma mulher possa conquistar a sua independência e sair da condição de subalternidade. Os debates sobre mulher e trabalho, travados no seio dos movimentos feministas em suas diferentes fases e facetas, encontram-se integrados à memória discursiva e, nos contextos estrito e amplo de produção discursiva, são incorporados de forma dialógica ao processo de produção de significados que envolve, ao mesmo tempo, os agentes de produção como os/as leitores/as.

A protagonista prioriza a carreira profissional, subtraindo-se ao discurso dominante de que a mulher se realiza no casamento e na realização de trabalhos domésticos. Ela recusa a subjetivação no espaço privado e mostra que as mulheres podem, sim, afirmar-se em diversos campos de atuação. A escolha pela área de Arquitetura e Urbanismo diz muito de suas experiências de desvendamento do mundo, desenvolvidas a partir da prática de olhar pela janela da torre do castelo.

Supostamente, a condição de princesa a desobriga da execução de determinadas tarefas domésticas, que são assumidas por outras pessoas de condição social inferior. Mas, como ressalta Federici (2019), mesmo se abstendo de todas essas funções, as mulheres pertencentes às classes superiores são responsáveis pelo bom funcionamento da casa, devendo organizar os cuidados com o ambiente, com o esposo e os filhos. A submissão a esses ditames sociais só se consolida mediante o reconhecimento da sua condição de inferioridade e subalternidade em relação aos homens. Isso explica o comportamento da rainha, que, na condição de esposa e mãe, se esforça para fazer com que a menina se reconheça no lugar de sociabilidade que a sociedade lhe reserva. A inserção desse debate na narrativa mobiliza leitores e leitoras para a reflexão sobre o modelo patriarcal de dominação, que se faz presente em todas as classes sociais.

A autora dialoga, ainda, com outro tema, posto em evidência por Federici (2019): o maior peso do trabalho doméstico recai sobre as mulheres pobres, representadas, no conto de Ana Maria Machado, pela esposa do jardineiro, que se dedicava ao cuidado com os filhos e, também, com a princesa, senhorinha da casa:

Depois, quando estavam todos bem cansados, muitas vezes a mãe das crianças chamava: – Hora do lanche! Iam todos tomar café com leite e comer bolo de milho ou de aipim. A princesa ia também. Depois, a mulher do jardineiro mandava todo mundo tomar banho e mudar a roupa. E deixava que eles ficassem vendo televisão. A princesa adorava. (Machado, 2017, p. 10).

A narrativa naturaliza e, até mesmo, romantiza as relações entre os donos da casa e a mulher que, em condição de subalternidade, dedicava-se ao cuidado com a casa e as pessoas. Secundária na trama, a personagem é o exemplo claro da invisibilidade que acomete as mulheres associadas ao trabalho doméstico. Nas representações imagéticas inseridas no livro pela ilustradora, a mulher do jardineiro é representada como uma mulher branca, mas a sua condição de classe é determinante para essa invisibilidade.

Com foco na trajetória da princesa, a narrativa de Ana Maria Machado também lança luzes sobre as possibilidades de atuação da mulher no campo da política. A princesa, favorecida pela condição de ser a única herdeira do trono, assume o controle do reino e viabiliza, por decisão pessoal e unilateral, que o direito de escolha seja estendido a todas as pessoas:

O rei morreu, e a princesa teve que ocupar o trono. Logo na sua primeira entrevista, tinha uma palavra enorme: – Eu adoro escolher. Então quero que todo mundo também escolha. Por isso, proponho que este reino seja parlamentarista. Vamos fazer eleições. – Eleições? Mas isto aqui é um reino...

– estranharam os ministros. – E daí? Os melhores reinos por este mundo afora são assim. Têm rei e rainha, mas também têm primeiro-ministro. (Machado, 2017, p. 34).

Nas condições de produção do discurso, considerando aspectos políticos concernentes ao contexto mais amplo que abrigou a produção e difusão inicial do conto, a moça se impõe na condução dos negócios do reino. A sua trajetória (como a da autora) apontam para a possibilidade de uma mulher ocupar espaços de poder e demonstrar capacidade de exercê-lo com autonomia, sem medo de partilhar com outros a prerrogativa de decidir. Entretanto, o modelo ideal de poder partilhado encontra-se associado ao parlamentarismo, pensado como um sistema democrático, no qual as mais importantes decisões são tomadas por votações. Naquele contexto, marcado pelo Governo de Dilma Rousseff e pelos eventos e discursos misóginos que provocaram a sua queda, não se sabe quais os componentes da formação discursiva que foram mobilizados pela autora e ofertados ao processo de significação. A partir do que foi dito, da idealização do parlamentarismo como modelo de gestão, abre-se uma janela para a reflexão sobre o que não foi dito e sobre o efeito visado pela autora em suas escolhas sobre o que dizer e por quais meios.

Pode-se presumir que a autora busca potencializar os efeitos das conquistas da princesa mediante a escolha do termo “todo mundo” para estender o direito das pessoas do reino de fazer escolhas. Os impactos dessa expansão sobre o processo de desconstrução das bases ideológicas do patriarcado e da desigualdade de gênero é questionável, como se depreende das reflexões, no campo da Teoria Crítica Feminista, sobre a perenização da desigualdade de classe, raça e gênero no interior dos movimentos sociais, mesmo depois do movimento feminista.

Assim como em *A princesa que escolhia*, o poder do patriarcado e as desigualdades de gênero constituem temas cruciais para o desenvolvimento da narrativa de *Senhora dos Mares*, de Ana Maria Machado. Em um cenário radicalmente diferente do que abriga a trama que envolve a princesa, personagens também distintos são postos em confronto para debater trabalho e sociabilidade feminina em um texto igualmente destinado a crianças.

3.3 Patriarcado e desigualdade de gênero em *Senhora dos Mares*

3.3.1 Marina, a menina que queria ser senhora dos mares

Marina era uma menina comum, filha de uma família de pescadores, que desejava se dedicar ao trabalho da pesca. Mas, sendo menina, a sociedade lhe reservava um lugar de

sociabilidade restrito ao universo privado da casa. A expressão que dá título ao conto *Senhora dos mares* remete a uma condição excepcional de senhorialidade. A senhora é, aqui, um sujeito feminino, que se sobrepõe aos sujeitos homens por força da condição de orixá e rainha. A expressão remete, em primeiro lugar, à imagem mítica de Iemanjá, de importância fundamental às religiões brasileiras de matrizes africanas.

Mas, em contraponto à imagem evocada no título, a menina Marina, como as demais mulheres do seu grupo de referência, tem seu processo de formação e atuação restrito à casa e aos parques terrenos que a circundam. Indefesas, sensíveis e frágeis: são assim as mães, esposas e filhas dos homens, fortes, corajosos e eficazes, que tiram do mar o sustento da família. Mas Marina é sonhadora e não hesita em desafiar os padrões que definem os lugares de subjetivação das mulheres. Ela é projetada como protagonista da trama, tendo, do mesmo modo que em *A princesa que escolhia*, o poder da onisciência e de opiniões claras sobre as ideias e atitudes das personagens.

A narradora discorre, em terceira pessoa, sobre a trajetória de Marina e o contexto no qual se desenrolam suas aventuras. Já na apresentação inicial, percebe-se um viés crítico sobre os costumes que regulavam a distribuição dos papéis de gênero:

A família dela era de pescadores. Quer dizer, a família toda, não. Só os homens pescavam. Os avós, os tios, os pais, todos saíam de madrugada para o mar. Levavam iscas anzóis, redes. Voltavam no fim da tarde, aproveitando a brisa dos barcos. (Machado, 2012, p. 5).

As expressões “quer dizer” e “só os homens”, enunciadas pela narradora, visam pôr em destaque a exclusão das mulheres da atividade de pesca que define o núcleo familiar. A narradora dialoga com elementos da memória discursiva que naturalizam o domínio dos homens sobre atividades de risco e a restrição das mulheres ao ambiente doméstico. Diante dessa ressalva, ela demonstra inconformidade com a clivagem de gênero, a qual considera injusta. Inserido no relato de *Senhora dos Mares*, o debate sobre desigualdade revela elementos da formação histórica da autora do conto, que é atravessada por questões históricas, sociais e ideológicas concernentes ao contexto de produção.

À protagonista, situada inicialmente em condição de submissão, cabe o aprofundamento dos discursos que confrontam o sistema do patriarcado, o que indica o trânsito da autora sobre temas caros ao movimento feminista, em um contexto em que a literatura infantil e juvenil se abre à circulação de discursos adversos à projeção de modelos heroicos calcados sobre o machismo e a misoginia.

3.3.2 O patriarca delimita os campos de exclusão e participação das mulheres

Coube ao pai de Marina a enunciação primeira do discurso excludente, sustentado por sua situação privilegiada nas relações de poder:

Desde pequenos, os meninos iam com eles. Pedro, irmão de Marina, também ia. Bem que ela tinha vontade de ir também. De vez em quando pedia: – Pai, me leva junto? – Canoa não é lugar de menina – era sempre a resposta. – Ah, deixa eu ir, deixa... Mas não adiantava pedir nem insistir. Marina sabia que tinha que ficar em terra com as mulheres. Era sempre a mesma coisa (Machado, 2012, p. 5-6, grifo nosso).

“Canoa não é lugar de menina”: alegoricamente, o pai, do alto de seu lugar de autoridade, reforça as divisões de gênero, que evoca da memória discursiva. No enunciado está explícito o princípio da exclusão. Do não dito, presume-se o lugar reservado a ela e às demais meninas e mulheres: a casa. O discurso se reproduz na fala de Pedro, irmão de Marina, e nos dizeres de outros homens da vizinhança, que respondem com sorrisos e argumentos pautados na tradição diante da anunciação da estratégia traçada pela menina para ocupar o espaço da canoa e ir para o mar:

– Vou fazer um pedido a Iemanjá. Quero ir para o mar. Pedro, o irmão dela, ainda disse: – Não é lugar de menina. – Mas até que podia ser, sim – insistiu ela. – Afinal de contas, se o mar tem uma rainha e não um rei é porque menina pode ir para o mar, sim, senhor. Voltou a pedir: – Pai, posso ir com vocês? Todos riram. Até o pai sorria quando respondeu: – Menina não pesca, filha. – Nunca se viu menina pescadora – explicou um vizinho. – Eu vivo aqui pescando há mais de sessenta anos e nunca ouvi falar nisso. Dizem até que ter mulher no barco traz má sorte. Pode ser perigoso... Lugar de mulher é em casa concordavam todos. Não adiantou insistir nem falar em Iemanjá, deusa e rainha, ganhadora de presentes e flores. (Machado, 2012, p. 14, grifos nossos).

São gerações de homens a reforçar o discurso construído historicamente e sustentado mesmo por um menino, que o enuncia com firmeza e naturalidade sem qualquer rasgo de dúvida. Beneficiário do privilégio da condição masculina, Pedro, como os demais meninos, está confortável nos limites do sistema do patriarcado, que o projeta no topo da hierarquia de gênero.

O pacto da masculinidade está presente no diálogo acima reportado. Frente ao perfil sonhador da menina, os homens se armam de argumentos de toda sorte que servem ao intuito de manter as meninas/mulheres à margem de determinados espaços e atividades. A pesca é

trabalho executado pelos homens, que exibem eficácia no provimento das necessidades da casa. A pesca em alto mar pressupõe autonomia, preparo físico, coragem, características que estão na base do poder masculino. Às mulheres, destituídas dessas virtudes, restava o trabalho da casa ou, no máximo, do quintal. O trabalho doméstico, portanto, na opinião daqueles que têm o poder de dizer, sequer é considerado trabalho. Sem um trabalho que lhes garanta a independência material, as mulheres são reduzidas ao estado de subserviência.

Um componente da fala atribuída a um dos homens chama a atenção: a associação entre a presença feminina e a má sorte. A misoginia, definida como medo ou aversão à mulher, encontra-se abrigada na memória discursiva e está em parilha com outras imagens e discursos destinados a ridicularizar e inferiorizar as mulheres, atribuindo-lhes um defeito, crivado na sua essência. Ser mulher é, por si só, indicativo de inferioridade.

A grande reviravolta na história de Marina ocorre na implantação de uma escola na comunidade. Mas a iniciativa de incluir a menina na atividade pesqueira é atribuída ao irmão que queria, também, frequentar a escola e não poderia por conta do trabalho no mar. A união entre os irmãos viabilizou a realização de seus sonhos: Marina e Pedro se revezariam entre o estudo e a pesca:

Um dia, surgiu uma grande novidade: ia ter uma escola na vila. Marina ia poder estudar com as outras meninas e os garotos menores. Pedro também queria ter aulas e começar a aprender coisas novas. Resolveu propor ao pai. = Ela não pode ficar uns dias no meu lugar de vez em quando, para eu poder ir à escola também? – Não – disse o pai. – Preciso de ajuda no barco e ela não sabe fazer nada. – Então eu te ensino – disse Pedro para a irmã. Prometeu e cumpriu (Machado, 2012, p. 17, grifo nosso).

O menino, estimulado pelo desejo de estudar, passa a reconsiderar os preconceitos antes evocados, sem que isso importe qualquer reflexão sobre equidade de gênero e lugares de socialização. Mas, nas condições de produção do conto e no processo de significação que se realiza no partilhar da experiência discursiva, há um não dito que deve ser considerado: as crianças estão mais abertas ao novo, enquanto os homens adultos perseveram na mobilização de construtos sociais favoráveis à manutenção de hierarquias.

Como postula Orlandi (2009), os discursos não são originados no sujeito. Ao contrário, já estão em funcionamento e a experiência discursiva importa, na maioria das vezes, em repetição, reprodução, mas também em construções que revelam a experiência da interdiscursividade.

Por meio das ações e discursos de Pedro, e, depois, do próprio pai, que passa a admitir a presença da menina na canoa, a autora mobiliza componentes da sua própria formação discursiva para fornecer elementos ao processo de significação. Em contraponto, delineia uma imagem negativa dos demais homens da vila, que, a despeito da eficácia demonstrada por Marina, reiteram o ponto de vista de que lugar de mulher é em casa. O sucesso dos irmãos nas atividades pesqueiras é atribuído à sorte ou à ajuda de Yemanjá.

A menina torna-se uma grande pescadora, passa a trazer mais peixes do que os outros pescadores, até que “ninguém mais teve coragem de dizer que menina não podia ir ao mar” (Machado, 2012, p. 18). O pai, finalmente, reconhece a habilidade de Marina em uma atividade reservada aos homens e permite que ela continue a trabalhar na canoa.

A protagonista precisou provar, diante de toda a vila, que podia romper com as definições de gênero que limitavam ao privado o seu lugar de subjetivação, oferecendo-se, então, como modelo de atuação para meninas e jovens que, por meio da leitura ou escuta do texto literário, se fortalecem para o enfrentamento dos múltiplos desafios que se interpõem às mulheres na nossa sociedade.

Ana Maria Machado transita entre os discursos existentes na sociedade e deles se apropria, subordinando-os a formas específicas de enunciação. Amparada em elementos da sua própria formação discursiva, ela expõe as possibilidades distintas de abordagem nascidas nos meandros de uma sociedade gendrada (Zanello, 2018). As estruturas do poder patriarcal e o sistema ideológico que o sustenta são postos em evidência para que, dialogicamente, no desenrolar da narrativa, sejam, pelo menos em parte, questionados e confrontados. Marina é o pivô da ruptura que ocorre no microcosmo da vila de pescadores que serve de cenário à sua história.

A recusa ao lugar de subjetivação destinado às meninas e mulheres é o tema central de *Senhora dos Mares* e é importante destacar, ainda, que nesse conto não há referência ao dispositivo amoroso e materno como fator determinante da estabilidade e felicidade da protagonista.

No contexto estrito, que orienta as escolhas da escritora, ou no contexto mais amplo, no primeiro quartel do século XXI, as condições estão dadas para que o texto seja produzido e veiculado não em substituição, mas em concorrência com outros produtos culturais que podem ser tomados como tecnologias de gênero.

Quem fala, fala de um lugar e não de outro. E esse lugar é determinante sobre formas e sentidos do dizer. Ana Maria Machado concede a Marina a centralidade no desenvolvimento

das ações e faz das suas lutas e conquistas um exemplo para todas aquelas que desejam ter ampliados os lugares de socialização destinados às mulheres, inclusive nos espaços de trabalho.

No começo da história, a narradora apresenta um quadro de funcionamento da comunidade à qual pertence a protagonista e mostra como ele é perfeitamente adequado ao padrão binário de divisão de gênero:

As mulheres ficavam em casa. Cuidavam da horta e das plantas – do milharal, dos pés de mandioca, bananeiras. Arrumam a casa. Cozinham. Costuravam, bordavam, faziam renda, enquanto conversavam na varanda. [...] Quando os homens voltavam, quase à noite, elas preparavam peixe para o jantar. [...] Desde pequenas, as meninas aprendiam que as coisas eram assim pelo menos naquele tempo e naquele lugar (Machado, 2012, p. 9, grifos nossos).

O cenário encontra similaridade no modelo de sociedade estudado por Simone de Beauvoir (1967), no qual as possibilidades de vida ofertadas a meninos e meninas são diferentes. As meninas devem ficar em casa para aprender, com as mulheres, a cuidar da casa e das pessoas. As brincadeiras a elas estimuladas reforçam o vínculo com a casa. Os meninos, pelo contrário, são encorajados a descobrir o mundo, a lutar por independência, a envolver-se em brincadeiras de natureza competitiva e a exercer atividades que favoreçam a sua formação como seres autônomos.

Para a composição da trama, Ana Maria Machado mobiliza e oferece ao processo de significação outros elementos presentes na memória discursiva, outras formas de ler o mundo que desnaturalizam a associação entre mulher e trabalho doméstico. Por exemplo, encontram-se presentes na narrativa a ideia de que ninguém nasce sabendo exercer tal ou qual atividade ou de que determinados trabalhos constituem um dom próprio a um ou outro gênero. Os saberes são adquiridos nos lugares de socialização e pressupõem alguma predisposição para vivenciar as práticas a eles associadas.

Com a assertiva “as coisas eram assim pelo menos naquele tempo e naquele lugar” (Machado, 2012, p. 9), Machado aponta para a possibilidade de modificação das tradições. Embora a maior parte das pessoas que habitam o lugar retratado no conto sejam atravessadas por modelos de ordenação social e princípios ideológicos afinados com o sistema do patriarcado, a questão geradora da trama é: o desejo, manifestado por Marina, de romper com as amarras que lhe prendiam ao universo privado e abraçar outra perspectiva de trabalho e socialização.

Os homens são, na narrativa, os principais enunciadores dos discursos que os mantêm privilegiados, no topo da hierarquia de gênero. Mas há também mulheres que, inseridas no

sistema patriarcal e afetadas pelo discurso hegemônico, reproduzem valores e práticas que reafirmam os seus lugares de subalternidade.

Maria demonstra inquietude diante de um sistema que a aprisiona enquanto sujeito. Ela não se identifica com o modo de vida e o destino reservado às mulheres. O seu desejo de liberdade, ainda impreciso, apontava para a necessidade de adentrar o mar, conhecer o que havia além das ondas:

– O que você quer, afinal? às vezes alguém perguntava. Ela mesma não sabia explicar. – Sei lá. Só sei que não gosto das coisas assim. E, para começar, quero ir numa canoa. Pescar, talvez. Ou viajar. Lá no mar, depois das ondas (Machado, 2012, p. 10).

Para fugir das limitações e da condição de subalternidade, Marina se propõe a subir numa canoa, mas esse seria apenas o primeiro passo para a conquista da liberdade. Ela não se conforma em permanecer contida no espaço doméstico e a reduzir sua vida ao trabalho doméstico. Saindo desse espaço e abraçando outras perspectivas de atuação, ela supera a invisibilidade que afeta a maioria das mulheres.

Ana Machado passa ao largo das contradições sociais que, à margem da problemática feminista, limita as possibilidades de escolha das meninas. Marina queria ser pescadora, se mostra confiante e persistente na luta pela realização desse desejo e, com os ganhos provenientes desse trabalho, contribui para melhorar a vida da família. O acesso à escola talvez pudesse lhe abrir novos horizontes. O conto nos priva de informações sobre o futuro da personagem, mas as suas primeiras conquistas, como o direito ao trabalho produtivo, fornecem elementos discursivos importantes para o processo de significação que se realiza no ato de ler.

As conquistas da protagonista são reconhecidas inclusive pelas personagens masculinas e, simbolicamente, se projetam com o batismo do barco do pai, que passa a se chamar “Senhora dos Mares”. Para as outras pessoas que veem a inscrição, trata-se de uma homenagem a Iemanjá, mas, para quem conhece a história, é também uma referência a Marina, a primeira do lugar a conquistar espaço no mundo da pescaria e a abrir seus horizontes até o mar infinito:

Hoje se pode ler, na pintura nova do casco: SENHORA DOS MARES. Todo mundo acha que é em homenagem a Iemanjá. Mas é mais que isso. Marina lembra bem do que o pai disse, com um sorriso orgulhoso: – Também é para você, minha filha. A primeira marinheira da nossa terra (Machado, 2012, p 21-23).

Marina sabia disso. Mais do que pescar, suas atitudes possibilitaram romper com códigos rígidos de delimitação de funções de gênero. Suas conquistas apontavam para novas conquistas por parte de meninas e mulheres: conquista da liberdade, de inserção em campos de trabalho exclusivamente masculinos, de construir suas vidas de acordo com suas escolhas.

Assim como a princesa que escolhia, Marina, a senhora dos mares, se oferece como modelo de comportamento que pode servir de mediação à construção de uma proposta de educação emancipadora, que confronta os valores patriarcais e aponta para outros lugares de socialização de mulheres que não se restringem ao espaço da casa, ao casamento e à maternidade. As narrativas expõem e contradizem memórias discursivas que afirmam os princípios elementares do sistema patriarcal, revelando, no processo, a formação discursiva da autora. No campo do interdiscurso, ao colocar esses discursos em confronto, a autora parece querer favorecer a reflexão e estimular práticas emancipadoras. Mas o discurso só se realiza plenamente no processo de significação, para o qual concorrem, igualmente, as disposições de autores/as e leitores/as.

CONCLUSÃO

A princesa que escolhia (2017) e *Senhora dos Mares* (2012), contos de Ana Maria Machado destinados ao público infantil, foram tomados no presente trabalho como fontes para a reflexão sobre o papel da literatura infanto-juvenil na formação da subjetividade de crianças e jovens frente às relações de gênero, na contemporaneidade.

As duas narrativas têm como tema histórias de meninas em luta pela construção de novos lugares de socialização para as mulheres. As falas das personagens, construídas com base em elementos presentes na memória discursiva, põem em contraste modelos de interpretação da realidade social que preservam o sistema de patriarcado, apontando, nesse processo, para possibilidades de conquista da equidade e dignidade para mulheres. As condições de produção dos textos foram buscadas no contexto estrito que envolve a experiência da autora e as possibilidades de escolha do que dizer e por qual meio, envolvendo, também, no contexto mais amplo, aspectos sociais, políticos e ideológicos da realidade na qual esses textos foram produzidos e têm sido divulgados.

As análises estiveram amparadas na Teoria Crítica Feminista, fundamental à leitura das condições das mulheres no sistema do patriarcado. Como leituras particulares do mundo, a partir de uma perspectiva crítica e geradora de práticas sociais, as teorias feministas foram evocadas para dar sustentação a conceitos fundamentais à abordagem das fontes, como lugares de subalternidade, disposição amorosa e disposição materna.

Os lugares de subalternidade atribuídos às mulheres são reforçados cotidianamente, no seio das famílias, na escola, nas ruas, mas, sobretudo, por meio das tecnologias de gênero (músicas, novelas, filmes, livros etc.) que, amparadas na ideologia patriarcal, definem limites e padrões de comportamento para homens e mulheres. As identidades e subjetividades dos sujeitos são construídas no contato com essas tecnologias, sobretudo na infância e na adolescência, quando gostos e valores são definidos.

As obras de literatura infanto-juvenil colocam as crianças e jovens diante de modelos e propõem relações entre esses modelos e sonhos futuros. Os contos tradicionais, ainda presentes no processo de formação dessas crianças e jovens, são, em sua maior parte, orientados por valores conservadores, afirmativos de lugares de gênero e que superdimensionam o papel do casamento e da maternidade na conclusão das aventuras. Esses contos reforçam os lugares de subalternidade da mulher e fortalecem os privilégios e o poder concedidos aos homens. Além disso, se constituem enquanto veículos de propagação de preconceitos, misoginia e machismo que, ao serem absorvidos por meninos e meninas,

consolidam, no imaginário sociodiscursivo dominante, imagens e discursos indicativos de inferioridade feminina e de rivalidade entre mulheres.

Muitas meninas ainda buscam se espelhar em modelos de personagens, como as princesas projetadas por esses contos. Respalçadas no ideal de felicidade difundido nessas narrativas, desejam se casar com príncipes, com eles ter filhos e cuidar de todos, zelando pelo castelo que haverá de lhes servir de abrigo e dissociando desses planos quaisquer outras possibilidades de vida futura. Os meninos, por sua vez, espelham-se no modelo de atuação de príncipes ou outras personagens masculinas caracterizadas pela astúcia, inteligência e eficácia, pré-requisitos para o pleno exercício da liberdade.

Em concorrência com esse modelo tradicional, nos séculos XX e XXI, vêm ganhando espaço no mercado editorial voltado para a literatura infantil e juvenil contemporânea textos marcados pelos discursos emancipadores de orientação feminista, os quais confrontam a hegemonia masculina na solução das aventuras e apontam para outros lugares de socialização das meninas. É neste conjunto literário que podem ser enquadradas as narrativas de Ana Maria Machado *A princesa que escolhia* (2017) e *Senhora dos Mares* (2012), aqui tomadas como fontes de investigação. A luta das protagonistas por autonomia na escolha de seus destinos está em confronto com os discursos enunciados por personagens (homens e mulheres) que se conformam ao modelo patriarcal de divisão de gêneros.

Para a análise dos referidos textos, foram evocados alguns conceitos basilares da Análise do Discurso. Em primeiro lugar, a AD permitiu desvelar que o processo de produção textual, associado ao fenômeno da autoria, não cria discursos, mas mobiliza discursos já em circulação na sociedade e que integram a memória discursiva. Neste caso, conforme os elementos próprios à sua própria formação discursiva, Ana Maria Machado viabiliza a apresentação de interdiscursos ao pôr em diálogo, por meio de narradoras e personagens, de um lado, discursos misóginos e machistas que subalternizam as mulheres e, por outro lado, discursos disruptivos que valorizam práticas sociais de luta por autonomia, defendendo a conquista, por meninas e mulheres, de novos lugares de socialização.

No processo de significação, que se realiza na prática de leitura/escrita das histórias, vislumbra-se a possibilidade de formação crítica de meninos e meninas, que são capazes de apreender o conceito de equidade de gênero. Nas práticas individuais ou coletivas de leitura, os textos de Ana Maria Machado podem se constituir em importantes instrumentos mediadores que conduzem a uma reflexão sobre limites e possibilidades em um mundo ainda conformado pelos valores patriarcais.

É certo que os dois contos passam à margem dos debates sobre outras clivagens, contradições e lutas do nosso tempo, como as divisões de classe/raça/etnia, bem como os preconceitos e mecanismos de exclusão que afetam, de forma particular, as meninas e mulheres negras. Como alerta Saffioti (2015), em um país construído à base da exploração e exclusão dos povos negros e dos povos indígenas, não é possível refletir sobre o patriarcado sem considerar as categorias de gênero, classe e raça.

Com as reflexões apresentadas ao longo da presente dissertação, almeja-se contribuir com as discussões que versam sobre o papel da literatura infanto-juvenil como instrumento de mediação de debates sobre a sociedade e, especificamente, sobre as condições, lutas e conquistas das mulheres no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AVILA, Simone Moreira. *A construção da subjetividade feminina na obra literária de Francisca Clotilde, Emília de Freitas e na revista A Estrella (1899- 1921)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- BARBOSA, Adriana Maria de Abreu. *Para ler Ana Maria Machado: uma perspectiva feminista*. Vitória da Conquista. Edições UESB, 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo II: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BÍBLIA do Cristão. *Bíblia Sagrada Online*, 2020. Disponível em: <https://www.bibliadocristao.com/proverbios/14/>. Acesso em: 17/05/2023.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.
- CAETANO, Ivone Ferreira. *O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade*. TCC (Pós-Graduação em Gênero e Direito) – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. Gênero, Niterói, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005.
- DANTAS, Fernanda Argolo. *Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar: as narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil*. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29934/1/dilma-rousseff-uma-mulher-fora-do-lugar-WEB.pdf>. Acesso em: 09/01/2023
- DAVIS, Angela, *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DICIO, *Dicionário Online de Português*, definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z, 2009 – 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/edificar/>. Acesso em: 17/05/2023.
- FEDERICI, Sílvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, v. .3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 25/07/2023.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LOBO, Luiza. *Guia de escritoras da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed da UERJ, 2006.

MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 813-817, set.-dez. 2006.

MACHADO, Ana Maria. *A princesa que escolhia*. Ilustrações de Mariana Massarani. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/a-princesa-que-escolhia-ana-maria-machado.html?page=2>. Acesso em: 21/01/2024

MACHADO, Ana Maria. *Balaio: livros e leituras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MACHADO, Ana Maria. *Senhora dos Mares*. Ilustrações de Rafael Polon. São Paulo: Gaia, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.

MARTINS, Maria Cristina. *(Re)Escrituras: gêneros e o revisionismo contemporâneo dos contos de fadas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

MAZIERO, Estefania; NIEDERAUER, Silvia Helena. Literatura Infantojuvenil: dos contos de fadas às narrativas contemporâneas. *Disciplinarum Scientia*. Série: Artes, Letras e Comunicação, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 111-128, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/741>. Acesso em: 29/10/2021.

ORLANDI, Eni. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PAIVA, V. 37% das brasileiras não querem ter filhos, aponta pesquisa. *Hypeness*. 28 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2019/09/37-das-brasileiras-nao-quer-ter-filhos-aponta-pesquisa-2/>. Acesso em: 18/09/2023.

PESSOA, Fernando. Quando era criança. In: PESSOA, Fernando. *Poesias*. Lisboa: Ática, 1942, p. 187.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/rt/captureCite/31624/0>. Acesso em: 20/04/2023.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um marco civilizatório. *SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v.1, n.1, p. 99-104, jan.2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul.-dez. 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 63-95.

SILVA, Dayane de Oliveira Ramos. Aplicabilidade da Lei Maria da penha: um olhar na vertente do gênero feminino. *Âmbito Jurídico*, 01 jan. 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-84/aplicabilidade-da-lei-maria-da-penha-um-olhar-na-vertente-do-genero-feminino/>. Acesso em: 10/01/2024.

SILVA, Juliana Márcia Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente; ABREU, Kamila Eulálio; SILVA, Lívia Souza. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Feminismos*, v. 8, n. 3, p. 149-161, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 14/10/2021.

SIQUEIRA, Camila Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. Poder, Cidadania e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. *Publicações...*, 2015, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>. Acesso em: 25/05/2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (org.). *Aborto e (não) Desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. 2016. p. 103-122.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica feminista: uma contribuição para a história da literatura. In: IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, *Anais...* Porto Alegre: Edipucrs, 2012, p. 407-4115. Disponível em:

<https://editora.pucrs.br/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf>. Acesso em:
23/03/2024